

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2021-2025-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.** -----

-----**ATA NÚMERO QUARENTA E OITO**-----

----- Ao sétimo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria do Rosário Farmhouse Simões Alberto, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Ana Maria de Campos Pedroso Mateus e pelo Excelentíssimo Senhor Fernando Garcia Lopes Correia, Primeira Secretária e Segundo Secretário, respetivamente.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Américo Manuel de Brito Vitorino, Ana Sofia Ribeiro de Oliveira Dias da Silva Figueiredo, Angélique Inês Da Teresa, António Manuel Pimenta Prôa, António Morgado Valente, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Bruno Seabra de Oliveira Mascarenhas Garcia, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos Francisco de Almeida Ardisson Domingos, Carlos Manuel das Neves Reis dos Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Duarte Paulo Meneses Marçal, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno de Eça Braamcamp, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco Maria Oom Pimenta Peres, Francisco Maria Rosa Fialho Camacho, Gonçalo Maria Pacheco da Câmara Pereira, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Isabel Rendeiro Marques Mendes Lopes, João Vasco Cruzeiro Oliveira Barata, Jorge Manuel Jacinto Marques, Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá, José do Carmo Ataíde da Câmara, José Luís Sobreda Antunes, José Inácio da Silva Ramos Antunes de Faria, José Manuel Amaral Lopes, Leonor Samara Rosas, Luís José Morales de Los Rios Coelho, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Malheiro Portugal Nascimento Lage, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Margarida Maria da Silva Gonçalves Neto, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Isabel Gonçalves Dias, Maria Leonor Frazão Moniz Pereira da Silva, Maria Madalena Matambo Guerra Domingues Natividade, Maria Pinto de Carvalho Escaja Gonçalves, Martim José Rosado Borges de Freitas, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Belo Marques, Miguel de Jesus Neves Ferreira da Silva, Natacha Machado Amaro, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Jorge Ferreira Pardal Ribeiro, Patrícia Ana Pappamikail Branco de Almeida, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Roque Domingues, Ricardo Filipe Barreiros Mexia, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rute Sofia Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Sofia Costa Escária, Sofia Margarida Vala Rocha, António

Miguel Silva Avelãs, Filipa Flor Santos Filipe, Hugo Vieira da Silva, Jorge Telmo Cabral Saraiva Chaves de Matos, Luís Duarte Albuquerque Carreira, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Tota Torres, Maria das Dores Crespo Castanho Ribeiro, Rui Manuel Firmino de Oliveira, Susana Maria da Costa Guimarães, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Mafalda Ascensão Cambeta, Rodolfo Knapic, Maria Helena Lencastre. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Miguel Tadeu Costa (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Hugo Vieira da Silva. -----

----- Ricardo João de Oliveira Marques (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Filipa Flor Santos Filipe.-----

----- José Leitão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Alexandra Mota Torres.-----

----- Rui Paulo Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Duarte Carreira.-----

----- Simonetta Luz Afonso (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Jorge Telmo Matos. -----

----- Fernando Ribeiro Rosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Belém, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputado Municipal Helena Lencastre. -----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rodolfo Knapic. -----

----- Carlos de Alpoim Viera Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Mafalda Cambeta.-----

----- Isabel Galriça Neto (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes.-----

----- Pedro Miguel Teixeira Frias (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Rui Manuel Firmino de Oliveira. -----

----- Miguel Graça (DNI), por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal António Avelãs. -----

----- Daniela Serralha (DNI), por um dia, tendo sido substituída pela substituta legal Deputada Municipal Maria das Dores Ribeiro.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Carlos Moedas, Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia e os Senhores Vereadores: Joana Almeida, Filipa Roseta, Diogo Moura, Ângelo Pereira, Sofia Athayde. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Pedro Cegonho, Inês Drummond, Pedro Anastácio e Beatriz Dias. -----

----- Às quinze horas e catorze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora da Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhoras e Senhores Vereadores, Caríssimo Público aqui presente e *online*, sejam bem-vindos à nossa Assembleia Municipal, a nossa Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, terceira reunião. -----

----- Queria antes de começar a Sessão, informar as senhoras e senhores deputados que já terão recebido por *email* a possibilidade de haver transporte para a Reunião Descentralizada no próximo dia 16 de dezembro a partir da Assembleia Municipal de Lisboa. Agradeço que respondam ao e-mails para podermos saber o número de autocarros que precisaremos, agradeço que responde ao *email* até esta sexta-feira por favor, caso não respondam podem ficar sem transporte, porque precisamos de saber antecipadamente, portanto, até sexta-feira dia 9, respondam ao *email* a informar se precisam de transporte para a Sessão Descentralizada de dia 16 de dezembro. -----

----- **2. APROVAÇÃO DA ATA Nº 36, DE 04.10.2022;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos então dar início à nossa Sessão, começamos pelo Ponto 2 de Aprovação da Ata 36 de 4 de outubro de 2022, com as sugestões enviadas pelo Deputado Municipal José Inácio Faria. -----

----- Eu agradecia que se sentassem para podermos votar a Ata! -----

----- Vou pôr à votação **Ata 36 de 4 de outubro de 2022.**” -----

----- Aprovação de **Ata 36** relativa à reunião **de 4 de outubro de 2022**. Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião. -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 36**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Ata n.º 36** Sessão Extraordinária, realizada em quatro de outubro de dois mil e vinte e um, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Miguel Belo Marques (PS), Rute Sofia Florência Lima de Jesus (PS) Hugo da Silva (PS), Maria Alexandra Torres (PS), Filipa Santos Filipe (PS), António Prôa (PSD), Fernando Manuel Moreno de Eça Braamcamp (PSD), Mafalda Cambeta (PSD), Rodolfo Knapic (PSD), Maria Helena Lencastre (PSD), Maria Pinto de Carvalho

Escaja Gonçalves (BE), Gabriel Fernandes (CDS-PP), Rui de Oliveira (PCP), Bruno Seabra de Oliveira Mascarenhas Garcia (CHEGA), António Avelãs (DNI), Maria das Dores Ribeiro (DNI).-----

----- **3. APRECIACÃO DO PONTO 4 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 735/CM/2022 - MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA PARA 2023, A CELEBRAR COM A LISBOA OCIDENTAL SRU - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M., S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/20213, DE 12 DE SETEMBRO, NO N.º 4 DO ARTIGO 32.º, NA ALÍNEA A), DO N.º 1, DO ARTIGO 42.º, NOS N.ºS 1 E 5 DO ARTIGO 47.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, E NO ARTIGO 26.º DOS ESTATUTOS DA LISBOA OCIDENTAL, SRU, NA REDAÇÃO ATUAL, SOB CONDIÇÃO DE PREVIA APROVAÇÃO DO PARECER PELA 1ª COMISSÃO PERMANENTE; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;**-----

----- (A Proposta 735/CM/2022, fica anexada à presente Ata, como Anexo I e dela faz parte integrante)-----

----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE;**-----

----- (O Parecer 1ª Comissão Permanente, fica anexado à presente Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao Ponto 3 da nossa Ordem de Trabalhos, apreciação do Ponto 4 da parte deliberativa da Proposta 735/CM/2022 - Minuta do Contrato-Programa para 2023, a celebrar com Lisboa Ocidental Sul.-----

----- Temos um Parecer da 1ª Comissão Permanente, com o Deputado Relator Luís Newton. Pergunto à Câmara se vão apresentar a Proposta? Senhor Presidente tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado!-----

----- A propósito este ponto, eu iria já fazer a abertura sobre aquilo que é o grande tema de hoje que é o Orçamento.-----

----- A Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores vereadores, estimados funcionários, jornalistas, caras e caros lisboetas deixo a todos os que nos acompanha no público ou através das redes, um cumprimento sentido e caloroso.-----

----- Minhas senhoras e meus senhores, estamos perante um marco na vida da cidade, neste momento de incerteza que se vive por todo o mundo que tanto afeta a Europa, e que tanto impacto tem na vida de todos nós, que deixa os lisboetas e os portugueses com um justo receio sobre o futuro próximo, a nossa cidade provou que está à altura dos desafios que se avizinham.-----

----- Provou que está à altura dos tempos e das suas exigências, o esforço que fizemos para estar à altura destes, temos e está impresso neste orçamento. Isso mesmo, um

Orçamento que é o maior orçamento de sempre da Câmara Municipal de Lisboa, o maior orçamento e temos que ter muito orgulho, todos juntos de ter conseguido. -----
----- Foi um esforço pautado pela audácia que quer ir sempre mais além, sempre mais longe e este não é certamente o Orçamento da resignação ou de imobilismo, não nos resignamos perante as dificuldades, mas atuamos concretamente para resolver os problemas das pessoas.-----
----- Nem é um Orçamento que demonstra uma política que se reduza a uma mera gestão do dia-a-dia ou como lhe chamamos da espuma dos dias, a nossa ação política decide, faz e transforma e este é o Orçamento em que cumprimos aquilo que prometemos aos lisboetas. E aquilo que cumprimos aos lisboetas foi mudança! -----
----- Mudança que já sentimos na cidade, mas que queremos aprofundar. Este é um Orçamento que leva Lisboa para o futuro que continua o rumo das decisões e concretizações que pautou o primeiro ano de mandato e que aqui já prestarmos contas. Com ele levamos Lisboa para o futuro com audácia com a capacidade de concretização, mas, sobretudo com visão estratégica.-----
----- Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados, o Orçamento que colocamos o vosso escrutínio tem três prioridades muito simples, servir as pessoas, transformar a cidade e projetar o futuro. -----
----- Em primeiro lugar, servir as pessoas, porque colocamos no centro da nossa ação política, as pessoas, o compromisso com as pessoas, fazer política com as pessoas, ouvir as pessoas e envolvendo as pessoas. Mas, também porque, neste momento difícil que as famílias e as empresas atravessam, é mais do que nunca um imperativo político colocar as pessoas como prioridade da nossa governação e este Orçamento é manifesto dessa vontade. Um orçamento que serve as pessoas naquilo que elas mais precisam é esse o exemplo do Plano de Saúde +65, que vai garantir a 130.000 lisboetas o acesso permanente a teleconsultas com assistência médica ao domicílio, como o transporte em ambulância para o hospital quando necessário e que vai também tornar possível para aqueles que ainda são mais vulneráveis, para aqueles 5.000 idosos mais vulneráveis da nossa cidade, consultas de higiene oral, de oftalmologia, bem como óculos graduados. -----
----- Este é um Orçamento que concretiza nestes detalhes, vejamos é quando nós vamos ao concreto daquilo que as pessoas realmente precisam.-----
----- É o orçamento que vai marcar a cidade por ser o Orçamento que está a criar um estado social local e esse estado social local que vai complementar um estado social nacional e isso é a primeira vez que se faz! É a primeira vez e Lisboa está a liderar não só a nível nacional, mas a nível internacional e fazemos deste desígnio um estado social local, uma maneira também de fazer política, em que aquilo que é o poder local olha para as pessoas em que retire a base partidária, mas que olha para as pessoas para resolver os problemas das pessoas e, por isso, temos que estar unidos à volta deste desígnio. Porque o estado social nacional já não consegue garantir este acesso, por isso sejamos nós, sem medo, com pragmatismo, sem política partidária a servir as pessoas todos os dias. -----

----- Senhoras e senhores deputados servimos as pessoas, pondo em prática a visão de uma cidade que cuida. A visão de uma cidade que está ao lado das pessoas, com o esforço votado por todos do plano anti-inflação, alargando a rede de beneficiários do Fundo de Emergência Social, duplicando o Orçamento do Subsídio Municipal de arrendamento acessível para 1000 famílias, porque queremos ter soluções práticas, relançando as empresas através do Programa Recuperar+ com 12 milhões de euros e no acesso gratuito aos espaços culturais com este grande Projeto Passe Cultura.-----

----- Servimos as pessoas ao fazer de Lisboa, uma cidade que não deixa realmente ninguém para trás, como mostrámos um Orçamento de 18 milhões para apoiar aqueles que mais precisam. 7 milhões para o Fundo de Emergência Social, com 4,4 milhões para as pessoas em situação de Sem-abrigo. -----

----- E também servimos as pessoas investindo mais em segurança, vão ser mais 50 Polícias Municipais com investimento em vídeo proteção, como nunca antes foi feito. -

----- E, também, resolvendo os problemas vividos pelos lisboetas na higiene urbana. Problemas estruturais que conhecemos de há muitos anos, mas que exigirão um claro esforço de solução, mais de 200 trabalhadores contratados, 18 veículos e um orçamento de 60% superior em relação ao ano anterior, é isso que estamos a fazer, investir diretamente nas soluções e ainda continuamos a servir as pessoas também na política fiscal.-----

----- Todos nós sabemos que o país vive sobrecarregado de impostos e mais uma vez, isto não é político, isto tem a ver com aquilo que as pessoas sofrem todos os dias estarem amarradas a impostos, sufocadas por impostos e, em Lisboa quisemos dar esse sinal, quisemos dar esse sinal de reduzir o IRS às famílias. É um sinal, mas é um sinal muito importante. É um sinal que estamos do lado das famílias que o dinheiro não é nosso, o dinheiro e das famílias, nós não estamos a fazer mais do que devolver o dinheiro às famílias que é das famílias1 -----

----- E foi também nesse objetivo, de ajudar aqueles que mais precisam, de pensar nos jovens, pensar no terrível problema dos jovens que é o acesso à habitação e em que nós todos concordamos que o acesso à habitação tem muitas soluções, muitas medidas e, por isso, por serem muitas, nós temos que investir em todas. Nós ambicionamos uma cidade onde os jovens consigam viver, porque ambicionamos um futuro para os mais jovens e por isso quisemos ter esta isenção do IMT, mas, que não foi partilhada por todos.-----

----- Mas eu gostava de vos deixar aqui dois números muito importantes para vos fazer refletir, porque não devemos desistir dessa ideia. -----

----- Nos últimos três anos, 56.000 pessoas deixaram Lisboa para outros Municípios. E sabem que idade é que têm essas pessoas? Metade tem menos de 40 anos. E sabem o que é que aconteceu? Essas pessoas saíram, porque não conseguiram ficar em Lisboa. Não conseguiram ficar em Lisboa, porque também não tiveram solução aqueles que queriam comprar casa em Lisboa. -----

----- Mas muitos dos senhores aqui e, sobretudo no Governo não tiveram problemas em dar isenções fiscais aos estrangeiros, mas não quiseram dar aos jovens! Aos nossos jovens! Para aqueles que vêm de fora e muito bem, acho muito bem que se

atraia talento para Lisboa, é essencial o talento em Lisboa e temos que ser abertos, somos uma cidade aberta, mas agora dizer aos nossos jovens não damos uma isenção de IMT! Mas, que sentido é que faz! Como é que é possível! -----

----- E, por isso, vos digo, eu vou continuar a insistir, porque nós temos que conseguir e não podemos falhar aos nossos jovens. -----

----- Em segundo lugar este orçamento é um orçamento que transforma a cidade, que deixa claro uma visão de transformação de não imobilismo, uma visão que atua e prepara a cidade para os grandes desafios, que se aproximam. E transformarmos a cidade forma estrutural, através da obra do século com o Plano de Drenagem, que orgulho, ver um homem como Engenheiro Silva Ferreira que deu a vida esta Câmara Municipal por um projeto, que viveu para este projeto, quando nós consignados finalmente esta obra ver um funcionário da Câmara com lágrimas nos olhos, porque vamos começar a fazer a obra, para mim teve um significado muito profundo. A capacidade de fazer, de conseguir avançar com esta obra que é essencial para as cidades, que é essencial para a nossa cidade para adaptação à nossa cidade no futuro e esta obra vai realmente ser a obra do século. A grande obra desta cidade e que vamos fazer em conjunto. -----

----- E nós vimos, vimos as chuvas fortes, as inundações que assolaram Lisboa. E daqui para a frente as cidades que vão atrair esse talento, as cidades que vão estar na dianteira vão ser aquelas que conseguem resolver estes problemas não só mitiga, mas adaptando a cidade e esta é a adaptação na nossa cidade e nós vimos a dificuldade, vimos ação imprescindível dos nossos bombeiros. -----

----- Nossos bombeiros que vamos contratar mais 85 bombeiros no próximo ano, é isso que vamos fazer! Vamos conseguir contratar esses bombeiros. -----

----- E transformamos a cidade também na habitação....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente já ultrapassou largamente seu tempo!” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Eu pensei que estava aqui a fazer como tínhamos combinado, o ponto do Orçamento, mas se não? Não estou aqui para criar qualquer tipo de discussão aos Senhores e Senhoras Deputados, eu só queria dizer que aquilo que foi combinado com a Mesa, foi que eu iria fazer a minha intervenção, no âmbito, do Orçamento, mas se os Deputados quiserem posso fazer metade agora e metade mais tarde? Também pode fazer assim, fica um bocadinho mais desconexo!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É melhor, Senhor Presidente!” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Mas ficasse assim parte um e depois parte dois, mas a Senhora Presidente é que manda!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, neste momento não é possível falar mais, porque a Grelha já foi ultrapassada. -----

----- O PSD poderia dar dois minutos, como diz o novo Regimento, já deu, portanto, ultrapassou já o tempo e, por isso..., (só pode um partido dar pelo Regimento), portanto, se calhar, quando for o tempo do Orçamento terá que continuar...” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Pois, eu estava a metade da intervenção!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então quando o tempo do Orçamento..., já teve um minuto de apresentação, mais aos sete minutos e quarenta e, dois minutos do PSD, não tem hipótese de haver mais!” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Eu não sei quanto tempo é que tinha no Ponto 6? -----

----- É a primeira vez que isto me acontece! -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Ponto 6 é também sete minutos e quarenta!” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Vejo que alguns Deputados estão um bocadinho incomodados, eu não quero incomodar, aliás, a minha função como Presidente da Câmara é não incomodar! Eu estou aqui para respeitar a vossa vontade e, portanto, se a vossa vontade é que eu faça a parte um, que já fiz, e depois faça parte dois, também faço! -----

----- E, portanto, eu pedia só então à Senhora Presidente da Mesa que me dê a indicação e eu posso fazer daí a bocadinho a outra parte. É isso a sua vontade, Senhora Presidente?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, Senhor Presidente, de facto, não tendo havido e não sendo possível alterar a ordem de trabalhos, porque o Ponto do Orçamento requer que sejam aprovados primeiro os outros pontos e, por isso não era possível alterar a Ordem de Trabalhos. ---

----- Percebi que o Senhor Presidente eventualmente não poderia estar no Ponto 6 e, por isso, achei que seria possível poder falar no Ponto 1, mas não tinha ideia que era tanto! Portanto, como tinha sete minutos e quarenta, mais um minuto de apresentação e mais dois minutos. Achei que esse era o tempo possível para poder falar, de facto, não tendo concluído, se calhar, o melhor é falar então no Ponto 6, Senhor Presidente.”

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Então muito obrigado e viva o Orçamento!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pergunto ao Relator Luís Newton, se vai apresentar relatório relativo a esta parte da SRU? Prescinda, então vamos passar às inscrições.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Sobreda Antunes do PEV. É apresentado.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ora muito boa tarde a todos!-----

----- Da proposta com vista à celebração do Contrato-Programa para 2023 com a Lisboa Ocidental SRU, no âmbito das Orientações Estratégicas e do Plano de Actividades e Orçamento, da qual apenas teremos de votar o ponto 4, Os Verdes destacam os seguintes aspectos. -----

----- A SRU, constituída pelo Município de Lisboa em 2004, após sucessivas alterações aos estatutos acabou por absorver as obras públicas que deviam estar na alçada da CML (Câmara Municipal de Lisboa), nomeadamente da Direcção Municipal de Projectos e Obras. -----

----- Hoje, a SRU é responsável por assumir funções de reabilitação e regeneração urbana no âmbito do espaço público, infraestruturas e edifícios, já não apenas na sua área de intervenção, mas em qualquer local dentro da ARU de Lisboa, com a gestão e supervisão de empreitadas de construção de centros de saúde, escolas, creches, casas do Programa de Renda Acessível, entre outras. -----

----- Tratando-se de natureza em tudo idêntica às que vêm sendo executadas desde 2015, estas intervenções determinaram um crescimento da empresa com a sucessiva extensão daqueles programas a partir de 2019, mas fora do âmbito dos órgãos executivo e deliberativo municipais, menorizando a discussão ou participação prévia por parte dos eleitos.-----

----- Prossegue a realização de projectos, de estudos e fiscalização de obra, de parcerias e subcontratações, mas como os empreiteiros apresentam propostas acima do valor base, torna-se difícil consignar uma obra. Tarefas de que internamente bem se poderia incumbir a própria Direcção Municipal, com o benefício de uma maior transparência nos procedimentos de contratação. -----

----- Como estas matérias de urbanismo, planeamento e obras públicas delegadas na SRU são demasiado estruturantes para que a CML (Câmara Municipal de Lisboa), delas se tenha desvinculado desta forma, o PEV nunca acompanhou a decisão de criação deste tipo de sociedades, tendo mesmo chegado a apresentar uma recomendação propondo a extinção desta empresa. -----

----- Em suma, os executivos esvaziaram a Direcção Municipal, criando uma Câmara paralela para assumir o que aquela deixou de fazer, o que é, no mínimo, surreal, onde a aposta vai no sentido da concessão da promoção de ‘parcerias’ externas, mas em prejuízo do controlo municipal.-----

----- A concretização do Plano de Actividades para 2023 assenta na celebração de um contrato-programa, cuja minuta está incluída nos Instrumentos de Gestão Previsional, onde, na sua cláusula 3ª, a CML (Câmara Municipal de Lisboa), acorda com a SRU a atribuição de um subsídio à exploração no montante de 7 milhões €, quando no ano anterior tinha ficado por menos 1 milhão €. -----

----- Quanto ao mapa de pessoal da SRU, sabemos que uma parte substancial foi recrutada na própria CML (Câmara Municipal de Lisboa), mas terá havido igualmente recrutamento externo, havendo nos seus 103 trabalhadores cerca de ¼ (24%) com um vínculo laboral precário ou de contrato de trabalho a termo. -----

----- Face a estas divergências de fundo, e por a proposta que agora apreciamos seguir um sentido inverso ao interesse público, não a podemos acompanhar, pois, para Os Verdes, a responsabilidade das obras públicas bem poderia regressar à CML (Câmara Municipal de Lisboa), e os trabalhadores serem aí integrados. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhora Deputada Angelique da Teresa da Iniciativa Liberal, tem a palavra!” ----

----- **A Senhora Deputada Municipal Angélique da Teresa (IL)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Lisboaetas. -----

----- O posicionamento da Iniciativa Liberal, sobre a SUR é conhecido e sabemos que os Novos Tempos não concordam connosco, aliás, uma parte dos Novos Tempos não concorda, não sei se é parte dos Novos se é parte dos Tempos, nós não compactuamos com uma direção de urbanismo sombra! -----

----- Dizem-nos que é preciso maior flexibilidade e rapidez e, que isso só pode ser feito com recurso a uma SRU. Pois bem, vamos reformular os serviços camarários e capacitá-los, quando temos um problema, não podemos criar uma estrutura paralela, ao lado desse mesmo problema e fingir que está tudo bem. -----

----- Queremos deixar claro que a nossa posição sobre o esvaziamento da SRU já apresentada nesta Assembleia, não é um atestado de incompetência às equipas. Ficámos muito satisfeitos por saber que projetos que violam o PDM e que são projetados em terrenos que não pertencem à Câmara são histórias do passado. São histórias com custos que deveriam ser imputados aos responsáveis da época! Senhor Presidente, se houver coragem política aqui fica uma sugestão! -----

----- Voltando ao tema do Contrato-programa. -----

----- Este serve para cobrir os custos de estrutura e são determinados depois de se escutarem as receitas próprias, ou seja, a SRU em 2021 custou à autarquia, 7 milhões e 600 mil e em 2022 custou 7 milhões e 500 mil, não tem uma natureza comercial e, por isso pede a mesada necessária para não falir. -----

----- No ponto das orientações estratégicas específicas, este contrato refere a Renda Acessível de iniciativa pública e aí confesso a minha desilusão. As políticas públicas fazem-se com todos para ampliar a oferta e para custar menos dinheiro autarquia, isto faz-se em países mais ricos que Portugal e depois não percebemos como é que somos ultrapassados pela Roménia. -----

----- Achávamos que as políticas públicas de habitação com o envolvimento de todos seria uma base comum de trabalho em que estaríamos praticamente todos de acordo à exceção dos extremistas.-----

----- Já sabemos que os programas passados foram mal construídos e que, por isso, a solução da SRU é esta! Não nos conformamos com esta miopia!-----

----- Os programas de *Bill To Rent*, para arrendamento acessível, são uma realidade noutros países europeus, inclusive em Espanha e eu continuo a não perceber porque é que aqui isso não é possível!-----

----- Esteve reunida com vários promotores que têm projetos desta natureza no estrangeiro, tenho elencado os vários problemas que os condicionam e que farei chegar à Senhora Vereadora da Habitação, porque queremos fazer parte da solução. ---

----- Por último e antes que venham dar-nos um curso de anatomia para nos dizerem em tom paternalista que a Iniciativa Liberal tem o coração no lugar certo e que temos! Sabemos perfeitamente o que implicaria se este Contrato-programa não passasse, mas quem tem o coração no lugar certos não tem medo de encarar as dificuldades e de trilhar caminhos diferentes, quando os do passado já nos mostraram que os erros não se devem repetir. A Iniciativa Liberal vai optar pela abstenção!-----

----- Muito obrigada!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhora Deputada Natacha Amaro do PCP tem a palavra!”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Caro Público.-----

----- Em respeito pela Assembleia Municipal e pela Ordem de Trabalhos definida e publicitada pela Mesa, iremos abordar o Ponto 3.-----

----- Uma das principais críticas que o PCP faz às opções dos últimos anos relativamente à Empresa Municipal SRU, tem a ver com a falta de escrutínio e transparência.-----

----- Respondem-nos recorrentemente que o escrutínio à SRU é possível e é existente, nomeadamente na discussão anual do seu Plano de Atividades e Orçamento ou do Relatório e Contas.-----

----- Nesta sessão, estamos num desses únicos momentos de escrutínio!-----

----- Não deixaremos de colocar aqui a nossa avaliação e principais problemas identificados nos documentos apresentados, mas é fundamental a referência ao que é esta empresa municipal hoje e o quando se afasta do que entendemos ser necessário para a cidade de Lisboa.-----

----- Para o PCP é um prejuízo que o trabalho que a maior Câmara do país desenvolve na projeção e construção de espaço público, de novas vias, jardins, de habitação, de

equipamentos e que, por isso deveria estar bastante na dianteira destes processos e na transparência passa para um cada vez mais gigantesco espaço de não escrutínio. -----

----- Do nosso ponto de vista grande parte destes processos deveriam ser escrutinados pelos Vereadores na Câmara também aqui na Assembleia Municipal, mas também pelos Municípes e não apenas enunciado num Plano de Atividades e Orçamento como o que hoje aqui debatemos.-----

----- Este caminho tem levado ao esvaziamento da Direção Municipal de Obras, limitando o papel do município nesta área, quase ao de um mero balcão de licenciamentos, ao mesmo tempo que a SRU continua a não assegurar a realização de projetos, externalizando-os, mas não só de estudos, apesar de que teriam melhores condições de habitação para essa atribuição. -----

----- Contraditoriamente a Direção Municipal de Habitação, apesar de não ter as condições da SRU continua assegurar a elaboração de projetos e de fiscalização da obra num volume de trabalhos apreciável. Assim sendo a SRU está longe das capacidades que poderia desenvolver, tirando partido da condição de empresa municipal e continua a rivalizar injustificadamente condomínios de atividade que até deveriam residir mais na estrutura municipal em benefício da transparência de procedimentos de contratação.-----

----- Relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento e às prioridades para 2023 que este Conselho de Administração da SRU apresenta, deixaríamos as seguintes notas:-----

----- - Registamos nos elementos facultados a falta de referência ao PACA (Programa de Arrendamento a Custos Acessíveis), como acontecia no passado, o que estará relacionado com a intervenção mais paradigmática do conceito que teve aprovação na Câmara no mandato passado, que era a operação em terrenos municipais do Alto do Restelo, então confiado a SRU para a sua promoção e à data dimensionado para 486 fogos de promoção integralmente municipal. Em sede de audição sobre a SRU aqui na Assembleia, a Senhora Vereadora, Filipa Roseta respondeu o PCP haver operações PACA, previstas na cidade, fez referência ao Bairro da Boavista, à Quinta do Ferro em Entrecampos. No entanto, o Plano de Atividades e Orçamento a SRU, nada refere sobre o Programa de Arrendamento a Custos Acessíveis.-----

----- Segundo a Vereadora, também numa audição, o Programa PRA Restelo está a andar, ainda que no Orçamento da CML (Câmara Municipal de Lisboa) não se encontre verba associada ao mesmo. É com grande preocupação que, mais uma vez, notamos uma clara falta de comprometimento político em executar um projeto que, inclusive, foi alvo de discussão pública.-----

----- Relativamente às restantes operações na área da habitação, constata-se dificuldades conjunturais (pandemia, inflação, concursos anulados) que fundamentam o protelamento dos prazos de conclusão. Contudo, são razões não suficientes, na nossa opinião, quando tais protelamentos se cifram em atrasos da ordem dos dois anos relativamente à previsão anterior. São adiamentos inaceitáveis, numa área tão crítica para a cidade como é a habitação, e pouco fundamentados.-----

----- No entanto, este plano de atividades já acompanha a orientação política que vem sendo sublinhada pela Senhora Vereadora Filipa Roseta de priorizar a ampliação oferta habitacional na cidade, através de concessões a “cooperativas criadas para o efeito”, onde emerge a consideração do regime de renda acessível e apagamento do regime de renda apoiada. Tal opção não vem desligada da aposta na concessão da promoção de criação de habitação em terrenos municipais, em prejuízo da promoção própria municipal. -----

----- E a este propósito, das “cooperativas criadas para o efeito”, relembramos com grande nota de preocupação as célebres cooperativas formadas no âmbito da EXPO’98 para camadas da população com manifesta capacidade económica (por exemplo, a frente edificada da Marina da EXPO). Não basta “acenar” com cooperativas para garantir que se está a trabalhar na criação de mais habitação na cidade para quem mais precisa. -----

----- Sobre as restantes áreas de atividade (as escolas e creches, o espaço público, os centros de saúde e outros equipamentos), tal como na habitação, verifica-se, na generalidade, o protelamento dos prazos de conclusão, o que é preocupante. Exceção feita ao MUDE, cujo prazo de conclusão é antecipado para 2023, e, naturalmente, a preparação do recinto da Jornada Mundial da Juventude que nunca permitiria atrasos face à data de realização do evento. -----

----- Por todas estas razões, o PCP irá votar contra este contrato programa celebrar com a Sociedade de Reabilitação Urbana.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhor Deputado José Inácio Faria, do MPT tem a palavra!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público presente. -----

----- O Partido da Terra irá votar favoravelmente o Ponto 4 da parte deliberativa da Proposta 735/CM/2022, referente à minuta de Contrato-programa para 2023 a celebrar com a SRU. -----

----- Mas não posso deixar de reafirmar o que tantas vezes aqui disse nesta casa, que as atribuições desta Empresa Municipal representa um esvaziamento das atribuições do município de Lisboa, que afastam empreitadas estruturantes para a cidade de Lisboa do escrutínio público por parte dos Municípios e desta Assembleia e constituem uma delapidação da parte significativa do orçamento da autarquia que só para o próximo ano sofrerá dos cofres do Município 7 milhões de euros. -----

----- E a verdade Caros Colegas e Senhora Presidente é que continuamos sem compreender ano, após ano, quais são os fundamentos técnicos ou jurídicos que demonstrem a impossibilidade do Município de Lisboa poder promover exatamente as mesmas intervenções de reabilitação do espaço público de renovação, de

infraestruturas e de reabilitação de edifícios na área de reabilitação urbana que a SRU se propõe executar, quando a própria Câmara Municipal possui os mesmos meios materiais e é detentora de serviço e funcionado de excelência reconhecida.-----

----- E nem sequer o argumento da agilização alegadamente necessária à adaptação a um clima de investimento favorável colhe qualquer validade, porque as próprias empresas municipais encontram-se atualmente também sujeitas ao Regime do Código dos Contratos Públicos e a demais redação de direito administrativo que as obriga ao cumprimento e respeito das mesmas exigências legais de qualquer serviço municipal. -

----- Termino, Senhora Presidente, Caros Colegas, referindo que o MPT irá votar favoravelmente esta Proposta por uma questão de lealdade institucional com o Executivo da Coligação Novos Tempos, que venceu as eleições (e como alguém do PSD aqui disse há umas sessões atrás), eleições essas que foram vencidas por Carlos Moedas, pelo PSD, CDS, MPT, PPM e Aliança, e que é bom que isto não seja, esquecido, seja pelos partidos da oposição, seja pelos partidos que apoiam Executivo, seja pelo próprio Executivo Camarário. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhor Deputado Luís Newton, do PSD tem a palavra!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar, não posso deixar de manifestar profunda tristeza com o momento que acabámos de aqui ter! -----

----- O meu primeiro mandato nesta casa foi em 2005, e desde então, a esta parte, independentemente das maiorias, independentemente das vontades políticas, sempre foi permitido que o Presidente de Câmara pudesse apresentar o Orçamento da Cidade! E nunca por uma questão de ponto mais à frente ou ponto mais atrás, segundo mais à frente ou segundo mais atrás, foram criados obstáculos para que um Presidente de Câmara pudesse vir a esta casa e apresentar esse mesmo documento. -----

----- Isto do nosso ponto de vista é algo que esperamos que se torna irrepetível e Senhor Presidente, em nome da bancada do Partido Social Democrata pedir desculpas por este episódio e lamentamos profundamente que tenha sido cortada a palavra e que não tenha sido mantido um entendimento que tem regido esta casa ao longo dos últimos anos.-----

----- Mas para que possamos falar sobre os pontos e que ninguém se sinta melindrado, pelo facto de queremos falar sobre este ou aquele ponto fora do ponto, há duas questões que eu não posso deixar de enunciar. -----

----- A primeira, obviamente, ter que me dirigir à Iniciativa Liberal. -----

----- Depois da recomendação que apresentaram e que foi votada aqui na última ou na penúltima Assembleia Municipal e o resultado dessa votação abriria desenfreadas portas para a especulação imobiliária. Eu diria que nesta matéria não é certamente a Iniciativa Liberal que pode deixar recados ou enviar mensagens ou ter qualquer posição moral elevada, seja com o PSD, seja com qualquer outra força dos Novos Tempos. -----

----- E o segundo ponto muito importante é o de regozijo pelo caminho que se está a começar a trilhar e que, neste primeiro ponto da SRU, se vê evidentes memórias. -----

----- Quero salientar que, de facto, este é o primeiro orçamento integralmente construído pela Coligação que venceu as eleições autárquicas de 2021 e que aqui já se nota claramente o novo rumo que se pretende estabelecer. -----

----- E, por isso, sem querer entrar em mais detalhes, porque teremos mais pontos, já que vamos estar ponto a ponto a discutir tudo isto, não poderia o PSD deixar de manifestar profunda satisfação pelo caminho que se está já a seguir e que neste primeiro ponto da ordem de trabalhos, se vê integralmente reproduzido. -----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhor Deputado Nuno Jorge de Sá, do Aliança tem a palavra!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Jorge de Sá (Aliança)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Apenas para deixar nota do seguinte e não fazendo uma intervenção exaustiva sobre o tema SRU, e como já dissemos no debate da especialidade, não é um modelo que nos agrada, aliás, é algo que nos unia aqueles que estivemos juntos no projeto que ganhou as eleições no ano transato, o modelo SRU não era o que nos agradasse à partida, pese embora e é preciso realçar uma administração nomeada à prova de bala e honrada e isso não está em causa, este modelo não nos agrada e têm que ser dos passos mais firmes na sua alteração. -----

----- Os vícios transpostos dos serviços municipais para a SRU mantém-se, damos um exemplo que já vem no debate da especialidade, por exemplo a programação de obras. Continuamos a fazer obra no interior das escolas e depois fazer os espaços exteriores em empreitadas não contínuas, mas sim alternadas, levando um incómodo muito maior dos tempos escolares. Vários erros deste género de programação mantém-se! ----

----- A única coisa que se reduziu foi o escrutínio e isso não é aceitável! -----

----- Ou seja, mantemos os vícios que havia nos serviços e diminuímos escrutínio democrático sobre a empresa. -----

----- Nós votaremos favoravelmente a Proposta apresentada por uma questão de continuidade de processos em curso e de não criar ruturas desnecessárias e que

prejudiquem a cidade e os munícipes, mas continuamos a dizer que este modelo não serve e que deve ser alterado. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhor Deputado Bruno Mascarenhas do CHEGA tem a palavra!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente, Senhores Secretários, ilustre Câmara, Caros Deputados.-----

----- Portanto, é conhecida também a posição do CHEGA, relativamente ao tema da SRU, naturalmente que somos contra a que façam este tipo de obras, que deviam estar evidentemente sob a égide da Divisão Municipal de Obras.-----

----- Acontece por acaso e com graça, eu espero que o Senhor Vice-presidente não se importe que eu refira esta intervenção, mas, foi uma frase que ele disse com muita graça, quando tivemos juntos e ele diz-me que, de facto, os partidos, quando renovam os seus quadros perdem a memória! E tem graça em dizer isso! É curioso que no caso CDS mudaram os quadros e perdeu-se aqui um bocadinho a memória relativamente à questão da SRU.-----

----- No caso do PSD, não mudaram os quadros, mas pelos vistos perdeu-se a memória e, portanto, aquilo que assistimos aqui foi realmente o engolir de um enorme sapo que fica registado, mas que eu compreendo, inclusivamente, o próprio CHEGA para não pôr em causa a questão da renda acessível, mas a construção das creches, os centros de saúde, naturalmente, nós vamos nos abster quanto a este assunto, permitindo que a SRU viabilize e faça estas obras.-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Não temos mais intervenção, vamos passar à votação da apreciação do Ponto 4 da parte deliberativa da Proposta 735/CM/2022 - Minuta do Contrato-programa para 2023 a celebrar com Lisboa Ocidental.-----

----- A **Proposta 735/CM/2022**, foi aprovada por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PSD/ CDS-PP/ MPT/ ALIANÇA – Contra: PCP/ BE/ PEV/Deputados(as) não inscritos(as) António Avelãs e Maria das Dores - Abstenção: PS/ IL/ CHEGA/ PAN/ LIVRE.-----

----- (**Ausência do Grupo Municipal do PPM nesta votação**).-----

----- (**O Grupo Municipal do PS**, não entregou posteriormente a sua **Declaração de Voto escrita**).-----

----- **4. APRECIACÃO DO PONTO 5 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 736/2022 - MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA PARA 2023**

A CELEBRAR COM A EGEAC – EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ANIMAÇÃO CULTURAL, E.M., S.A. PARA O ANO DE 2023, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA N) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/20213, DE 12 DE SETEMBRO, NO N.º 4 DO ARTIGO 32.º, NA ALÍNEA A), DO N.º 1, DO ARTIGO 42.º, NOS N.ºS 1 E 5 DO ARTIGO 47.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, E NO ARTIGO 24.º DOS ESTATUTOS DA EGEAC, NA REDAÇÃO ATUAL, SOB CONDIÇÃO DE PREVIA APROVAÇÃO DO PARECER PELA 1ª COMISSÃO PERMANENTE; GRELHA A – 60 MINUTOS; VOTAÇÃO;-----

----- (A **Proposta 736/CM/2021**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante) -----

----- **PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE**-----

----- (O **Parecer 1ª Comissão Permanente**, fica anexado à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos passar ao Ponto 4 da nossa Ordem de Trabalhos - Apreciação do Ponto 5 da parte deliberativa da Proposta 736/CM/2022 - Minuta do Contrato-programa para 2023 a celebrar com a EGEAC. Há um parecer da 1ª Comissão, o Deputado Relator é o Deputado Luís Newton, pergunto à Câmara quem apresenta a Proposta? Dispensa apresentação. -----

----- Deputado Luís Newton apresenta relatório? Dispensa apresentação do relatório. --

----- Vamos passar às inscrições.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhor Deputado José Sobreda Antunes, do PEV tem a palavra!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ora muito boa tarde de novo! -----

----- No caso da presente Proposta, teremos apenas que deliberar sobre o seu ponto 5, ou seja, o contrato-programa para 2023 a celebrar entre o Município e a EGEAC. -----

----- Como sabemos, a empresa deve promover a gestão integrada e participada dos equipamentos culturais, planear e programar eventos de animação cultural, incluindo as Festas de Lisboa, festivais e outros espectáculos de rua, bem como proceder à cobrança de ingressos e de outras receitas relativas à exploração dos equipamentos. ----

----- Acontece que, se por um lado no anterior mandato se regrediu com o esvaziamento das competências da Direcção Municipal da Cultura, por outro, nestes dois últimos anos, as receitas da EGEAC foram naturalmente reduzidas devido ao impacto da pandemia, com a suspensão temporária ou parcial de actividades, o encerramento de equipamentos culturais, como cinemas, monumentos, galerias, museus, teatros e salas de espectáculos, prevendo-se agora algum acréscimo com a afluência de turistas. -----

----- Quanto ao valor dos bilhetes de ingresso e às condições da cedência dos equipamentos a terceiros, recorde-se que esta AML (Assembleia Municipal De

Lisboa) já recomendou a gratuidade para jovens e idosos. No entanto, tal não é o que se verifica nos diversos espaços culturais, como, por exemplo, com o preçário do LU.CA para crianças e jovens, que deveria ser gratuito e onde até os desempregados ainda pagam 50%. -----

----- Ora, em anteriores Instrumentos de Gestão Previsional chegou a ser referida a expectativa de ser implementado um novo sistema integrado de bilhética, mas continuamos a não ser esclarecidos sobre os custos, nem sobre quais os novos moldes a aplicar, nem como atrair públicos nacionais. Os Verdes insistem que se deveria apostar na criação de um passe de ingresso nos equipamentos culturais da EGEAC, específico para cada escalão etário. -----

----- Na minuta do Contrato-Programa para 2023 prevê-se a transferência de uns escassos pouco mais de 11 milhões € (11.267.420 €), a título de subsídio à exploração, quando para 2022 havia sido de 16 milhões € (16.313.146 €).-----

----- Em 2018 sabíamos que a EGEAC possuía 363 trabalhadores, em 2019 seriam 385 e que em Março de 2020 eram 401, mas hoje desconhecemos quantos serão e se serão suficientes. -----

----- Ora, na abordagem a anteriores contratos-programa com a EGEAC, o PEV havia já alertado que deveria ser garantido um suficiente equilíbrio económico-financeiro, mesmo que a contribuição do Município tivesse vindo a aumentar em anos anteriores. Porém, a opção do actual Conselho de Administração é o lamentável aumento do valor da bilhética, em contraponto com a da aposta na redução do subsídio pela CML (Câmara Municipal de Lisboa).-----

----- Sendo consensual que a fruição cultural é parte integrante e inalienável da vida de uma cidade, o Município deverá pugnar por uma cidade de dimensão cultural qualificada, humanizada e solidária, onde a memória e a tradição histórica e popular convivam com a criação contemporânea e com as novas realidades multiculturais e multiétnicas. -----

----- Todavia, Os Verdes constataam que este pelouro tem ultimamente vivido de expedientes e de soluções definidas um pouco ao sabor de ventos e marés, pelo que apelamos a uma melhor articulação entre a Direcção Municipal da Cultura e a EGEAC, a par de uma participação mais consistente do Movimento Associativo Popular na organização de festivais e outros espectáculos de rua. -----

----- Neste contexto, iremos deixar expresso o nosso benefício da dúvida. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhor Deputado Duarte Marçal, do PS tem a palavra!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Marçal (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos, gostaria de começar por cumprimentar os todos os Deputados aqui presentes, os membros do Executivo Municipal e a Senhora Presidente da Assembleia. Muito boa tarde a todos! -----

----- O Partido Socialista verificou que no Contrato-programa para 2023 são contratualizados menos 5 milhões do que em 2022! -----

----- É uma proposta semelhante à dos outros anos com exceção de sair da esfera da EGEAC o núcleo do Torreão Poente do Museu de Lisboa e parte do HUB-Beato. -----

----- Verificamos também, que está previsto um aumento de vendas para o ano 2023, de cerca de 9 milhões de euros. -----

----- Senhoras e senhores deputados para um Executivo que tem a ambição da cultura na cidade de Lisboa para todos, para um Executivo que tem um Presidente que anunciou que gostaria de ter um teatro em cada freguesia e depois disse, e mais tarde veio anunciar que era uma metáfora.-----

----- Nós olhamos para este Contrato-programa e encontramos também uma metáfora. Uma metáfora àquilo que é a visão do Executivo sobre a cultura. Temos duas coisas fundamentais, temos menos 5 milhões para a EGEAC e a não previsão do passe cultura neste Contrato-programa.-----

----- Uma metáfora deste Executivo Municipal, sobre a incapacidade de conseguir realizar aquilo que se propõe. -----

----- O PS irá viabilizar esta proposta, porque tem a responsabilidade de perceber o que o chumbo acarretava para a cultura na cidade, o que é que o chumbo acarretava para os trabalhadores da EGEAC e para a gestão dos próprios serviços da EGEAC. ----

----- Mas Senhor Presidente, o Senhor Presidente é que não viabilize a cultura na cidade. -----

----- O Senhor Presidente é que anuncia e é uma coisa constante nestes Executivos anunciam e anunciam grandes investimentos, mas na prática não vemos a realização de nenhum desses anúncios, aquilo que vemos é consecutiva redução dos investimentos. -----

----- Por isso, resta perguntar se quando é que será o momento que o Executivo vai finalmente realizar aquilo que anuncia e vez de simplesmente anunciar aquilo que não faz nem fará. -----

----- Para terminar, Senhor Deputados a cultura na cidade tem, sobretudo deixar de ser vista como uma despesa, ela tem que passar a ser vista como investimentos, nós quando gastamos dinheiro na cultura estamos a investir, estamos a investir na economia, estamos a investir na inovação, estamos a investi nos profissionais e tudo aquilo que rodeia os próprios profissionais da cultura.-----

----- A nossa visão da Cultura para a cidade, é uma cidade com mais cultura, uma cidade cosmopolita, uma cidade mais atraente, mais vibrante e mais inclusiva e percebemos o aspeto fundamental que o investimento público tem para assegurar precisamente esses valores e aquilo que encontramos nas Contrato-programa é precisamente a visão direta que essa ideia com menos investimento na cultura, o que mais dos dificulta realizar cultura aos lisboetas. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----
----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -
----- “Senhor Deputado Francisco Camacho, do CDS-PP tem a palavra!”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Camacho (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhora Presidente da Mesa Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Lisboaetas que nos acompanham.-----
----- Todos desta casa conhecemos e reconhecemos o papel da EGEAC, é por isso, de grosso modo a principal empresa, a principal entidade municipal que contribui para a gestão dos equipamentos culturais da cidade, a grande promotora da sua programação dos projetos e dos eventos no domínio da Cultura. Estamos conscientes do seu papel determinante na gestão dos espaços municipais que vão desde o Castelo de São Jorge ao Teatro Maria Matos, passando pelo Museu do Aljube, pela Casa Fernando Pessoa ou pelo Atelier Júlio Pomar.-----
----- Estamos conscientes do papel essencial na organização das festas da cidade em que se inclui as nossas marchas populares, com especial destaque para o regresso das mesmas neste ano 2022. E dos inúmeros espetáculos e momentos culturais que proporcionam aos lisboetas e a quem visita esta cidade.-----
----- No fundo, o CDS-PP tem bem presente que esta Empresa Municipal é um braço cultural da cidade e que tem a pretensão de abraçar todos os públicos que procurem programação cultural na mesma.-----
----- E felizmente, temos também presente que a EGEAC, não é autossustentável, isto não nos deve de resto, espantar. O domínio público da Cultura, não é por definição sustentável, é precisamente devido a função social das entidades públicas na criação e formação de públicos, bem como, a preservação física do seu vastíssimo património que deve existir este investimento. E eu destaco nesta missiva que e a preservação do património cultural de Lisboa, é imprescindível e que os Novos Tempos devem continuar a dar respostas na defesa, na preservação e na proteção do vastíssimo património cultural da cidade de Lisboa.-----
----- Porém uma boa gestão permite definir e diminuir paulatinamente a dependência e equilibrar a sustentabilidade, é esse o caso da EGEAC, é esse o caso deste Contrato-programa. É por isso que justifica a boa gestão dos recursos públicos ainda que isso possa custar muito ao Partido Socialista.-----
----- Por isso, saudamos, o CDS-PP, saúda a redução em 5 milhões do Contrato-programa. Tal é possível devido a uma análise rigorosa deste Executivo na gestão da empresa, tanto nos gastos quanto na estratégia e na sua vertente comercial.-----
----- Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vereador Diogo Moura Senhores membros do Conselho de Administração da EGEAC,-----
----- O CDS PP entende que estamos no bom caminho, bons equipamentos, boa gestão cultural, boa estratégia cultural.-----

----- Esta redução do valor do Contrato-programa não significa, bem pelo contrário, menos capacidade de oferta cultural. Se assim é quem ganha é a cidade, quem ganha são os cidadãos e os seus agentes culturais, inclusive, no setor privado, porque uma cidade que saiba criar públicos, cria-os, tanto para o setor público como para o setor privado, gerando uma grande onda cultural que a todos beneficia e que beneficia Lisboa.-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhor Deputado António Avelãs, não inscrito, com o tempo da Senhora Deputada, Dores Ribeiro tem a palavra!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Avelãs (DNI)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Mesa Assembleia Municipal, Senhores Secretários Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa propõe o acesso gratuito a espaços culturais geridos pela EGEAC para jovens até aos 23 anos e para maiores de 65. Medida que engloba museus, teatros, cinemas e outros espaços culturais.-----

----- Não se pondo em causa a boa intenção e a justa intenção desta medida, esperando nós que ela possa aumentar as idas a estes espaços, o que terá de ser confirmado. Ela levanta porém, duas não despidiendas questões.-----

----- - Havendo estes espaços gratuitos com programações, certamente de qualidade, tal não reverterá em prejuízo para os espaços que não são da EGEAC e que tem entradas pagas?-----

----- - Admite a Câmara o apoio financeiro a espaços de teatro, cinema e museus da cidade de Lisboa que não pertencem à EGEAC e que poderão ser prejudicadas por esta medida? Que a repetimos é justa?-----

----- Outra questão, há quem sustente e com razão que o acesso e estou a citar “*o acesso gratuito à cultura não dignifica uma vez que pode desenvolver a perceção de um trabalho sem qualidade, sem interesse e sem valor*”.-----

----- Perguntamos que medidas podem a Câmara ou pensa a Câmara tomar para combater tal provável e injusta perceção? Perante estas faces relativamente contraditórias desta medida, os deputados não inscritos dos Cidadãos por Lisboa vão optar pela abstenção!-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado!”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhor Deputado Luís Newton, do PSD tem a palavra!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.-----

----- Inicialmente abduquei de fazer a apresentação do relatório sobre a EGEAC porque, depreendi que todos os grupos políticos teriam tido oportunidade de o ler e que, inevitavelmente isso significaria aqui um ganho do ponto de vista também dos trabalhos, mas depois de ouvir o Partido Socialista fiquei preocupado e, de facto, achei que devia ter feito essa apresentação.-----

----- A verdade é que limitar a ideia da Cultura ao funcionamento da EGEAC é um erro, que do nosso ponto de vista prejudicou de certa forma aquilo que é a dinâmica que a própria cidade pode e deve desenvolver nos próximos anos e podia ter desenvolvido nos anos que nos antecederam. E por isso, quando se vem aqui falar de visão para a cultura e dizer que há uma redução de investimento da Cultura é ignorar que este Executivo está a fazer um investimento substancial de um incremento de 23% relativamente a anos anteriores no âmbito da cultura, o que para quem diz que tem uma visão sobre a cultura na cidade de Lisboa deveria ser a música para os ouvidos, mas como a preocupação, se calhar, ou a visão se reduz à questão da EGEAC depois aqui temos um problema de concretização.-----

----- Mas o que é importante é que os lisboetas compreendam e que a estruturação, neste caso, o aumento de eficácia no âmbito daquilo que é produzido na cultura da cidade não se restringe exclusivamente aos serviços que a própria EGEAC produz, são e é um sinal de um novo movimento de apoio à cultura na cidade de Lisboa.-----

----- E este movimento, não é um movimento de Cultura institucional. Não é um movimento de Cultura do regime. É um movimento de cultura que vai nascer das associações, das instituições, dos grupos locais e daqueles que mais ou menos estruturados vão hoje ter mais hipótese de poder usufruir dos apoios camarários para a implementação e para o desenvolvimento da Cultura e isso é que é a grande assinatura deste orçamento e, portanto, não é o valor da EGEAC que determina aquele que é o investimento na cultura em Lisboa.-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado!”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhora Deputada Leonor Moniz Pereira, do PCP tem a palavra!”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Leonor Moniz Pereira (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Caros Deputados, Senhores Vereadores.-----

----- A nossa abstenção na análise de instrumento de gestão previsional da EGEAC, para o ano de 2023 salientou que, a falta de indicações e de orientações deste novo Executivo relativamente, ao cenário de inflação galopante e à recuperação da crise de

saúde pública provocada pela COVID e a maneira como afetou profundamente o setor cultural.-----

----- Prevê-se atribuição de um valor de aproximadamente 11.300 euros para o orçamento é desta instituição. Preocupa-nos não ser suficiente face ao conjunto de incertezas financeiras e à falta de poder fazer aprovação das propostas das pessoas menores de 23 e maiores de 65 anos.-----

----- O aumento dos bilhetes também do Castelo de São Jorge e do Padrão dos Descobrimentos com o fundamento que mais 90% dos visitantes são estrangeiros, não nos parece também que seja razoável dado a que, a gestão previsional em relação à população portuguesa e à sua possibilidade participar nas visitas ao Castelo de São Jorge, não é! Se uma família com 4 pessoas vai ter que pagar 60 euros para entrar, o que nos parece realmente bastante preocupante.-----

----- A estratégia de marketing da comunicação da EGEAC também, reforça a ideia e promover o incremento públicos nacionais, mas só se referem aos eventos de rua, portanto, esta questão, por exemplo do Castelo de São Jorge continua a ficar por resolver.-----

----- O esvaziamento de competências da DMC (Direção Municipal da Cultura) na área da Cultura continua a não estar articulada com a EGEAC nos seus projetos e nas atividades entre os 2 organismos, como tinha sido prometido pela anterior vereação ser esclarecido.-----

----- Continua-se a verificar uma grande falta de articulação entre estas 2 estruturas, para quando começar essa atuação?-----

----- Descrevem ainda um aumento significativo nas contas de eletricidade, seguros e comunicações, mas é assinalado um decréscimo nos valores relativamente aos contratos de vigilância, segurança e limpeza. É importante que a negociação e os lançamentos dos novos procedimentos concursauscessões sejam acautelados e, os contratos de trabalho estáveis com os recursos humanos contratados. O que nos parece se ter sido é importante conseguir que 94% dos trabalhadores já não se encontre em situação precária, mas consideramos fundamental a regularização de todos os contractos.-----

----- No âmbito dos recursos humanos ainda, consta a implementação de um regulamento de estágios, para imprimir acesso à formação académica e profissional no universo da EGEAC. No entanto, não há informação nenhuma sobre como se permitem a esses estagiários a seguir serem integrados os recursos humanos da empresa.-----

----- A EGEAC vai realizar ainda obras nalguns equipamentos culturais sobre a sua gestão. Uma percentagem mais significativa do orçamento vai ser realizada no Museu de Lisboa, no núcleo museológico do Hub Criativo do Beato e estão previstas intervenções na antiga Igreja do Convento das Bernardas, no espaço interior do Torreão, na Nascente as Cordoaria e está previsto um projeto de iluminação monumental para o Castelo de São Jorge.-----

----- Preocupa-nos, no entanto, não a não apresentação de valores neste âmbito.-----

----- No que respeita à programação do espaço público prevista para 2023, não vemos grandes mudanças. São realçadas as Festas de Lisboa, a Celebração dos 40 anos da geminação Lisboa, na Guiné Bissau e Praia Cabo Verde, mas não são apresentados também quais queres eventos, nem valores previstos.-----

----- Só constatamos em relação à programação os 50 anos de 25 de Abril de atuações no Museu do Aljube, Cinema São Jorge e São Luís. -----

----- Em relação aos eixos estratégicos da EGEAC, preocupa-nos ainda a acessibilidade. Verificamos que continuam algumas boas práticas, mas tinha sido apresentado pelos vereadores do PCP e proposta por unanimidade, a colocação de um aro magnético nos equipamentos culturais, para melhor acessibilidade das pessoas surdas que não dominam a língua gestual, como é o caso das pessoas idosas com surdez que são a grande maioria das pessoas surdas e que foi aprovado na Câmara.-----

----- Esta proposta previa instalar um projeto-piloto tecnologia de sistemas de indução magnética no equipamento cultural gerido pela Câmara Municipal de Lisboa e sob gestão da empresa municipal...” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhora Deputada tem de concluir!” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Leonor Moniz Pereira (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Estou a concluir já! -----

----- ... A que sucederia o projeto-piloto e caso a avaliação positiva seria depois expandido para todos os outros equipamentos culturais.-----

----- Continuamos a não ver na programação qualquer iniciativa neste âmbito o que nos preocupa. -----

----- Muito obrigada!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada! -----

----- Senhor Vereador Diogo Moura.” -----

----- **O Senhor Vereador Diogo Moura**, no uso da palavra anunciou: -----

----- “Boa tarde a todos!-----

----- Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público que nos acompanha. -----

----- Deixar apenas algumas notas sobre aquilo que foram as várias intervenções dos senhores deputados municipais e que não se resume apenas àquilo que é a atividade e a missão da EGEAC, mas tem a ver com a cultura em geral. -----

----- E para dizer logo desde início que não há qualquer desinvestimento na cultura, aliás, basta olhar que o orçamento e perceber que entre o orçamento do ano passado e que ainda tinha impactos do Covid, com o orçamento este ano há um aumento de 23% naquilo que é o investimento com a cultura. -----

----- E para dizer que, mesma a nível de obras e de investimento há um valor certo de 23 milhões de euros só em obras e equipamentos e, eu posso contar nos últimos nove anos a nível da EGEAC de novos equipamentos e eles cabem-me numa mão! O

Teatro Variedades abre para o ano, vamos fazer as obras no Torreão, do Terreiro do Paço, já falámos aqui no estado em que em que ficou em que ficou, sem cobertura, foi esventrado por dentro, a DGPC já fez uma análise e vamos agora retomar a obra, vamos voltar à estaca zero, eu e a Vereadora Filipa Roseta e vamos agora lançar a obra. Em primeiro pôr a uma cobertura, porque aquele edifício classificado esteve 2 anos sem cobertura, o que degradou em muito o estado de conservação daquele equipamento e, ao contrário do que aqui foi dito ele não foi retirado da EGEAC, terá o núcleo museológico afeto ao Museu de Lisboa que ali continuará, mas a obra vai ser feita pela Câmara.-----

----- O Espaço Atlântica que também vai começar em obra no ano que vem, como as obras prometidas há vários anos para o Museu de Lisboa, no Palácio Pimenta, no Campo Grande que nunca foram executadas e que não permitem que o primeiro andar expositivo seja aberto e vai finalmente avançar uma obra de meio milhão de euros no próximo ano.-----

----- Dizer também que não há nenhum desinvestimento quando olhamos apenas de forma sectorial para a redução relativamente ao ano anterior do Contrato-programa de cerca de 16 milhões de euros para 11 milhões de euros, este ano! Primeiro, isso demonstra que há uma boa gestão, rigorosa, por parte da nova administração da EGEAC que consegue, por receitas próprias não ter que solicitar mais investimento por parte da Câmara na empresa. E também porque há uma análise que tem que ser feita a nível macro daquilo que é o investimento na cultura, como acabei agora de vos dar os números que são indesmentíveis.-----

----- Depois, eu também não compreendo aqui algumas críticas por parte do PCP e do PEV relativamente à articulação com a Direção Municipal de Cultura e a EGEAC! Eu já disse várias vezes nomeadamente em Sede de Comissão que essa articulação existe e ela foi vista nas Festas de Lisboa deste ano, onde a cultura popular foi articulada entre a Direção Municipal de Cultura e a EGEAC e, foi um dos pontos altos das nossas Festas de Lisboa algo que tanto se pedia aqui nesta Assembleia Municipal, de enaltecer a cultura popular teve 3 dias em específico, durante os 30 dias de junho para a cultura popular. E, portanto, eu acho que está mais que provado que não há desinvestimento. -----

----- Em relação a um Teatro em cada Bairro já estamos a falar em cultura, para a semana terão novidades e, portanto, não se apoquentem, como digo olhem apenas para uma mão e vejam quantos equipamentos foram abertos e quando vamos abrir no próximo ano e avançar com obras. -----

----- E relativamente aos funcionários, também sossegar a Senhora Deputada Municipal que, neste momento não existem contratos precários na EGEAC. Isto já foi dito pelo Senhor Presidente da EGEAC na reunião da Comissão e eu penso que tinha ficado esclarecido! E dizer que relativamente aos funcionários vai haver um aumento salarial de cerca de 5%, tal como vai haver na Câmara Municipal de Lisboa e que obviamente também foi imposto que todas as empresas municipais seguissem esta mesma decisão na Câmara Municipal de Lisboa, portanto, há um aumento de 5% nos salários nos funcionários da EGEAC. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Vereador Diogo Moura!-----

----- Vamos passar à votação do ponto 5 da parte deliberativa da Proposta 736/2022 - Minuta do Contrato-Programa para 2023 a celebrar com a EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., S.A..”-----

----- A **Proposta 736/0CM/2022**, foi aprovada por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PSD/ CDS-PP/ IL/ MPT/ PPM/ ALIANÇA – Contra: BE/ PEV - Abstenção: PS/ PCP/ CHEGA/ PAN/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) António Avelãs e Maria das Dores.-----

----- **5. APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS RELATIVAS À POLÍTICA FISCAL DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA 2023; 2 X GRELHA A - 2 HORAS:**-----

----- **5.1. PROPOSTA 739/CM/2022 - LANÇAMENTO, EM 2023, DE UMA DERRAMA DE 1,5% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, GERADO NO MUNICÍPIO DE LISBOA, PARA OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS SUPERIOR A CENTO E CINQUENTA MIL EUROS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/20213, DE 12 DE SETEMBRO E NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 14.º E NO ARTIGO 18.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, SOB CONDIÇÃO DE PREVIA APROVAÇÃO DO PARECER PELA 1ª COMISSÃO PERMANENTE; VOTAÇÃO;**-----

----- (A Proposta 739/CM/2022, fica anexada à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante)-----

----- **5.2. PROPOSTA 740/CM/2022 - FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), PARA 2023, BEM COMO DA MAJORAÇÃO E REDUÇÃO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO ARTIGO 14.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/20213, DE 12 DE SETEMBRO, E NA ALÍNEA C), DO N.º 1 E NOS N.ºS 5, 8 E 12 DO ARTIGO 112.º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI), NA REDAÇÃO ATUAL, SOB CONDIÇÃO DE PREVIA APROVAÇÃO DO PARECER PELA 1ª COMISSÃO PERMANENTE; VOTAÇÃO;**-----

----- (A Proposta 740/CM/2022, fica anexada à presente Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante)-----

----- **5.3. PROPOSTA 741/CM/2022 - PARTICIPAÇÃO DE 1,5% NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA VIGORAR NO ANO DE 2023, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E NOS N.ºS 1 E 2 DO ARTIGO 26.º**

DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, SOB CONDIÇÃO DE PREVIA APROVAÇÃO DO PARECER PELA 1ª COMISSÃO PERMANENTE; VOTAÇÃO;-----

----- (A Proposta 741/CM/2022, fica anexada à presente Ata, como Anexo VII e dela faz parte integrante) -----

5.4. PROPOSTA 742/CM/2022 - PERCENTUAL DE 0,25% RELATIVO À TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA VIGORAR NO ANO DE 2023, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º. 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/20213, DE 12 DE SETEMBRO E NA ALÍNEA O) DO ARTIGO 14º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUA, SOB CONDIÇÃO DE PREVIA APROVAÇÃO DO PARECER PELA 1ª COMISSÃO PERMANENTE; VOTAÇÃO;-----

----- (A Proposta 742/CM/2022, fica anexada à presente Ata, como Anexo VIII e dela faz parte integrante)-----

PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE AS PROPOSTAS 739/CM/2022; 740/CM/2022; 741/CM/2022 E 742/CM/2022.-----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente, fica anexado à presente Ata, como Anexo IX e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Passamos o Ponto 5 da nossa Ordem de Trabalhos - Apreciação conjunta das propostas relativas à política fiscal do município de Lisboa para 2023. A Proposta 739/CM/2022 - Lançamento, em 2023, de uma Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, gerado no Município de Lisboa, para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros. A Proposta 740/CM/2022 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para 2023. A Proposta 741/CM/2022 - Participação de 1,5% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para vigorar no ano de 2023. A Proposta 742/CM/2022 - Percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2023.-----

----- Temos o Parecer da 1ª Comissão Permanente, primeiro pergunto à Câmara se apresentam a proposta? Dispensa apresentação.-----

----- Pergunto ao Deputado Luís Newton se apresenta o Relatório? Dispensa apresentação.-----

----- Vamos passar aos inscritos.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhor Deputado José Sobreda Antunes, do Partido Ecologista, Os Verdes tem a palavra!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente!-----

----- Analisamos de seguida o conjunto de Propostas nºs 739, 740, 741 e 742/2022 referentes à política fiscal do Município de Lisboa para 2023. -----

----- Quanto à Proposta nº 739/2022 é lançada uma Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), gerado no Município de Lisboa, para os sujeitos passivos que no ano passado tenham apresentado um volume de negócios superior a 150 mil €, à semelhança do que se vem verificando em anos anteriores. -----

----- Trata-se de uma importante fonte de financiamento das actividades do Município de Lisboa. Em complemento, a isenção deste imposto encontra-se regulada no Regulamento de Benefícios Fiscais, pelo que, naturalmente, votaremos favoravelmente. -----

----- Já quanto à Proposta nº 740/2022 (IMI), merece também, genericamente, a nossa concordância, mas constatamos que, desde o ano passado, ela se apresenta muito mais simplificada. -----

----- Para a fixação da taxa de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), (que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos), a CML (Câmara Municipal De Lisboa) repete o anterior valor da taxa mais baixa prevista na lei - de 0,3% -, mantendo-se um agravamento da taxa em 30% para os casos dos prédios degradados e uma redução da taxa em 30% para prédios classificados de interesse público. -----

----- Na anterior proposta para vigorar em 2022, a CML havia já optado por retirar a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo que compõem o agregado familiar do proprietário, que havia sido introduzida em 2016, opção que o PEV todos os anos vinha contestando.-----

----- Os Verdes apenas têm dúvidas se a CML mantém ou não o benefício que vinha sendo dado aos prédios urbanos com eficiência energética, factor sobre o qual gostaríamos de ser esclarecidos. -----

----- Por seu turno, a Proposta nº 741/2022 reporta-se ao valor de uma participação de 1,5% no IRS para vigorar no ano de 2023.-----

----- Deste modo, como os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% sobre o IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, a CML pretende em 2023 passar de 3% para 3,5% a devolução aos munícipes colectados no Município. -----

----- Ora, o PEV tem vindo a contestar esta figura por, inevitavelmente, apoiar quem tem rendimentos mais avultados, enquanto se essa verba fosse aplicada, por exemplo, na actividade desenvolvida pelo Município, sê-lo-ia em benefício de todos. -----

----- Desta dita benesse 'às famílias', que ascende a muitos milhões €, a esmagadora percentagem desta devolução será invariavelmente canalizada para 1/5 das famílias com rendimentos mais elevados na capital e naturalmente para cerca dos 10% mais ricos, ou seja, aqueles que maiores descontos fizeram em sede de IRS.-----

----- Para Os Verdes, esta medida continua a configurar uma distorção na sua progressividade, pois beneficiará quem tiver os escalões mais elevados, ferindo,

assim, o princípio de equidade na capacidade contributiva, visto esta devolução não beneficiar a maioria dos cidadãos lisboetas, mas apenas uma pequena parte. -----

----- Não se compreende que, num período de tão grave crise social, como a que atravessamos, se revertam largos milhões € para os bolsos da população com rendimentos mais elevados, em vez de serem reforçados programas de apoio social e económico, que bem poderiam ser melhor aplicados com este diferencial. -----

----- Finalmente, na Proposta nº 742/2020, referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), é mantido um percentual de 0,25% para vigorar no ano de 2023. --

----- A Lei nº 16/2022 (de 16/8), prevê a “aplicação de um percentual sobre o total da facturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público”. -----

----- Os Verdes têm vindo a qualificar esta Taxa de Ocupação do Subsolo (TOS), tanto pela forma de cálculo, como pela sua aplicação, como sendo desfavorável aos interesses dos cidadãos e até do próprio Município, senão mesmo um imposto de eventual duvidosa constitucionalidade. -----

----- Desde há muito, o PEV defende que estas taxas (a Taxa Municipal de Direitos de Passagem e a Taxa Municipal de Ocupação de Subsolo) deverão ser cobradas às empresas titulares da rede de infraestruturas que ocupam o espaço público, não podendo estas serem depois, sob qualquer circunstância, repercutidas nas facturas dos consumidores, como vem acontecendo. -----

----- Com efeito, em Lisboa, subsiste nas nossas facturas caseiras uma TOS - Taxa de Ocupação do Subsolo, pela qual - e vou citar um exemplo - é “cobrada pelo Município aos Operadores de rede de Distribuição de gás natural e repercutida nos consumidores”, variando “com o consumo e com o número de dias facturados”. Segundo julgamos saber, em alguns Municípios, como o de Sintra, esta taxa terá mesmo deixado de ser cobrada. -----

----- Em contrapartida, o Município devia antes encontrar solução alternativa para as cablagens que se encontram espalhadas pelas fachadas dos prédios, um pouco por toda a cidade, e que têm vindo a ser denunciadas em repetidas petições dirigidas a esta AML. -----

----- Como para Os Verdes estas taxas, também em Lisboa, devem ser um encargo das empresas, que já auferem lucros muito significativos, não devendo constituir mais um encargo para os cidadãos, gostaríamos, por isso, de perceber se a CML admite seguir outros exemplos e, quiçá, promover uma eventual emissão de créditos aos clientes finais. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado!” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Rute Lima do Partido Socialista.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rute Lima (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal em si cumprimento toda a Mesa e os funcionários que estão a apoiar este fórum. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Caros Colegas Presidentes de Junta e público presente. -----

----- A atribuição de poderes tributários aos municípios tem o seu fundamento último, no princípio da autonomia local, consagrado pela Constituição da República Portuguesa. De acordo com o artigo 14º, da Lei nº 73/2013 que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, são estabelecidas as receitas dos municípios dos quais o IMI, a Derrama, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem e a participação no IRS. -----

----- A análise das propostas apresentadas e hoje em votação, o Partido Socialista acompanha de forma favorável as Propostas: 739 – Derrama, 740 - IMI e 742 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem, na medida em que as mesmas revestem um papel de grande importância no cômputo da Receita Municipal e constituem em si instrumentos de atração de empresas em abono do tecido económico e potenciando a criação de novos postos de trabalho na cidade, que se enquadram por si no regulamento de benefícios fiscais aprovado em 2020, bem como, do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município. -----

----- Quanto à Proposta 741/CM/2022 e no que ao IRS respeita, o Partido Socialista abstém-se e não pode votar favoravelmente a proposta apresentada. Consideramos que a participação de 1,5% de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares a vigorar no ano 2023, vai de encontro ao que o município de Lisboa vem praticando desde 2012. Sabe-se contudo que cerca de 40% das famílias residentes no concelho de Lisboa estão isentas de IRS em razão dos rendimentos auferidos, fator este que as exclui desta política fiscal. E que, em simultâneo, a devolução de imposto tem sempre associado um elemento de regressividade devolvendo mais às famílias com os rendimentos mais elevados que carece de ser mitigado através de medidas concretas que recuperem uma lógica redistributiva. -----

----- O Partido Socialista apresentou ao Executivo Municipal, uma proposta alternativa à que se encontra em apreço a Proposta 741/A, à qual previa a manutenção da taxa de participação, ou seja, 1,5%, mas que previa nos seus considerandos a aplicação prática e orçamental de medidas concretas assentes numa lógica de redistribuição. -----

----- Medidas como a gratuidade das creches. -----

----- Senhor Presidente, se em 2021 como medida mitigadora os vereadores do Partido Socialista propuseram a redução progressiva com os valores pagos pelas famílias com creches, tendo em vista, assegurar que, até ao final do mandato fossem gratuitas para todas as famílias que residem em Lisboa e que cujo patamar de rendimentos não excedesse os limites definidos para o programa da renda acessível. -----

----- Senhor Presidente, se a gratuidade das creches, proposta pelo Partido Socialista nunca saiu do papel, sem prejuízo do compromisso assumido pelo Senhor Presidente da Câmara. O custo com esta medida previa-se que viesse a ser gradualmente

descontinuado à medida que o Governo fosse implementando o seu Plano de gratuidade das Creches, independentemente dos rendimentos das famílias. A pertinência desta gratuidade progressiva das creches vem reforçada no contexto atual vivido resultado do aumento da inflação que se repercute nos parecem áreas centrais na vida das famílias e por esta via assegurando-se um maior rendimento disponível. ---

----- A importância da gratuidade progressiva das creches viria ainda reforçada no contexto que as medidas de combate à inflação com impacto nos rendimentos disponíveis das famílias através da aprovação da Proposta 550, são claramente insuficientes.-----

----- Outra medida proposta, a necessidade de reforço das obras de reabilitação dos bairros municipais.-----

----- A proposta de devolução de meio ponto percentual adicional, no âmbito desta política, considera-se que carece de mitigação aplicando o valor correspondente estimado que se situa na ordem dos 7,8 milhões. No reforço da reabilitação dos bairros municipais e património disperso municipal, em particular em obras de conforto térmico sem prejuízo de outras que se mostrem necessárias. O referido reforço assumiria no atual contexto, uma importância adicional resultado do aumento da inflação, que se repercutiria nos preços em áreas centrais, assegurando-se por esta via, um maior rendimento disponível às famílias através do aprofundamento da função redistributiva.-----

----- Foi também e ainda proposto pelo Partido Socialista o reforço do subsídio à exploração da Gebalis, fixado no valor de 40 milhões de euros e inferior ao conjunto dos contratos anteriores, aprovado através da Proposta 354/2022, montante este, claramente insuficiente em razão das necessidades objetivas. Na verdade, o somatório atual do valor constante os contratos-programa que se conta em 42 milhões de euros, os quais comparam em 54,5 milhões de euros para os anos de 2017/2021 o que configura um não investimento de cerca de 30%.-----

----- Este reforço de cerca de 7,8 milhões, estimados, destinar-se-iam a reabilitação dos bairros municipais com especial incidência em obras de conforto térmico sem excluir outras, naturalmente, e permitiria não só beneficiar as famílias residentes nestes mesmos bairros, como requalificar e valorizar o património municipal, bem como, ainda aproximar o somatório do valor dos contratos-programa ao valor do investimento previsto para o período 2017/2021.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores,-----

----- A proposta do Partido Socialista que em tanto beneficiária as famílias da nossa cidade, as crianças da nossa cidade e os cidadãos residentes nos bairros municipais de propriedade municipal, foi rejeitada pelo executivo municipal, foi rejeitada pelos Novos Tempos.-----

----- Estas nossas propostas foram chumbadas, não tendo estas medidas propostas pelo Partido Socialista obtido o acolhimento positivo do Executivo Municipal.-----

----- No ano económico de 2023 em que se prevê um dos maiores níveis de arrecadação de receita municipal, não se compreende como pode o município afastar da sua responsabilidade medida e políticas públicas de tão relevante importância. -----

----- Perdem as famílias, perdem as crianças, perde o investimento da e na cidade.-----

----- O PS irá abster-se na votação da Proposta 741, deixando hoje o registo claro de que futuramente irá mostrar-se totalmente intolerante face às opções políticas e fiscais do executivo e não será permeável a todo e qualquer argumento que faça contraponto a propostas sérias que visem a igualdade e equidade e, a justiça fiscal e social da cidade de Lisboa.-----

----- Disse, Senhora Presidente!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada!”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhora Deputada Isabel Mendes Lopes, do LIVRE tem a palavra.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Mendes Lopes (LIVRE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde! -----

----- Nós votaremos a favor das Propostas sobre a Derrama, sobre IMI e sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem e, por isso, vou focar a minha intervenção na Proposta sobre IRS.-----

----- O Município de Lisboa tem direito a receber 5% IRS dos seus municípios, segundo a Lei das Finanças Locais, isto corresponde a 78 milhões de euros. -----

----- Nos últimos anos, a cidade tem abdicado de metade desta receita fiscal, ficando apenas com 2,5%. Este novo Executivo do PSD, CDS defende agora que Lisboa abdique na totalidade desta receita. -----

----- Iniciou no ano passado esta trajetória passando a ficar apenas com 2% e agora reduz para 1,5%. Cada salto de meio por cento equivale a uma perda de receita municipal de 8 milhões de euros anuais. Este abdicar da receita é apresentado por Carlos Moedas como uma devolução do IRS aos lisboetas, mas não é uma devolução do IRS aos lisboetas, é sim a alguns lisboetas e aos lisboetas que já têm mais rendimentos. -----

----- Um lisboeta que ganhe o salário mínimo não está abrangido, 40% das famílias não pagam IRS em Lisboa, porque os seus rendimentos não são suficientemente elevados. Eu já o disse no passado, quando fizemos esta discussão e volto a dizê-lo, esta medida é errada! É errada, porque é injusta e agrava a desigualdade. -----

----- A progressividade fiscal é o princípio basilar de uma taxaçaõ justa. Esta proposta representa o oposto disso! -----

----- Devolver uma parte do imposto progressivo que pretende o equilíbrio na distribuição da riqueza é uma medida regressiva e que anda para trás nesta redistribuição. Nós temos de devolver às pessoas aquilo que é delas sim, é verdade, mas isso significa melhores serviços, melhor espaço público, melhores políticas para todas as pessoas e não abdicar do orçamento em favor de quem já tem mais. -----

----- Estes 8 milhões de euros de que o Executivo PSD, CDS está a abdicar em 2023, dariam para atribuir um subsídio de renda a mais 1700 famílias, além das 1000 que já

serão abrangidas pelo Programa Municipal de Apoio à Habitação em Lisboa para jovens, aprovado pela oposição. -----

----- Estes 16 milhões de euros de que o Município de Carlos Moedas está a dedicar face ao executivo anterior, dariam para apoiar mais 3.400 famílias com subsídio de renda ou para construir dois novos Centros de Saúde ou para triplicar o número de árvores que o Executivo já vai plantar nas ruas de Lisboa e que são essenciais para a nossa saúde e para combater as ondas de calor. -----

----- Se pensarmos na totalidade da receita que Lisboa vai abdicar em 2023, de quase 55 milhões de euros, percebemos o tanto injusta e desigual é esta medida, são 55 milhões de euros que não vão ser usados para ajudar as pessoas no drama da habitação, que não vão ser usadas na melhoria das escolas, em parques infantis, nos espaços verdes, na melhoria dos passeios, na melhoria da mobilidade. -----

----- Nesta altura de grande incerteza e em que as famílias, principalmente as famílias com menos rendimentos, vivem um drama financeiro com o aumento do custo as suas compras e da sua habitação, nós devíamos estar a dar exatamente o sinal contrário, tornar claro para os lisboetas que nós não estamos a deixar ninguém para trás e que vamos reforçar o investimento público naquilo que é de todos. Ao contrário do que diz o Presidente Carlos Moedas, a política fiscal é sempre política, porque estamos a fazer escolhas, estamos a escolher quem é que é apoiado e como é que distribuímos a riqueza e, por isso, e naturalmente e convictamente votaremos contra esta medida. -----

----- Obrigada!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada!” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Não Inscrito, António Avelãs que vai falar também com o tempo da Senhora Deputada Dores Ribeiro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Avelãs (DNI)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Pretende a Câmara Municipal de Lisboa passar para 3,5% a devolução aos lisboetas da parte de IRS que é consignável com o argumento de que tal beneficia os lisboetas. -----

----- Certo é que beneficiar alguns, particularmente os economicamente mais beneficiados. -----

----- Tal medida custará Câmara largas dezenas de milhões de euros. -----

----- Num momento em que a crise social e económica se agudiza veja-se a título de exemplo o aumento da população Sem-abrigo na cidade, entendemos que seria muito mais justificado que tal receita de que a Câmara Municipal de Lisboa pretende prescindir, fosse utilizada para melhorar os apoios sociais da cidade junto de populações, parte das quais nem sequer paga IRS e que, portanto, nada beneficia com esta proposta da Câmara. -----

----- Os Deputados Não Inscritos dos Cidadãos por Lisboa, votarão contra esta proposta!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado!” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, da Iniciativa Liberal tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo de Mello Gonçalves (IL)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, estimado Público. -----

----- Há um ano, mais concretamente no dia 21/12/2021 na discussão das propostas da política fiscal do município para o ano de 2022, daqui deste mesmo púlpito e em nome da Iniciativa Liberal, elogiei opção da Câmara de aumentar a devolução do IRS às pessoas, alertando no entanto também que deveríamos olhar para a carga fiscal das empresas e reduzi-la. -----

----- É pois, com desilusão que olhamos para a Proposta da Derrama para 2023 e vemos que não houve qualquer alteração no sentido de baixar este imposto. Em 2022 dos 308 Municípios do país, apenas 127 aplicaram a taxa máxima e Lisboa voltou a ser um deles. -----

----- Em 2023, a nossa cidade continuará a pertencer ao clube da taxa máxima. -----

----- Da parte da Iniciativa Liberal, consideramos fundamental que a Câmara reveja e diminua também a tributação das empresas tendo sido, aliás, um dos nossos compromissos eleitorais. -----

----- Senhor Presidente, em vez de olharmos para as empresas apenas com a lógica dos subsídios e dos programas de apoio, olhem também de uma forma mais estrutural e baixemos os impostos. As empresas são fundamentais no tecido da cidade são elas que criam postos de trabalho e são elas que criam riqueza. -----

----- Da parte da Iniciativa Liberal, queremos dar o pontapé de saída para essa discussão e, por isso, anuncio, desde já aqui que a Iniciativa Liberal irá para preparar e apresentar uma proposta para a revisão da Taxa da Derrama e dos montantes e critérios, para as respetivas isenções para que em sede de revisão do Regulamento dos Benefícios Fiscais a possamos discutir. -----

----- Pelo exposto, a Iniciativa Liberal não poderá acompanhar esta Proposta da Derrama. -----

----- No que diz respeito às restantes propostas da política fiscal votaremos a favor de todas elas e aqui não queria deixar de realçar com agrado que este Executivo pretende dar mais um passo na direção certa, isto é, no sentido de aumentar a devolução do IRS aos munícipes, reduzindo assim a excessiva carga fiscal sobre as famílias. -----

----- Este foi também um dos compromissos eleitorais da Iniciativa Liberal e nós gostaríamos que esse caminho que fosse mais rápido, ainda assim, vai na direção certa e, por isso apoiaremos. -----

----- Obrigado!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado!” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhor Deputado Fábio Sousa do PCP tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente Assembleia Municipal, Executivo Camarário, Caro Público que nos acompanha aqui e em casa, Trabalhadores da Câmara Municipal. -----

----- Boa tarde! -----

----- As opções de política fiscal contida neste orçamento vêm expor o acentuar das desigualdades preconizadas pelo programa levado a cabo pelo PSD, CDS. -----

----- Com o Orçamento 2023, agrava-se a isenção do IRS passando de uma isenção de 3% para 3,5%, ficando a participação do município no IRS do Estado em 1,5%. -----

----- A receita integral da participação no IRS corresponde a uma verba com uma significativa expressão no orçamento do município de Lisboa, ronda os 38% do investimento municipal em aquisição de bens de capital, corresponde a cerca de um ano de investimento realizado na habitação e a sete anos de subsídios à exploração da Gebalis, com base no relatório de gestão 2021. -----

----- A eventual opção pela não participação ou por uma participação apenas parcial no IRS da cidade teria como consequência principal a transferência direta de um elevado montante de recursos públicos para o orçamento das famílias de maiores rendimentos e inevitavelmente para as famílias mais ricas da cidade que integram, como sabemos o grupo das famílias mais ricas do nosso país. -----

----- O resultado prático desta medida será que os 10% de famílias com maiores rendimentos receberão 56% do IRS devolvido e os 20% com maiores rendimentos, 75,6%, o que contrasta com a ínfima percentagem recebida pelos 50% com os rendimentos mais baixos dos quais receberão 3% da devolução. -----

----- Esta medida é claramente incompatível com um projeto de valorização e desenvolvimento para a cidade, sobretudo no atual quadro de inflação crescente e de subida vertiginosa da pobreza na cidade de Lisboa. É uma opção que atenta contra o caráter progressivo do próprio imposto previsto constitucionalmente na Constituição da República Portuguesa. É pois uma opção política do PSD, CDS abdicar dos meios que permitiriam investir mais nas funções sociais do município. -----

----- A solução reside pois, numa participação integral no IRS, o 5% de forma a dar à maioria dos lisboetas aquilo a que têm direito, mais e melhor habitação, mais e melhor cultura, mais e melhor desporto, mais e melhor ação social. -----

----- Foi nesta linha de pensamento que o PCP apresentou uma proposta alternativa em Reunião de Câmara com vista à participação máxima no IRS segundo a Lei, 5% mas que não foi aprovada. -----

----- Também na Câmara vimos o PS apresentar uma proposta que aqui hoje volta a fazer referência, supostamente alternativa, mas que acompanha PSD, CDS na intenção

de aumentar a injustiça fiscal no município, visto que propõe de igual forma, uma isenção de 3%, mas com a benesse de atribuir uma verba de 7,8 milhões de euros para obras nos bairros municipais e no património disperso. Esta proposta mostra-se incompreensível, pois, para o PS abdicar de 46,7 milhões de euros em 2023, que seria a perda do município com a isenção do IRS em 3,5% é aceitável, se em contrapartida for atribuído um apoio 6 vezes menor quando comparado com a verba que o município poderia obter se não houvesse isenção.-----

----- Esta proposta do PS revela-se ainda mais incompreensível, considerando que, no anterior mandato uma isenção destas nunca foi equacionada e manteve-se nos 2,5%. Esta é a constatação evidente de uma diferença PS, PSD cada vez mais batida pelas políticas ao longo das últimas décadas. É também por esta e, por tantas outras que os vemos muitas vezes, confundirem-se uns com os outros.-----

----- Aquilo que é inerente a esta medida é que a maioria dos lisboetas ou não receberá nada ou receberá muito pouco, abrindo portas para uma cidade ainda mais desigual e feita à medida dos mais privilegiados.-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado!”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou:-----

----- “Senhor Deputado Martim Borges de Freitas, do CDS-PP tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Martim Borges de Freitas (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vice-presidente, Senhoras e Senhores vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais minhas Senhoras e meus Senhores,-----

----- Queria começar esta minha intervenção, porque não fiz antes na sua presença para saudar a Senhora Vereadora, Sofia Ataíde e desejar-lhe um excelente mandato, aliás, tenho a certeza de que, com certeza, ficará um bom legado depois do seu mandato.-----

----- Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- A política fiscal do município é reflexo das opções políticas que orientam a sua governação.-----

----- Há quem Governo sempre na tentativa de impor mais impostos e mais taxas.-----

----- Há quem não acredite que a pressão fiscal tem de ter limites. Limites para os sacrifícios que se exigem aos contribuintes, limites para o valor que se tira à economia produtiva limites para quem gasta o que outros ganharam. Mas há também quem Governe com corresponsabilidade, sabendo que com disciplina, rigor e eficiência é possível fazer-se mais gastando menos.-----

----- Hoje, estamos perante um novo contrato social para Lisboa, o contrato social dos Novos Tempos. Um contrato em que a Câmara não abdica de nenhuma das suas

responsabilidades, não diminui qualquer das suas atribuições, mas, pelo contrário, aumentar resposta social, avança com medidas anti-inflação, fortalece os serviços prestados e devolve aos lisboetas o que os lisboetas e o município conseguiram poupar.-----

----- Cada euro do orçamento é hoje gasto com a máxima responsabilidade. Cada euro recebido é dedicado às prioridades do programa eleitoral sufragado, cada euro que sobra, é devolvido a quem ganhou! -----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,-----

----- Para o CDS, os destinatários preferenciais da ação política são as pessoas as famílias, as escolas, as empresas e dentro destas os comerciantes.-----

----- O CDS-PP nas eleições autárquicas comprometeu-se a defender no âmbito do que aqui se discute hoje políticas de promoção de uma fiscalidade municipal responsável, assumimos por isso no quadro da Coligação Novos Tempos, a obrigação de contribuir para que pudesse ser desenvolvida uma gestão eficiente equilibrada e transparente dos serviços públicos autárquicos, com a redução da carga fiscal. -----

----- O CDS pretende que o Município de Lisboa venha a ser reconhecido como um concelho amigo do contribuinte, saúda por isso vivamente, o Executivo Municipal e Vossa Excelência Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, pelo sinal que aqui hoje volta a dar de que a carga fiscal imposta a Lisboa vai continuar a ser reduzida. -----

----- O que se lamenta é que a proposta de Orçamento que previa originalmente a isenção de pagamento de IMT para os jovens que adquirissem casa até 250 mil euros tenha sido chumbada pela esquerda unida.-----

----- A esquerda unida rejeitou a isenção deste imposto, àqueles que quando pensam no seu futuro, têm de olhar além-fronteiras não apenas do concelho, mas do próprio país, porque no seu país e no seu próprio concelho continuam-lhes a serem confiscadas as oportunidades.-----

----- Aos baixos salários, os jovens têm de acrescentar contratos incertos e aos contratos incertos, têm que acrescentar impostos altos.-----

----- No momento de afirmação da liberdade individual que é por natureza crítico para os jovens, a esquerda unida nega-lhes solidariedade, no momento em que tem vontade de dar o passo em frente e constituir família a esquerda unida subtrai-lhes esse desejo, e no momento em que se acentua a perspetiva de poderem vir a tornar-se independentes a esquerda unida recusa-lhes autonomia.-----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cada vez mais vamos tendo menos dúvidas, enquanto a esquerda unida tiver maioria, esta cidade não será para novos.-----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, assegurada uma gestão eficiente, equilibrada e transparente reduzida a despesa pública municipal e o endividamento e, evitados despesismos e esbanjamento de recursos públicos, há condições objetivas para o desagravamento de impostos municipais. -----

----- A devolução de dinheiro aos lisboetas, pago em sede de IRS foi já no decurso deste ano, um excelente sinal. Um excelente sinal para os lisboetas que pagam impostos, mas devolver ainda mais IRS aos lisboetas em 2023 e renovar o

compromisso de que Lisboa devolverá mesmo os 5% de IRS até ao final do mandato constitui uma dupla vantagem.-----

----- Por um lado ao devolver parte dos rendimentos do trabalho, o Executivo garante mais dinheiro nas mãos dos lisboetas. Por outro lado ao fazê-lo, está a honrar a palavra dada, o que nos tempos que correm convenhamos não é de somenos.-----

----- Honrar nesta como em todas as matérias, os compromissos eleitorais que defendemos junto dos lisboetas, não se esquecendo depois de ganhas as eleições é e tem de continuar a ser uma marca distintiva do exercício do atual mandato autárquico.

----- Mas esta devolução Senhora Presidente e Senhores Deputados é mais do que isso, é evidentemente o tal forte sinal político, mas é também e essencialmente um sinal de respeito pelos contribuintes, o que lhe estamos a dizer, o que estamos a dizer aos contribuintes lisboetas, é que nós sabemos o quanto é que o dinheiro custa a ganhar, que nós sabemos a falta que o dinheiro faz, num tempo especial de aumento do custo de vida e nós sabemos que o dinheiro dos lisboetas, o vosso dinheiro não é nosso.-----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, a política fiscal traçada pelos Novos Tempos, não estando ainda concretizada é justa, é a mais rigorosa, a mais solidária e a mais verdadeira, é a política fiscal certa, travá-la pode deixar a esquerda unida contente, mas só deixará a esquerda unida contente, os lisboetas esses já perceberam para onde sopram os ventos.-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado!”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhor Deputado Jorge Nuno de Sá, do ALIANÇA tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Nuno de Sá (ALIANÇA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- A fixação de taxas agravadas em sede de impostos municipais sobre imóveis, do IMI, é uma das ferramentas ao dispor dos municípios para combater os prédios degradados ou devolutos.-----

----- A proposta que hoje aqui nos é apresentada, de resto semelhante àquela que foi aprovada para o ano em curso, centra-se nos prédios em que os proprietários foram intimados pela Câmara Municipal a realizar obras de recuperação em prédios degradados. Mas o problema que mais condiciona a disponibilidade de habitação no concelho de Lisboa são os milhares, muitos milhares, 48 (quarenta e oito) mil quando se calcula o cruzamento de várias fontes estatísticas de prédios devolutos na sua maioria há mais de dois anos. Num concelho integralmente classificado há dois anos como zona de pressão urbanística seria expectável ver hoje esses prédios urbanos que se encontram devolutos há mais de dois anos, os prédios em ruínas, bem como, os terrenos para construção inseridos no solo urbano e cuja qualificação em plano

municipal atribui aptidão para uso habitacional com o seu IMI agravado ao sêxtuplo com a respetiva listagem publicada no sito da Câmara Municipal e no Boletim Municipal que decorre da Lei em vigor.-----

----- Estamos a 24 dias da data limite para a Câmara comunicar à Administração Tributária quais são os prédios que irão ver o seu IMI agravado, por não se encontrem em condições previstas no Artigo n.º 112-B do Código do IMI, e a pergunta é se essa listagem já se encontra concluída para publicação, sobre quantos bem imóveis incide?-----

----- Senhor Presidente, como imagino que ainda não esteja concluída, insto a que se aparecem os serviços a fazê-lo!-----

----- Sabemos que esta penalização não resolve *per si* o problema da habitação, mas ajuda, é um dos caminhos quiçá o caminho da parte negativa e não da parte do estímulo, mas também ele serve para um estímulo à renovação do património edificado e à sua utilização para fins habitacionais. -----

----- Sobre o IRS e a devolução do IRS e algumas coisas que foram aqui ditas. Apraz-me, satisfaz-me ao aumento da redução da taxa, conforme compromisso eleitoral a que se propõem, como dizia agora o Deputado Martins Borges Freitas, cumprir a palavra dado hoje em dia, não é de somenos.-----

----- E não estamos a falar de nenhum benefício, estamos a falar de justiça. Porque, ao contrário do que aqui foi dito, quem paga IRS não é quem é rico! Quem paga IRS é quem trabalha e é a estes que estamos a falar de devolver uma parte do rendimento do seu trabalho e, não é isso que implica fazer menos investimentos municipais, isso implica fazer melhor gestão do dinheiro municipal e gerir melhor os seus investimentos. -----

----- Esta é a diferença que eu percebo que a esquerda mais extrema não consiga discernir! -----

----- Sobre a Derrama, Senhor Presidente e quando falamos da isenção, que é proposta para este ano Derrama Municipal sobre empresas é uma matéria que nos deve no próximo ano levar alguma reflexão, com o aumento galopante da inflação nós, quando se desmontamos os números e vamos ver que empresas é que são abrangidas, estamos a falar de empresas cujas faturas ronda os 400 (quatrocentos) euros diários, se falamos num pequeno quiosque como o que existe aqui à frente da Assembleia e se falamos em venda de jogo, por exemplo, indiferente serem de jogos da Santa Casa Misericórdia, estamos a falar de uma margem de 28 (vinte e oito) euros diários quando corresponde estes 400 (quatrocentos) euros de faturação, destes 28 (vinte e oito) diários tem que tirar as despesas de luz, de água, nos salários. Portanto, estes negócios praticamente não existem ou são muito poucos! Se falarmos em venda de tabaco, esta margem da reduz para 16 (dezasseis) euros diários, portanto, estamos a falar de já poucas empresas e se não atualizamos estes valores no próximo exercício, estaremos em ser o risco de ter apenas uma isenção simbólica e estas pequenas e médias empresas são grande parte do tecido económico da cidade que fez preservar, apoiar e dignificar. -----

----- Sobre o IMT gostaria de estar aqui a cumprir um compromisso eleitoral que temos de isentar os jovens do pagamento IMT, infelizmente, a esquerda não nos permite.-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado!-----

----- Pergunto à Câmara que quer usar da palavra? Senhor Presidente da Câmara tem a palavra!”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Obrigado Senhora Presidente!-----

----- Eu queria apenas refazer aqui três breves comentários sobre a política fiscal.-----

----- Porque eu acho que é importante, no fundo, sairmos um bocadinho aqui desta nossa discussão e pensar política fiscal para as pessoas.-----

----- E eu ouvi aqui muitos comentários sobre uma questão que é factualmente errada, que é dizer que se baixarmos impostos estamos a baixar as receitas, isto não é verdade! Muitas vezes baixar os impostos é aumentar as receitas, baixar um imposto como o IMT neste caso é potenciar a receita de mais jovens que vêm para a cidade, é exatamente o contrário, é que isto realmente divide-nos, é que baixar os impostos não é forçosamente baixar as receitas da Câmara, portanto, está errado! É factualmente errado e, portanto, não se pode deixar passar um argumento deste tipo.-----

----- O segundo, é um argumento sobre o IRS, e centrar a discussão e dizer, como dizia o PCP e, também, Bloco de Esquerda que, no fundo, o IRS e para ajudar os ricos. Eu acho este argumento, eu diria tão pobre tão pobre, por uma razão muito simples! Aquilo que é a receita de uma Câmara Municipal são sobretudo impostos sobre o património só entre IMT e IMI são 400 (quatrocentos) milhões de euros que a Câmara vai receber, portanto, isso é impostos sobre o património, aquele que nós falamos sobre o IRS, estamos a falar de 10%, disto. A Câmara receberá talvez 40 (quarenta) milhões, 10% de 400 (quatrocentos), ou seja, nós estamos a comparar coisas incomparáveis, é incomparável dizer que estamos a dar um sinal no IRS! É que, é preciso de vez em quando olharmos assim para todo! Olharmos para a imagem, olhar para o contexto, não podemos estar só no fundo a olhar para o detalhe.-----

----- Então nós estamos aqui a dizer que devolver o IRS é um problema! Então as Câmaras Municipais, sobretudo são estes impostos sobre o património e é isso que faz viver uma Câmara Municipal, não são os 40 (quarenta) milhões de IRS. Portanto, disso é um erro de base, é um erro que eu não posso deixar passar, peço desculpa, ter que reagir desta forma! Não se pode deixar passar um argumento que não é válido, não é válido!-----

----- O segundo é, que eu diria que é também realmente algo extraordinário e eu vou continuar a insistir no IMT e não me calarei com o IMT. Porque, nós olharmos para aquilo que é, que nós queremos dar incentivos aos jovens para virem para a cidade ou não?-----

----- Nós queremos condenar os nossos jovens a não terem ambição?-----

----- Os nossos jovens têm que ter a ambição de comprar uma casa. Os dados da autoridade tributária são claros, das transações imobiliárias feitas pelos menores de 35 anos, metade são até aos 250 (duzentos e cinquenta) mil euros, portanto, é comprar o seu primeiro apartamento, não estamos obviamente a dizer que vão comprar uma casa com 4 assoalhadas, mas é dar essa oportunidade, esse sonho aos jovens! Não podemos continuar a ser um país que corta a ambição dos jovens! Isto não é ideológico, não é ideológico, temos que ter realmente a capacidade de trazer ambição aos jovens.-----

----- Reparem a 10 ou 15 anos atrás quando os senhores compravam casa, tinham isenção do IMT porque, o IMT até aos 90 (noventa) mil euros era zero, então o que acontece é que o preço das casas aumentaram e o que nós estamos a dizer é que vamos isentar até ao valor mais alto, estamos a atualizar aquilo, portanto, isto não é ideológico, portanto, vamos continuar meus senhores! Vamos continuar, porque realmente é importante as pessoas lá fora percebem.-----

----- E, portanto, eu não podia deixar passar aqui este comentário, agradeço a todos os outros comentários, agradeço a responsabilidade de todos, mas este ponto fiscal é importante, é importante explicar às pessoas e, portanto, agradeço esta palavra que me deu Senhora Presidente, obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado Presidente!-----

----- Vamos então passar à votação, começamos pela Proposta 739/CM/2022 - Lançamento, em 2023, de uma Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, gerado no Município de Lisboa, para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros.”-----

----- A **Proposta 739/CM/2022** foi aprovada por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) António Avelãs e Maria das Dores – Contra: BE/ CHEGA - Abstenção: IL.-----

----- A **Proposta 740/CM/2022** foi aprovada por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ IL/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) António Avelãs e Maria das Dores – Contra: BE/ CHEGA.-----

----- A **Proposta 741/CM/2022** foi aprovada por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PSD/ CDS-PP/ IL/ CHEGA/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA – Contra: PCP/ BE/ PEV/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) António Avelãs e Maria das Dores – Abstenção: PS.-----

----- A **Proposta 742/CM/2022** foi aprovada por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ BE/ IL/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) António Avelãs e Maria das Dores – Contra: PCP/ PEV – Abstenção: CHEGA.-----

----- **6. APRECIACÃO DOS PONTOS 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8 E 9 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 743/CM/2022 - ORÇAMENTO PARA 2023 E AS GRANDES OPCÕES DO PLANO PARA O QUINQUÉNIO 2023-2027, O**

MAPA DE PESSOAL E A TABELA DE TAXAS PARA 2023, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NAS ALÍNEAS A), O) E B) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 209/2009, DE 3 DE SETEMBRO, NO N.º 2 DO ARTIGO 24.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO, NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA REDAÇÃO ATUAL, SOB CONDIÇÃO DE PREVIA APROVAÇÃO DO PARECER PELA 1ª COMISSÃO PERMANENTE; GRELHA E (LIMITE MÁXIMO DE 5 X GRELHA A) - 5 HORAS; VOTAÇÃO;-----

----- (A Proposta 743/CM/2022, fica anexada à presente Ata, como Anexo X e dela faz parte integrante) -----

----- Parecer da 1ª Comissão Permanente.-----

----- (O Parecer 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata, como Anexo XI e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao Ponto 6 da nossa Ordem de Trabalhos - Apreciação dos pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 na parte deliberativa da Proposta 743/CM/2022 - Orçamento para 2023 e Grandes Opções do Plano para o quinquénio 2023 2027, o Mapa de Pessoal e a Tabela de Taxas para 2023. -----

----- Pergunto à Câmara quem apresentar Proposta?” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: ---

----- “O Senhor Vice-presidente!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada!”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, Filipe Anacoreta Correia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhora Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.-----

----- Um Orçamento Municipal começa por um longo trabalho de muitos meses, com o envolvimento de muitas equipas e serviços técnicos. -----

----- No momento em que esta proposta é discutida na Assembleia Municipal e que ganha aqui o cume da sua relevância e dignidade política, quero começar antes de mais por realçar o trabalho dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa e em particular o das Finanças.-----

----- E este ano em concreto, gostaria de destacar a sua chefia superior. Ser diretor das Finanças nunca é fácil e é frequente ser alvo de inimizades ou pelo menos de incompreensões, cabe-lhes defender o interesse de todos. A Doutora Paula Costa que aqui está e que quero cumprimentar é Diretora Municipal das Finanças há 12 (doze) anos, ou seja, já preparou e trabalhou empenhadamente em doze orçamentos de, pelo

menos três Presidentes de Câmara, entrou na Câmara há cerca de 30 (Trinta) anos como estagiária e tem cerca de 20 (vinte) de chefia. Dela vemos um modelo para aqueles que hoje entram na Câmara e este ano entraram cerca de 600 (Seiscentas) pessoas na Câmara. -----

----- Quantas noites, quantos sobressaltos, quantas forças para encontrar aquela solução, para apagar aquele fogo, quantos anos de vida e quanta entrega e quantas amizades que ficam para sempre na teia das cumplicidades e das entregas que nos fazem. E fazem da Câmara Municipal antes de mais uma comunidade de pessoas, uma comunidade de pessoas que serve a cidade de Lisboa. -----

----- A Doutora Paula Costa transmitiu-me há cerca de três meses, que queria deixar de exercer estas funções e a meu pedido aceitou permanecer nestas funções com a lealdade de sempre até à conclusão do processo orçamental que hoje concluiremos. ----

----- A ela devo neste agradecimento e porque sei que não é apenas meu, nem é sequer apenas dos diferentes executivos que serviu ao longo da sua vida, mas é de todos nós. E é da cidade que esta Assembleia Municipal representa, peço uma homenagem e uma ovação à Senhora Doutora Paula Costa.”-----

----- **(Neste momento ouve-se uma salva de palmas)** -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, Filipe Anacoreta Correia,** no uso da palavra continuou a sua intervenção: -----

----- “E desenganam-se Senhora Doutora Paula Costa, isto é, esta homenagem não é uma despedida, porque continuaremos a contar consigo em elevadas funções no universo municipal. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados! -----

----- O momento da discussão de um Orçamento Municipal, além de solene, constitui um marco no calendário político da cidade. Este orçamento também tem um marco que sinaliza o caminho que estamos a percorrer e esse marco diz-nos; consolidação, concretização e mudanças. -----

----- É um orçamento da consolidação, porque evidencia todo o trabalho feito, porque dá notícia de que a Coligação Novos Tempos está efetivamente no controlo da operação municipal, sobretudo porque a cidade está melhor hoje do que estava em outubro de 2021. -----

----- Graças a esse trabalho, o nosso ponto de partida é bem mais favorável do que aquele que herdámos, desde logo, um orçamento de mil trezentos e cinco milhões de euros, que contempla um investimento de quatrocentos e cinquenta e cinco milhões de euros, mais 14% face a 2022 ,e tudo isso sempre a responder à cidade.-----

----- Quando tomámos posse a pandemia, ainda era uma ameaça e nós aumentámos a capacidade de vacinação e a testagem na cidade. Respondemos socialmente reforçando os necessitados, as respostas para os mais necessitados e acompanhamos as necessidades e os apelos do país face a uma situação de emergência, de guerra na Ucrânia e de acolhimento massivo de ucranianos pela cidade de Lisboa.-----

----- Enfrentámos desorçamentações como os compromissos assumidos diante das freguesias para a higiene urbana sem cabimento, respondemos, fizemos, avançámos. --

----- Implementamos o acesso gratuito nos transportes públicos para jovens e maiores de 65 anos, uma medida com grande adesão e tem sido um grande sucesso e que representa um passo pioneiro que agora deverá ser seguido por uma nova política de transportes, em toda a área Metropolitana e quem sabe a nível nacional pelo Governo.-

----- Na sustentabilidade Lisboa foi escolhida em 2022 para integrar a lista das cem cidades inteligentes comprometidas a ser climatericamente neutras em 2030, é verdade! Uma candidatura deste Executivo e que foi selecionado e que será concretizado. E temos dado tantos passos significativos nesta matéria, portanto, tantos passos com investimentos massivos que este orçamento também concretiza na renovação tecnológica, na área dos transportes e na área da mobilidade suave. Mas, podíamos falar também de eficiência hídrica e poupança de água potável. -----

----- No universo da Câmara pusemos em marcha um ambicioso plano de contratação e rejuvenescimento dos recursos humanos, conseguimos inverter pela primeira vez, a média de idade dos trabalhadores da Câmara de Lisboa passou dos 51 para 50 anos e este plano continuará. Respondemos, fizemos e avançamos. -----

----- Criámos o Conselho de Cidadãos de Lisboa, reativamos o Conselho Municipal de Habitação e propusemos o novo modelo para o Conselho da Interculturalidade e Cidadania. Por seu lado, aprovamos o Código de Ética e a Conduta do Município e o Regulamento de Canal de Denúncias que hoje entra em funções na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- A confiança dos lisboetas nas instituições será tanto maior quando for também a transparência na gestão do município e a prestação de contas dos políticos eleitos.-----

----- Também as operações e serviços do município foram otimizadas, designadamente a simplificação e desburocratização dos licenciamentos e, hoje os serviços da Câmara já conseguem aprovar projetos urbanos, mais projetos urbanos do que aqueles que dão entrada no sistema. Fizemos, respondemos e avançamos! -----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,-----

----- Este Orçamento que aqui apresentamos hoje com as grandes operações do plano com todo o mapa de pessoal. É um documento projetado sobretudo para o futuro e que introduz na cidade de Lisboa e para a cidade de Lisboa, aspiração de uma nova audácia de uma nova ambição, de um novo futuro para os jovens e para os mais velhos. -----

----- Reforçamos as respostas sociais, num tempo de grande exigência que vivemos atualmente, reforçamos as respostas sociais, reforçamos o investimento na habitação que será sem precedentes o maior da cidade e da história de Lisboa. -----

----- Reforçamos o investimento em equipamentos sociais, nas creches, nas escolas. ---

----- Reforçamos o investimento na área da renovação tecnológica, na área dos transportes, teremos um investimento sem precedentes na cidade de Lisboa e apostamos dos transportes como uma política fundamental para mobilidade na cidade.

----- Senhoras e Senhores Deputados, -----

----- Apresentamos a esta Câmara um orçamento com a consciência tranquila de quem num ano criou condições à cidade de Lisboa de sonhar alto e nós temos aspiração que este orçamento não seja negado à cidade, porque a cidade precisa deste orçamento. ----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-presidente!-----

----- O Deputado Luís Newton era o Relator deste ponto, pergunto se prescinde a apresentação? Vamos passar aos inscritos.-----

----- Chamamos então Deputado António Valente do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Valente (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhoras e Senhores Vereadores e a todos os presentes. -----

----- Guerra na Europa, crise energética, crise climática, recuperação de uma pandemia, aumenta taxa de inflação, das taxas de juro.-----

----- 2023, não vai ser um ano fácil para a grande maioria da população e dos lisboetas, mas é em altura de crise que mais esperemos de quem nos governa e melhor se avalia as lideranças! -----

----- Com tantos e tão grandes desafios é imprescindível que o executivo coloque em prática medidas efetivas de apoio para aqueles que já este mês terão Natal menos quente e um futuro bastante incerto. -----

----- O Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa para 2023, não é o Orçamento idealizado pelo PAN, pois não resolve os problemas estruturais da cidade nem diminui enorme desigualdade existentes. Lisboa, devia ter tido a ambição de ir mais além, responder de uma forma mais holística às necessidades que os lisboetas vivem hoje.-----

----- As dificuldades de acesso à habitação com rendas incomportáveis para os orçamentos familiares, a falta de espaços verdes e a conseqüente má qualidade do ar, uma visão integrada para mobilidade suave e uma adequada gestão de recursos financeiros que a Câmara tem ao seu dispor, deve servir para melhorar a vida de quem cá vive, trabalha ou estuda. -----

----- Apesar disso, congratulamo-nos com algumas das medidas que em sede de direito à oposição Grupo Municipal do PAN havia proposto, se encontram inscritas nas Grandes Opções do Plano 2023/2027. -----

----- Começamos por felicitar o Executivo pelo prosseguimento do Programa *Housing Frist* e pelas 380 (trezentas e oitenta) vagas ao abrigo deste programa. Infelizmente, não é o número que gostaríamos de ver, uma vez que fica aquém das necessidades atuais. Segundo os dados da própria Câmara Municipal de Lisboa existem cerca de 3.780 (três mil setecentas e oitenta) pessoas em situação de Sem-abrigo, das quais 500 (quinhentas) vivem na rua. Acreditamos que a medida desenvolvimentos novos projetos que alocam vagas ao Património Municipal para o alojamento de pessoas em situação de Sem-abrigo, seja também um passo para este sentido, não pode ter a autarquia património imobiliário fechado, degradado e sem utilização. Este património deve ser reabilitado e disponibilizado para as pessoas em situação de

maior fragilidade, assim como para as famílias que até aqui, podiam ter vidas financeiras mais estáveis, mas que rendas in comportáveis em Lisboa as empurraram para fora da cidade, (conforme falou o Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção, 56 (cinquenta e seis) mil pessoas saíram da cidade). -----

----- Hoje não são apenas as pessoas pobres que não conseguem arrendar casa na capital do país, hoje temos uma classe média que também não consegue fazer. -----

----- Congratulamo-nos também pela criação de uma unidade residencial de autonomização para jovens LGBTI, que tinha sido expulsos de casa ou que tenham sido vítimas de violência por motivo da sua orientação sexual. -----

----- O PAN pediu, insistiu várias vezes para o aumento de técnicos das CPCJ de Lisboa e que passe de ser uma promessa para algo efetivo e, por esse motivo é com agrado ver neste plano o reforço previstos de técnicos superiores destas Comissões, assim como, a eventual definição do rácio de processos de acompanhamento por cada técnico, conforme também já previmos numa recomendação elaborada pelo PAN e distribuída pelos diversos Grupos Municipais. -----

----- Um futuro difícil para as pessoas é sempre um futuro difícil para os animais. O PAN e de associações de bem-estar animal em Lisboa têm alertado para o aumento do abandono de animais domésticos. Muitos desses abandonos devem-se ao facto de os seus detentores não disporem de meios financeiros para pagar os tratamentos veterinários. -----

----- Por este motivo, o PAN tem há muito reivindicado a criação de um hospital ou um centro veterinário municipal que permita a prestação de cuidados veterinários com valores abaixo dos praticados no mercado privado e comportáveis para todos os tutores. -----

----- Pela primeira vez, vemos aquilo que designamos como o lançamento da primeira pedra desta obra. Vimos, inscrito no Orçamento Municipal o valor de 50 (cinquenta) mil euros para este projeto. Este Grupo Municipal congratula-se com esta medida, mas continuará a exercer a sua pressão política, no sentido de vermos obra executada. -

----- Concordamos também com as obras previstas para o LXCross, assim como o reforço previsto de recursos humanos e materiais para recuperação de animais silvestres. -----

----- Em plena crise climática e com a agravante de uma crise energética a sustentabilidade é um imperativo. Este Executivo parece-nos ambicioso em termos daquilo que está espelhado nas Grandes Opções do Plano, no entanto, no dia-a-dia não é isso que se vê na cidade! O abate de árvores é uma constante e sempre que questionamos este Executivo sobre o abate as mesmas a resposta é sempre igual; As obras prevalecem sobre as árvores. Não se encontram soluções que integram o ambiente na malha urbana sobretudo, faltam verdadeiras medidas de compensação com o real impacto ambiental. -----

----- Seja em escolas ou até mesmo em praças ou parque o abate de árvores e as podas indevidas são contrárias a tudo o que está previsto no Regulamento Municipal do Arvoredo de Lisboa. O desrespeito por parte de parques onde existe ecossistemas é frequente, sobretudo, aquando da realização de eventos que até se isentam impostos! --

----- O Presidente da Câmara diz-nos que, o Plano de Drenagem é uma obra de prevenção das alterações climáticas. Só que não é! Este plano não é uma forma de prevenção, mas sim uma minimização dos seus efeitos. -----

----- Para realizar todas as obras que o Plano obriga, há árvores que vão ao chão quando sabemos que a sua importância para o combate às alterações climáticas, assim como, criar refúgios de calor é essencial, essas sim, fazem parte de um verdadeiro Plano de Prevenção das Alterações Climáticas. -----

----- Por não vermos nas questões mais micro uma ambição deste Executivo em zelar por uma sustentabilidade ambiental na criação de medidas reais de prevenção às alterações climáticas, temos dificuldade em crer que a nível mais macro isso será realizado, mas cá estamos para fiscalizar. -----

----- E é com a maior frontalidade que dizemos hoje não acreditar nas grandes medidas por parte deste Executivo, no âmbito de uma cidade sustentável também teremos a humildade de admitir que nos enganemos e que este Executivo deixou uma marca numa Lisboa mais verde, se assim for o caso. -----

----- O PAN irá abster-se na votação do Plano e Orçamento. -----

----- Desejamos mais habitação, mais apoio social, mais medidas de mobilidade suave, melhores e mais eficientes de transportes públicos, mais natureza, mais proteção dos animais. O crescimento económico de nada nos vale se não for acompanhado do grande progresso social e ambiental. -----

----- Obrigado a todos!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado!” -----

----- **A Senhora Primeira Secretária Ana Mateus**, no uso da palavra anunciou: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-presidente e Senhores Vereadores. -----

----- Na sequência da apreciação do Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa para 2023 e das Grandes Opções do Plano 2023/2027, o Partido Ecologista Os Verdes pretende salientar os seguintes aspectos. -----

----- Em primeiro lugar, não é demais lembrar que um orçamento reflecte opções, que terão, ou não, como objectivo resolver os problemas que enfrentamos e, desta forma, melhorar a vida das pessoas. -----

----- Para 2023, a Câmara terá à sua disposição um orçamento de 1.305 milhões de euros, superior ao de 2022 em 137 milhões. Esta diferença corresponde, na prática, aos fundos provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que será de 138 milhões no próximo ano e de 414 milhões até 2026. -----

----- Ou seja, do ponto de vista financeiro, há recursos e há margem para fazer mais por Lisboa, para termos uma cidade mais equilibrada, sustentável e justa. Afinal, todos têm direito à cidade. -----

----- Mas, na perspectiva de Os Verdes, não é esse caminho que é feito, e este executivo prossegue algumas políticas de gestões anteriores, e que não resolvem os problemas. -----

----- As Grandes Opções do Plano assentam em seis pilares, nos quais encontramos divergências e reservas, que nos colocam, em relação ao executivo, em lados opostos como, aliás, seria de esperar. -----

----- De qualquer forma, não deixamos de referir que estes documentos expressam dois projectos significativos que contaram com o nosso apoio, a gratuidade dos transportes e o Plano de Drenagem, com as respectivas reservas que temos em ambos.-----

----- No Pilar 1: Uma Cidade Participada, que representa um investimento de 24 milhões de euros em 2023, temos o Conselho de Cidadãos, em que a Câmara Municipal de Lisboa investe mais de 300 mil euros, numa clara acção de propaganda para ouvir 47 pessoas. Valorizamos o tema da primeira reunião - alterações climáticas -, mas mantemos reservas sobre o real alcance deste fórum, sobre a opção de contratar uma empresa externa e, na prática, nem sabemos o que vai ser concretizado como resultado dessa pseudo-participação. -----

----- Não podemos esquecer que na semana passada os Novos Tempos rejeitaram uma proposta do PEV para que a Câmara Municipal de Lisboa ponderasse a possibilidade de promover sessões de esclarecimento e de envolvimento dos cidadãos sobre o orçamento municipal. Isto, sim, permitiria envolver as pessoas na gestão da cidade. ----

----- Aconteceu nesta Assembleia um volte-face que ninguém conseguiu explicar, porque em 2015 os partidos que compõem essa coligação votaram a favor de uma proposta idêntica e com os mesmos objectivos, apresentada pelo PEV. Na altura, para o PSD era positivo ouvir as pessoas, mas agora já não é tão conveniente porque, afinal, a cidade não precisa de ser assim tão participada. -----

----- O Pilar 2: Uma Cidade Sustentável, permite-nos concluir que Lisboa não está a tomar medidas efectivas para fazer face aos desafios ambientais que enfrentamos.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara refere que “caminhamos para uma cidade mais sustentável”. Mas como? -----

----- O problema do Aeroporto e do Terminal de Cruzeiros mantém-se e parece haver uma despreocupação com o combate à poluição sonora e do ar, não há medidas para minimizar os impactos que prejudicam a saúde e a qualidade de vida da população. ----

----- Não será por acaso que o PSD se absteve numa proposta de Os Verdes, nos pontos em que se pedia para a Câmara Municipal de Lisboa apelar ao Governo para uma solução que passasse pela substituição progressiva, mas definitiva, do Aeroporto Humberto Delgado, e que promovesse o diálogo para proibir os voos nocturnos.-----

----- Continuamos a ter problemas graves de trânsito devido ao volume de tráfego que todos os dias entra e sai da cidade, associado aos movimentos pendulares. Nenhuma medida foi tomada para reduzir esse tráfego e a construção de parques de estacionamento dissuasores na periferia da cidade, gratuitos para os utilizadores de transporte colectivo, está por implementar. Nas medidas propostas não encontramos a construção destes parques, apenas se refere vagamente “optimizar a oferta de estacionamento automóvel à superfície”.-----

----- Na verdade, os passos para a defesa de uma política de transportes públicos colectivos à escala metropolitana têm sido muito tímidos. -----

----- Não sendo o desenvolvimento da rede do Metro uma responsabilidade directa da Câmara, mas podendo e devendo a autarquia fazer mais, o compromisso de transformar a linha circular numa linha em laço, ficou pelo caminho. -----

----- Não concebemos como uma cidade que foi Capital Verde e que, alegadamente, tem ambições nesta área, tem um executivo que não parece estar disposto a defender o Jardim da Parada, a exigir que se apresentem outras alternativas para o traçado do Metro, que existem, e conformado com a ausência de estudos.-----

----- O traçado proposto também representa riscos para a Tapada das Necessidades e a Câmara Municipal de Lisboa reage com o mesmo conformismo. Sobre as concessões que preveem a demolição de alguns espaços e a construção de outros, sem estar identificada a necessidade ou a compatibilização com um espaço com as características únicas da Tapada das Necessidades, o executivo nem se pronuncia.-----

----- Onde anda, afinal, o comprometimento com uma política séria de combate às alterações climáticas e da promoção do bem-estar e da qualidade de vida na cidade? ---

----- Sobre a reactivação do Conselho Municipal do Ambiente, nem uma palavra, assim como também não existe para a contaminação dos solos, um perigo para a saúde pública e o ambiente, o que consideramos extremamente preocupante. Apesar de, nos últimos anos, terem surgido vários casos na cidade, não temos uma resposta concreta sobre o mapeamento dos locais contaminados ou potencialmente contaminados. Este já é o quinto ano consecutivo em que deixamos este alerta no quadro do Orçamento e a vontade da Câmara parece ser nula. -----

----- Não se percebe de que forma se pretende valorizar o património arbóreo e vegetal, “profissionalizando os serviços que lidam com a plantação e manutenção das árvores na cidade”. O PEV continua a defender o investimento na Escola de Jardinagem, enquanto principal campo de formação de jardineiros para desempenho de funções na autarquia e como forma de reverter as concessões a empresas privadas para a manutenção dos espaços verdes.-----

----- Até ao momento, não vemos qualquer vontade de mudança e a opção continua a passar pela dispendiosa externalização de serviços que poderia e deveria ser evitada, recorrendo a meios próprios do Município.-----

----- Ainda neste pilar da sustentabilidade, há um conjunto de propostas que são apresentadas apesar de terem sido anunciadas para o Orçamento de 2022, o que significa que não foram executadas, ao mesmo tempo que continuamos sem saber o que aconteceu a várias medidas previstas no âmbito da Capital Verde. -----

----- No Pilar 3: Uma Cidade de Cultura, de Economia e de Inovação, a CML diz querer relançar o turismo e refere o “desenvolvimento de uma maior harmonia com os modos de vida e tradições locais”, “um turismo mais “verde””. Mas nada foi feito para termos um ordenamento turístico mais sustentável. -----

----- O turismo merece outra abordagem, para diversificar o investimento em diferentes zonas, apostando num planeamento com base na sustentabilidade, ouvindo e envolvendo os cidadãos. -----

----- No Pilar 4: Uma Cidade Solidária refere-se a habitação, uma área que conta com fundos do PRR, sendo o orçamento total de cerca de 157 milhões de euros, com um aumento de 28% face a 2022. -----

----- Mas, até agora, não houve qualquer mudança significativa, os bairros municipais continuam a degradar-se e o direito à habitação está longe de ser uma realidade. Reforçamos, por isso, a urgência de uma verdadeira política que promova o direito à habitação e que permita criar um parque habitacional público, acessível a famílias com médios e baixos rendimentos, a uma escala que dê resposta a quem precisa. -----

----- Diz-nos a Câmara Municipal de Lisboa que, para combater os efeitos da subida dos preços, o Plano Anti-Inflação prevê o não aumento das rendas das habitações municipais. No entanto, durante este ano vêm sendo repetidas queixas do aumento antecipado das rendas pela Gebalis, que o executivo nunca conseguiu desmentir. -----

----- No Pilar 5: Uma Cidade que investe em Saúde e Educação, destacamos o Plano Saúde 65+, reiterando as reservas que temos por ser uma proposta a prazo, que duplica recursos e que não resolve o problema de fundo do acesso aos cuidados de saúde. Os Verdes nunca abdicarão de reivindicar um SNS mais robusto, com mais capacidade e que garanta continuidade e articulação no acompanhamento dos utentes. -----

----- Não deixa de ser curioso que o Presidente de Câmara que propõe esta medida, seja o mesmo que pediu ao Primeiro-Ministro para prorrogar o prazo para a transferência de competências na área da saúde, assumindo que não há condições para Lisboa receber essas competências, ao mesmo tempo que se apressa a concretizar a substituição de funções sociais que são da responsabilidade do Estado Central. -----

----- Temos depois mais umas notas sobre a apreciação destes documentos. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa vai devolver até 3,5% do IRS aos lisboetas, pretendendo alcançar os 5%, o que se traduz na renúncia de cerca de 50 milhões de euros do orçamento, para benefício de uma camada da população com rendimentos mais elevados, através de uma medida que nos parece injusta do ponto de vista social. Veremos que soluções para resolver os problemas graves da cidade vai o executivo deixar cair porque decidiu prescindir desta verba, em benefício de alguns e não de todos. -----

----- O executivo pretendia a isenção do IMT para jovens até aos 35 anos, mais uma medida desapropriada do ponto de vista social, beneficiando quem tem dinheiro para adquirir habitação a preços especulativos, mas nada fazendo para travar os despejos de quem cá nasceu e cá queria continuar a viver. -----

----- Está patente o resultado da reforma administrativa que PSD e PS prepararam, sendo flagrante nos espaços verdes e na higiene e limpeza urbana, que implicou a passagem de competências da Câmara Municipal de Lisboa para as Juntas de Freguesia, resultando numa Câmara esvaziada de competências, de meios humanos e materiais, na falta de articulação e no subfinanciamento crónico. Perante isto, a Câmara Municipal de Lisboa insiste em não recuperar as suas competências nestas áreas. -----

----- É preocupante que a cidade esteja bastante dependente da inovação e do empreendedorismo, que são importantes e não pretendemos diabolizar estas áreas,

mas sabemos os riscos que comportam, porque dependem de fluxos financeiros estrangeiros que poderão não ser permanentes e estáveis.-----

----- Mantêm-se as isenções de grandes festivais e iniciativas no quadro do empreendedorismo tecnológico. O alegado interesse público é usado para dar benefícios fiscais à Web Summit, ao Kalorama e outros. Enquanto o Plano Recuperar+ recebe 12 milhões de euros, o Hub Azul e a Fábrica de Unicórnios merecem cerca de 40 milhões. As opções estão à vista. -----

----- Ou seja, de uma forma geral, as críticas e reservas que apontávamos em orçamentos anteriores estão presentes nesta proposta, insistindo-se naquilo que Os Verdes consideram ser um erro e que contrariam as propostas que apresentamos e defendemos há anos. Não acompanhamos, por isso, este Orçamento e as Grandes Opções do Plano, que evidenciam divergências de fundo que nos colocam em lados opostos como, aliás, começámos por referir. -----

----- Já decorreram 14 meses deste mandato, apreciamos agora o segundo orçamento deste executivo e cada vez mais se torna evidente que de Novos Tempos existe apenas o nome da coligação, porque não há aspectos propriamente novos, e aquilo que poderá ser mais inovador não é necessariamente positivo. -----

----- Face a este orçamento, continuaremos a contrariar o que consideramos prejudicial para a cidade, continuaremos a apresentar propostas concretas para os problemas das pessoas e da cidade. -----

----- Senhor Presidente, é sair à rua e perguntar à generalidade das pessoas com quem se cruza, se a cidade está melhor a nível de habitação, higiene, espaço público, transportes, ruído, etc. Isto seria o melhor Conselho de Cidadãos que a Câmara Municipal de Lisboa podia promover. -----

----- Com efeito, este executivo, que criticava os anteriores por não resolverem os problemas, e que, de facto, não resolviam, tinha agora duas opções: começar a resolver esses problemas ou adiar a sua resolução. Foi esta última opção a escolhida. --

----- Obrigada!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada!” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Hugo Lobo do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal (não está aqui de momento), Senhores membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Deputados Municipais. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa apreciar agora a Proposta 743 da Câmara, que contém, contempla Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o período 23/27, o Mapa de Pessoal e a Tabela de Taxas. -----

----- Estamos perante aquele que é verdadeiramente o primeiro orçamento e as primeiras dos Grandes Opções do Plano do Engenheiro Carlos Moedas e desta

maioria sublinho, portanto, uma ideia que é da vossa responsabilidade, do vosso cunho nestes documentos cuja execução e capacidade de implementação não deixaremos, nós, Grupo Municipal do Partido Socialista de acompanhar e de escrutinar. -----

----- É uma Proposta, Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais, que traduz em primeiro lugar, uma enorme amplitude de recursos disponíveis por parte desta Câmara e deste Executivo para o próximo ano. A par do crescimento assinalável 8% das receitas de impostos, o Executivo contará, prevê o orçamento com mais 43% de receita de taxas, multas e outras penalidades. Para o partido ou para os partidos que sempre se insurgiram vigorosa e incansavelmente nesta Assembleia ano após ano, contra as taxas e taxinhas que consideraram sempre o Executivo Socialista como predador dos contribuintes e dos cidadãos de Lisboa convenhamos que os senhores não estão nada mal nutridos. -----

----- O Executivo contará também como elevada receita proveniente do Programa de Recuperação e Resiliência preparado e negociado pelo Governo, sendo que reiterava aqui ao Senhor Presidente, o Senhor Vice-presidente, um pedido que o PS já fez anteriormente que é eu, nomeadamente em sede das reuniões de Comissões, um mapa, uma informação, comum que era chamar um quadro, um dashboard, com todas as intervenções discriminadas, todas as intervenções, com os projetos, os planos e as medidas financiados pelo PRR e o respetivo montante. -----

----- Senhora Presidente, -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, -----

----- Pese embora a situação financeira muito confortável com que este Executivo contará em 2023 fruto fundamentalmente do trabalho responsável do PS de saneamento e robustecimento das contas do Município depois da derrocada a que os Novos Tempos as conduziram quando eram velhos tempos, existem na nossa perspetiva motivos para inquietação e preocupação nestes documentos que aqui apreciámos. -----

----- Assim, Senhora Presidente diria que nos preocupa o seguinte e desde já, no âmbito da mobilidade:-----

----- - O aumento do endividamento da Empresa Carris associado ao estado de degradação crescente do serviço prestado. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, eu utilizo diariamente os transportes públicos, eu utilizo diariamente os transportes públicos e não apenas para números no tik tok e no instagram e por isso, Senhor Presidente, estou em condições, se e quando o Senhor Presidente quiser de o acompanhar e ilustrar com situações concretas aquilo que lhe acabo de referir. -----

----- Preocupa-nos ainda em matéria de transportes, Senhor Presidente, a ausência de informação quanto ao chamado LIOS. Projeto que entendo e entendemos ser absolutamente decisivo para a melhoria das condições de mobilidade dos residentes na parte ocidental da cidade e também para quem se desloca à cidade, para além dos óbvios e notórios impactos ambientais, positivos que a sua implementação acarretará. -

----- Preocupa-nos Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a suspensão e a indefinição de diversos projetos na área da habitação, de entre os quais destacaria pela sua dimensão e também, porventura, por ser autarca também na zona ocidental de Lisboa, o chamado PRA do Restelo.-----

----- A Senhora Vereadora Filipa Roseta, disse-nos que a prioridade e a menina dos olhos do Executivo nesta matéria, matéria de habitação, será em 2023 o património disperso da autarquia. Muito bem, mas pergunto era impossível para a Câmara Municipal de Lisboa conciliar esta prioridade com outras ideias? Outros projetos? Outras iniciativas? Numa área em que a cidade se encontra verdadeiramente, carente! -

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, preocupa-nos não encontrar nesta proposta os investimentos nos centros intergeracionais da Ajuda, da Álvaro Pais e do Bairro da Liberdade!-----

----- Preocupa-nos Senhor Presidente, Senhores de Deputados que, ao fim do dia de tantos número de propaganda do Senhor Presidente, se constata a redução da dotação do Fundo de Emergência Social para cerca de 8 milhões de euros, inferior em mais de 50% daquilo que o Partido Socialista executou em 20, 21! -----

----- Preocupa-nos e inquieta-nos muito Senhor Presidente, que o Orçamento participativo esmoreça e minga quase que desaparece em 2023. Lá disse o Senhor Vereador Diogo Moura em resposta que ele vai ter expressão em 2024, certo! Mas a verdade é que vamos ter agora em 2023. E para 2023 essa é a nota que deixamos e é, de facto, o Orçamento que, neste momento, está aqui em causa.-----

----- Para um Executivo que tanto propagandeia e tanto alarido faz com a participação das pessoas e dos municípios, achamos que é uma falha gritante e não nos venham falar dos processos pendentes de anos anteriores, nada impedia o Executivo e o Município alocar verbas e lançar isso no Orçamento Participativo no próximo ano.-----

----- Preocupa-nos também e profundamente Senhora Presidente, Senhores membros da Mesa, em matéria de Higiene Urbana, o investimento que consideramos insuficiente na renovação da frota, trata-se de uma área onde até o Senhor Presidente reconhece que existem problemas, até ao Senhor Presidente! Onde é notória uma degradação da limpeza da cidade, (já, aliás, frisada pelo PEV), onde foram ensaiados argumentos inéditos como culpabilização das Juntas de Freguesia e dos Sindicatos e onde afinal, não vemos serem aqui assumidos os compromissos que se impõe. -----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,-----

----- Preocupa-nos muito a verba reduzida alocada ao Programa Recuperar+, Programa esse que todos concluímos, pese embora, o Senhor Presidente do negue, demorou um ano a ver a luz do dia, desde o anúncio propagandístico que foi efetuado e que, já se percebeu, percebemos todos, pouco contará para a recuperação dos agentes económicos da cidade. Mal estariam esses agentes, Senhor Presidente, se pensaram que não seria assim e se confiaram e contaram com este programa.-----

----- Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, -----

----- Preocupa-nos e a mim confesso-lhe Senhor Engenheiro Carlos Moedas, Senhor Presidente, indigna-me até um bocadinho que o Senhor Presidente matraquei todos os dias e em todos os eventos, a última vez que o fez foi; colocou no instagram, foi no

Congresso Mundial de Diabetes que o país tem um milhão de pessoas sem médico de família e que o seu plano teleconsultas vai e cito: “*colmatar falhas no acesso à saúde*”.-----

----- O Senhor Presidente acredita mesmo que com o seu orçamento de 1,6 milhões de euros para este plano vai colmatar alguma falha significativa mas serviço de saúde, Senhor presidente?-----

----- E já agora, Senhor Presidente, eu sei nesta sala e todos aqui sabemos das aspirações legítimas que o Senhor Presidente tem em matéria política de nível nacional, são legítimas e, portanto, cá estaremos para ver o desenrolar da sua carreira e do seu percurso!-----

----- Mas queria-lhe dizer Senhor Presidente, por enquanto o Senhor é só entre aspas Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e, por isso, parece-me algo descabido a utilização sistemática de dados de âmbito nacional para justificar um plano tão pequenino a nível local, Senhor Presidente! Não será de espantar com tanta propaganda, tanto mediatismo, tanto *show off* mediático, alguns dos mais incautos de outras regiões do país, das Beiras, do nosso Alentejo, Senhor Presidente, do Penedo Gordo, das Ilhas, baralhados com a torrente propaganda que o Senhor Presidente faz em torno deste programa, alguns desses habitantes de Portugal ligam para obter uma teleconsulta do Plano do Engenheiro Carlos Moedas! -----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,-----

----- Preocupa-nos também não ver plasmado neste orçamento a ausência de um compromisso com a cidade e com os lisboetas no sentido de visitar e rever adaptar e capacitar aquilo que foi a Reforma Administrativa de 2013.-----

----- E podia Senhora Presidente, Senhores Deputados continuar a elencar motivos e causas de preocupação e de apreensão de Deputados do Partido Socialista, como o reduzido investimento na manutenção do Parque Escolar, como o fim das Olisipíadas, como a ausência de um Plano de Repavimentação, como a chamada metaforização de um Teatro em cada Bairro. -----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, não é difícil perceber pelas notas que aqui deixei na minha intervenção que este não é um orçamento em que o Partido Socialista se reveja, ao contrário, aliás, do que anunciava premonitoriamente o Senhor Vice-presidente, mas eu diria até mais Senhor Presidente, por tudo aquilo que disseram e proclamaram em debates anteriores sobre exercícios orçamentais anteriores, este é um orçamento em que o PSD e o CDS que eu conheci até 2021, também, não se revê certamente ou então mudaram da noite para o dia, senão vejamos; -----

----- Desde a dimensão da despesa que agora criticaram, o número de taxas, o volume de cobranças previsto que tantos indignava ou preponderância das empresas públicas que, em detrimento da Câmara que tanto indignava o Senhor Deputado Luís Newton, seja pelos pauperismos apoios aos agentes económicos. Não são os nossos argumentos eram os vossos, Senhores Deputados! -----

----- Da parte do Partido Socialista, Senhor Presidente, este orçamento não merecerá, pese embora, as suas manifestas insuficiências, um voto desfavorável, não daremos ao

Engenheiro Carlos Moedas, um álibi para o que seria um folhetim absolutamente memorável, mas também intragável de vitimização e diabolização do PS e da oposição. Não será por aqui Senhor Presidente pela via orçamental e financeira que o Executivo encontrará desculpas para não governar, para não executar, para não cumprir aquilo que prometeu aos lisboetas.-----

----- Obrigado!-----

----- **A Senhora Presidente em Exercício, Ana Mateus,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado!”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia,** no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhora Deputada Isabel Mendes Lopes do LIVRE.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Mendes Lopes (LIVRE),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Deputadas e Deputados, Vereadoras e Vereadores, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Estamos hoje a discutir o Orçamento de Lisboa para 2023 e as Grandes Opções do Plano para os próximos 4 anos. Este é o segundo Orçamento da responsabilidade da coligação PSD, CDS neste mandato. O segundo de quatro Orçamentos que vão apresentar, quer dizer que chegámos a meio caminho em termos orçamentais, impõe-se, portanto, uma análise cuidada e atenta entre aquilo que são as propostas, as vontades, as promessas apresentadas aos cidadãos e a realidade no terreno na cidade onde vivem, trabalham e estudam milhares de pessoas do distrito da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Em traços gerais reiteramos aqui na Assembleia Municipal de Lisboa, aquela que foi a nossa posição na discussão da Câmara e que resultou no nosso voto contra este orçamento. -----

----- Para o LIVRE, este é um orçamento que não responde aos grandes desafios da cidade; na mobilidade, na habitação, no combate às alterações climáticas, na ecologia, na qualidade de vida e no bem-estar das pessoas que vivem, estudam, trabalham ou visitam Lisboa. -----

----- Vivemos uma altura de urgência económica e ambiental e, devíamos estar focados e concentrados em assegurar uma transição justa na forma como vivemos e como estamos na cidade.-----

----- Este segundo Orçamento é também o primeiro que é apresentado já com tempo efetivo de mandato, passou mais de um ano desde a tomada de posse de Carlos Moedas e do seu o Executivo PSD, CDS e tem sido um ano dececionante!-----

----- Este orçamento tem de ser olhado também com os olhos de quem tem acompanhado a inação e a falta de concretização deste Executivo. Neste orçamento, de facto, continua a inação, numa altura dramática para habitação os programas de renda acessível estão parados e sujeitos a cancelamento. Não há vontade de combater a especulação imobiliária, continua-se a promover a cidade como um paraíso para os unicórnios, considera-se que o alojamento local não é um problema quando há quase 20 (vinte) mil casas em alojamento local e como comparação para nos deixar a pensar

há 10 (dez) mil candidaturas recorrentes aos programas de renda apoiada e de renda acessível, ou seja a 10 (dez) mil casas em falta. -----

----- Numa altura em que as prestações das casas aumentam várias centenas de euros, em que o valor do arrendamento está incomportável, em que sabemos que milhares de pessoas foram empurradas para fora de Lisboa, Lisboa devia estar empenhada em apoiar a habitação e a combater fortemente a injustiça do mercado imobiliário.-----

----- Saudamos por isso, o chumbo da isenção do IMT Carlos Moedas propor e que beneficiaria apenas quem mais tem e a substituição pelo subsídio de renda a mil famílias proposta pelo PS e aprovada pela oposição.-----

----- Mas, também, na mobilidade vemos a inação e a incapacidade de agir deste Executivo PSD, CDS. -----

----- A mobilidade da cidade regrediu, neste mandato não se construiu um único quilómetro de ciclovias, não houve investimento na mobilidade dos peões, pararam os programas de apoio à compra de bicicletas, em vez de se avançar com uma rede de corredores exclusivos para autocarros por toda a cidade retiram-se corredores BUS fundamentais para o serviço de qualidade nos autocarros, não serve de muito ter passes gratuitos, se depois o serviço não serve as necessidades das pessoas.-----

----- Ou seja, com a exceção da gratuitidade dos transportes públicos para alguns segmentos da população que o LIVRE defende e que o LIVRE apoiou, não existe uma aposta estrutural na mobilidade pedonal e ciclável ou em transportes públicos, o carro ainda é rei na Lisboa do século XXI, tendência absolutamente contrária à das outras cidades europeias.-----

----- Neste orçamento prevê-se a construção de vários parques de estacionamento pela cidade são designados de parques dissuasores e teoricamente seriam para as pessoas que vêm de fora lá deixarem o carro, mas sabemos que a verdadeira dissuasão começa a porta de casa e daí ser tão importante uma política que pense nos transportes coletivos da grande Lisboa e no investimento forte nos transportes públicos. Os 17 (dezasete) milhões de euros que estão previstos para a construção destes parques não seria muito mais bem empregues na melhoria da circulação dos autocarros, na melhoria dos acessos dos peões, no reforço e na melhoria da qualidade da rede de bicicletas Gira, por exemplo? -----

----- Mas, também, na ecologia este orçamento é pouco ambicioso, mas, no entanto e não quero deixar de frisar, saudamos a inclusão de algumas recomendações desta Assembleia Municipal no que se prevê fazer em Lisboa nos próximos anos, nomeadamente várias recomendações que o LIVRE aqui trouxe na área ambiental. É o caso, por exemplo, de que apresentámos do Plano de Eficiência Energética e Hídrica para os edifícios municipais, de medidas de proteção da biodiversidade, de reforço da higiene urbana, o mesmo da construção de refúgios climáticos para abrigar as pessoas nos dias de maior calor. -----

----- De forma geral, estamos de acordo com a grande maioria das medidas inseridas no pilar sobre uma cidade sustentável, parece-nos contudo, pouco ambiciosas e pequenas para a urgência da transição ecológica que precisamos. Além disso, neste momento, não passam de medidas em papel, vamos estar atentos à sua efetiva

concretização. Algumas destas medidas estão no Plano de Ação Climática 2030 que foi aprovada em Reunião de Câmara em fevereiro, mas que ainda não foi trazido esta Assembleia, ou seja, falta execução na prática, no terreno. -----

----- Por exemplo, nunca mais se concretiza a recomendação que o LIVRE aqui trouxe pela retoma urgente do projeto da Zona de Emissões Reduzidas da Avenida/Baixa - Chiado aprovada por esta Assembleia e consta do Plano de Ação Climática 2030, pelo contrário, são repostos os sentidos de circulação das laterais da Avenida da Liberdade para que o tráfego flua. Assim incentivasse a circulação de mais automóveis para o centro da cidade de Lisboa com o conseqüente inevitável aumento das emissões e degradação da qualidade do ar que nós todos respiramos. Esta é só mais uma prova das contradições que escondem estes orçamentos do PSD, CDS, do Presidente Carlos Moedas. -----

----- Este é um orçamento apresentado pelo Executivo de Carlos Moedas, como sendo um Orçamento de concretização, mudança, audácia, mas quando falamos de concretização, na verdade falamos sobretudo de projetos que já estavam em curso e que resultam de trabalho de anos da Câmara e dos serviços municipais, é o exemplo do Plano de Drenagem ou do Aproveitamento de Águas Residuais.-----

----- Também é verdade que é um Orçamento de mudança, mas de mudança para pior! ----- Há mais desigualdade, menos, ecologia, menor qualidade de vida em Lisboa, mas não é de todo um Orçamento de audácia. Basta olhar para as transformações que outras cidades europeias estão a fazer, essas sim, são audazes: Paris, Londres, Barcelona, Berlim, conseguiram se mudar e nós conseguimos sentir estas mudanças, as grandes cidades do futuro estão a adaptar-se e a mudar focadas nas pessoas e no ambiente. Transformar a rua num local seguro para brincar, para estar, promover o andar a pé e de bicicleta, devolver as ruas e o espaço público às pessoas, neutralizar as cidades, por um travão à especulação imobiliária e proteger a habitação, criar as condições para a criação de comunidade e o combate à solidão e ao isolamento, isto são políticas de audácia, não as seguidas por este Executivo e, por isso, o LIVRE vai votar contra este orçamento. -----

----- Obrigada!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada!” -----

----- **A Senhora Primeira Secretária Ana Mateus**, no uso da palavra anunciou: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Não Inscrita Dores Ribeiro com o tempo do Deputado António Avelãs.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Dores Ribeiro (DNI)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Caros Colegas, Cidadãos e Cidadãs.-----

----- Senhor Presidente no ano passado pela mesma ocasião, que nos traz aqui hoje, dissemos que víamos com uma preocupação, um Executivo Municipal sem maioria

idealizar o orçamento e as opções do plano sem qualquer consulta digna desse nome às outras forças políticas presentes na Câmara e na Assembleia! -----

----- Com efeito, chamaram-nos por força do estatuto do direito da oposição em vigor, mas sem proceder à apresentação mesmo que sumária do orçamento e sem que tenha sido entregue qualquer proposta em papel ou documentação que permitisse uma contribuição mais concreta antes da discussão do mesmo em Assembleia. -----

----- Este ano, o desrespeito agravou-se ao ponto de não terem achado necessário convocar uma Vereadora da oposição para qualquer reunião deste âmbito. -----

----- Senhor Presidente, estamos perante as Grandes Opções do Plano, que incluem medidas que não têm qualquer correspondência nas rubricas orçamentais, coisas metas? Quais as verbas atribuídas a cada medida? Dou exemplo: implementar a engenheira financeira nos serviços da Câmara Municipal, quem executa? Os serviços! Uma empresa? Quanto custa?-----

----- Estamos perante um Orçamento que ignora as propostas da oposição aprovadas e que ficam sem tradução orçamental com, por exemplo, a Escola Antirracista para os Direitos Humanos, o Plano Municipal para a Inclusão da Pessoa Cigana, o Programa Cooperativo declinado, numa altura em que enfrentamos uma crise económica e social com o aumento histórico dos bens essenciais, não podemos virar as costas aos mais vulneráveis, é preciso ter políticas ativas na promoção da qualidade de vida das pessoas, na proteção das famílias e este é um orçamento que cancela, congela ou adia respostas e este orçamento corta na área social, nomeadamente no Fundo de Emergência social.-----

----- Diz que quer aumentar as respostas no *Housing Frist* para as pessoas em situação de Sem-abrigo, mas corta 125 (cento e vinte e cinco) mil euros do seu orçamento. Não tem a ambição de expandir a rede de creches públicas, nem de reforçar ou melhorar a rede dos centros de saúde. Corta nas salas de consumo vigiado de 280 (duzentos e oitenta) mil euros em 2022, para 37 (trinta e sete) mil em 2023 e sem qualquer previsão de verba para 2024 e 2025. -----

----- Senhor Presidente assume com muita satisfação que Lisboa recebe prémios na área ambiental, mas nada faz para os merecer, pelo contrário, enfiou as ZER para baixo do tapete e através da EMEL aposta no automóvel individual sem o desincentivar ou promover soluções de transporte coletivo; descontos no estacionamento; construção de parques e silos automóveis. Lamentamos como já foi aqui dito que o investimento público na Carris, se faça recorrendo ou invertendo a tendência sustentável dos últimos anos. Esperamos que este endividamento, não sejam abrir a caixa de Pandora para voltarmos a ter uma Carris privatizada.-----

----- E as medidas para os idosos! -----

----- Resumem-se ao Cartão +65 anos, a gratuidade para assistir aos equipamentos culturais, a teleconsulta (uma medida de sound byte para a comunicação social e vazia de conteúdo), é pouco o Senhor Presidente para uma população residente de 23,7 de população idosa, segundo atlas social da Câmara Municipal, aspirávamos a mais! Com o passe intergeracionais construídos de raiz para integração de novos e idosos, com pessoas especializadas para fomentar essa integração, instalações para cuidados

paliativos, medidas para aumentar a literacia digital nos lares, reduzir a violência contra os idosos, designadamente a psicológica e financeira e, lembramos ainda porque a proposta aprovada por unanimidade nesta Assembleia da criação do Conselho Municipal do Idoso. -----

----- Também não se compreende que se aposte claramente no uso de recursos públicos para aumentar a oferta pública de habitação, tanto mais que tem verbas disponíveis para o fazer em particular no PRR. Como já foi aqui dito, cancela projetos do Programa de Renda Acessível ou adia, enfim, e não sabemos quais são as alternativas!-----

----- Por estas razões todas que aqui descrevemos, este orçamento não serve a maioria das pessoas e das famílias, bem pelo contrário, muito menos numa situação de crise com aquela em que vivemos. Este é um orçamento que opta por transferir para os operadores privados o investimento que deveria ser usado em apostas públicas, não é essa a nossa opção, por isso votaremos contra este Orçamento. -----

----- Muito obrigada!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada!”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Câmara. -----

---- Em 2022, aquando da discussão do Orçamento para esse mesmo ano, dissemos que ele era antevisão do que poderiam ser as alterações que a direita queria implementar na cidade de Lisboa e, na altura foram muitos anúncios de linhas gerais, sound bytes para as notícias e na altura pouco esclarecimentos sobre dúvidas que surgiram relativamente aos documentos orçamentais face à sua concretização. -----

----- Neste Orçamento para 2023, além de ser mais clara qual a linha política que a direita quer para a cidade, também, a nível orçamental se consegue perceber essas tendências para nós preocupantes! -----

----- É verdade que o momento de discussão do Orçamento é importante, é sempre! Especialmente, porque ele é o espelho das escolhas políticas de um Executivo e ênfase em escolhas políticas, porque, de facto, é isso que diferencia o que cada um de nós apresentaria para resolver os problemas identificados.-----

----- E, na verdade, a Proposta de Orçamento e das Grandes Opções da Câmara Municipal para 2023, apresentada por Carlos Moedas, neste caso, pelo Vice-presidente, demonstra a falência da direita na resolução dos grandes problemas da cidade de Lisboa e demonstra escolhas políticas ideológicas como é óbvio contrárias do nosso ponto de vista à redistribuição, por exemplo, quando falamos da questão da manutenção e o aumento da devolução do IRS, mas em outras matérias que veremos mais à frente. -----

----- O Orçamento da direita abandona também os Programas de Renda Acessível, retira por essa via as classes médias as já escassas possibilidades de encontrar em Lisboa casas que possam pagar e, recordamos que só em Lisboa é que existe um programa deste género, já são quase mil casas que resultam de um PRA de iniciativa pública e é obviamente negativo que neste Orçamento estejamos a assistir ao cancelamento deste programa. -----

----- Por outro lado, as intervenções nos bairros municipais, também não têm quase nenhum avanço, mantendo-se um parque reduzido e com condições demasiadas vezes insalubres o que obrigaria do nosso ponto de vista a um maior investimento que aquele que vemos neste orçamento. -----

----- Se muitas e muitos concordamos que a habitação é uma das crises dos nossos tempos em Lisboa, tal como no país, a promoção da especulação que se agudiza com este Executivo continua a expulsar as gerações mais novas, mas também as mais velhas da capital e não se prevê com este Orçamento nem com as Grandes Opções qualquer solução real e, não Senhor Presidente a isenção do IMI não é solução, porque essa medida não vai onde está o problema, que é o preço da habitação e é um preço especulativo! -----

----- Mas, também na mobilidade ficamos aquém! A política de transportes públicos gratuitos ainda não é aqui neste Orçamento ampliada. Temos questionado várias vezes aprovamos propostas nesta Assembleia Municipal acompanhamos e registamos o que o Executivo tem vindo a dizer sobre esta matéria, mas na prática, no documento, a desigualdade que foi criada alguns meses continua sem previsão de solução, bem como, um alargamento para uma maior franja da população. Hoje em dia está mais do que provado que a gratuitidade ou uma redução muito drástica de preços de transportes públicos é a política mais eficaz para trazer mais pessoas para a utilização deste meio de transporte, permitindo dessa forma, potenciar a não utilização do automóvel individual, considerando até que Lisboa é uma das cidades com maiores níveis de poluição a nível europeu. -----

----- E, por isso também registamos com desagrado que as zonas de emissão reduzidas estavam inicialmente fora da proposta e, ao contrário do que deveria estar a acontecer há medidas para aumentar milhares de lugares de estacionamento sem qualquer proposta, além da tal gratuitidade já implementada, mas que não chega a quase todos aqueles que utilizam carro, para reduzir a entrada diária de 370 (trezentos e setenta) mil carros em Lisboa ou a redução da sua importância na cidade. -----

----- É, obviamente que, no decorrer do debate que existiu na Câmara, é importante que a Proposta do Bloco de Esquerda para a Inclusão da ZER - Avenida da Liberdade/Baixa-Chiado nas Grandes Opções tenha sido aprovada, aliás, fazia parte do Plano de Ação Climática que foi aprovado já com este Executivo, mas que tinha sido deixado cair e, portanto, agora volta a estar em cima da mesa. Aquilo a que apelamos com muita veemência que, ao contrário de momentos anteriores, ela seja efetivamente implementada e que não existam mais recuos no caminho para uma mobilidade condizente com as tendências europeias, modernas, progressistas e condizente também com as metas ambientais que Lisboa continua assinar. Porque as metas não se

cumprem sozinhas, elas precisam mesmo de medidas políticas que, neste momento não existe e aquilo que na mobilidade, estamos a ver é que Lisboa recua e afasta-se das melhores práticas a nível de mobilidade no espaço europeu.-----

----- Queremos também deixar uma nota igualmente sobre a participação das pessoas na construção da cidade.-----

----- Para nós não é compreensível que estejamos a assistir a uma interrupção do Orçamento Participativo que tinha a colaboração de milhares de munícipes, todos os anos. O Orçamento Participativo é, neste momento, posto de lado, enquanto o Conselho de Cidadãos, provou ser no ano anterior uma má ferramenta para a participação dos munícipios.-----

----- O Bloco de Esquerda, obviamente não se pode rever novamente num Orçamento com as características que este tem. Numa perspetiva de futuro, continuamos a não ver que existe a vontade real da direita em defender aos desafios do nosso tempo como sejam as alterações climáticas ou a habitação. Nem compreendemos a estratégia para um dos maiores problemas da cidade a habitação, porque a direita não consegue nem quer ter resposta para as consequências de coisas como o Alojamento Local, os Vistos Gold e, a direita mostra com este Orçamento, mostra-se cada vez mais desfasada da realidade, de milhares de pessoas que trabalhando não terão a tal devolução de IRS mas também não vêm serviços a serem melhorados e desfasada da realidade, milhares de jovens que sabem que a especulação imobiliária é a razão fundamental do seu problema de habitação e, por isso mesmo votaremos contra a proposta hoje em apreciação.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada!”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Maria Escaja do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Escaja (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Consideramos que este Orçamento não dá resposta várias necessidades de Lisboa e deixamos algumas preocupações.-----

----- Em primeiro lugar, as respostas para pessoas em situação de Sem-abrigo continua a ser insuficiente, numa altura em que o número de pessoas em situação de Sem-abrigo aumenta seja por conta do aumento das prestações da entrega ao desbarato da cidade de alojamentos locais ou dos despejos patrocinados pela Câmara, este número não chega para responder às carências da cidade.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, não se esqueçam nunca disto, Lisboa voltou a ter crianças em situação de Sem-abrigo, como pudemos testemunhar aqui numa audição sobre habitação.-----

----- É urgente investir em casas que as pessoas possam pagar e não vemos isso neste Orçamento, são também precisas mais vagas nos centros de acolhimento e mais casas partilhadas e mais casas Housing First.-----

----- Neste documento voltam a anunciar a abertura de um Balcão de Atendimento Municipal para pessoas com deficiência, como no ano passado, dizem-nos que está em estudo, mas está na hora de ser implementado de passar do papel e o caminho de Lisboa deve ser sempre da inclusão.-----

----- A sala de consumo assistido do Lumiar está parada sem razão! Dizem-nos estarem a estudar novas opções, mas urge que sejam concretizadas, nunca é demais realçar a importância destas unidades, providência material esterilizado, informação sobre droga e como atuar em caso de overdose, têm programas que oferecem cuidados de saúde primária e assistência social e médica e, facilitam o acesso a tratamentos de intoxicação. São modelos exemplares dos quais não devem de haver qualquer recuo. --

----- Encontramos a sigla LGBTI apenas duas vezes nas Grandes Opções do Plano no sentido da construção de uma unidade residencial de autonomização com a capacidade para jovens LGBTI - Vítimas de violência ou expulsos de casa pelas respetivas famílias, mas não sabemos quais são os moldes, quem a vai dirigir ou sequer quais são os prazos.-----

----- Ao mesmo tempo, a Casa da Diversidade de Arroios, ficou de fora deste orçamento sem qualquer referência a mesma, apesar de estar projetada desde o mandato anterior.-----

----- Na área da Cultura, voltamos a alertar para a falta de recursos humanos, nomeadamente Técnicos de Arquivo, no arquivo Municipal de Lisboa, um espólio tão rico e importantes não pode depender da boa vontade e dedicação de quem lá trabalha, algumas pessoas em caves sem janelas, enquanto tentam complementar a falta de trabalhadores.-----

----- Por fim, volto a referir a situação dos trabalhadores e trabalhadoras da EGEAC. Desde que foram implementados os quiosques automáticos da blueticket que estão invariavelmente desativados, foi reduzido o número de pessoas a trabalhar nas bilheteiras de equipamentos como o Castelo de São Jorge que chega aos 9 (nove) mil visitantes por dia. Esta redução tem levado a um aumento das horas de trabalho, enquanto o contrato coletivo prevê 35 (trinta e cinco) horas de semanais de trabalho, o normal é trabalhar em 40 (quarenta), 42 (quarenta e duas) até com custas a trabalho extraordinário. Em resultado destas políticas há vários trabalhadores e trabalhadoras em situação de burnout! Não são estas as condições que a maior cidade do país deve promover e aceitar para quem nela trabalha, urge cumprir o contrato coletivo e os direitos de quem trabalha.-----

----- Obrigada!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada!”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Senhor Deputado Vasco Barata para terminar a intervenção do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Barata (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente! -----

----- Muito boa tarde Senhores Vereadores, Caros Deputados e Senhoras Deputadas! --

----- Relativamente ao Orçamento Municipal em questão de habitação, o Bloco de Esquerda considera que existem recuos e omissões que consubstanciam uma série de erros e de equívocos deste Executivo. -----

----- O primeiro recuo que nós gostaríamos de apontar é a desistência total de qualquer construção pública de habitação, aquela que no mandato anterior provou funcionar e aquela de que nós necessitamos e que o Bloco de Esquerda sempre defendeu. -----

----- Lisboa e Portugal precisam de mais habitação pública e recuar, por exemplo, no Programa de habitação do Restelo que já conta com duas consultas públicas, é algo que não compreendemos e que só argumentos elitistas podem justificar!-----

----- Também, desaparecem deste orçamento às PPP de habitação que não esquecemos era o caminho que o Executivo inicialmente disse que iriam fazer funcionar e que iriam cumprir esse desiderato de fazer funcionar um negócio que nunca tinha funcionado. É certo que o Bloco de Esquerda sempre criticou este modelo e o recuo até poderia ser algo de positivo se viesse justificado com um repensar de uma política, mas, na verdade, a desistência deste modelo dá lugar a nada!-----

----- Mesmo que especulasse que esta substituição das PPP da habitação teria sido agora por via das cooperativas, um novo advento das cooperativas, também, não sabemos se estas políticas têm algum tipo de concretização e com que é que o Executivo se compromete, neste caso específico das cooperativas! Será esta mais uma prioridade que vai desaparecer no ano seguinte, não sabemos, cá estaremos para ver! --

----- Mas há também omissões as 46 (quarenta e seis) mil casas que também não esquecemos, eram mais uma das prioridades do Executivo no início deste mandato, as 46 (quarenta e seis) mil casas vazias que estavam privadas que era necessário voltar para o arrendamento, voltar para a sua função de habitação, não tem nenhuma medida minimamente palpável que nós pudéssemos fiscalizar. A solução mais eficaz que até contou com o apoio de outros partidos nas audições que se fizeram durante o Orçamento, é fazer as obras coercivas que necessitam para proteger o edificado e para que as casas possam regressar à sua função de habitação, mas essa medida também não tem nenhuma expressão neste orçamento. -----

----- E o mesmo se diga do Programa Cinco Vales que é um verbo-de-encher deste Orçamento! Dois exemplos concretos, relativamente ao Vale de Santo António, podemos perguntar a várias vereadoras, pelo menos à Vereadora da Habitação, à Vereadora do Urbanismo, que modelo de habitação é que estava previsto para o Vale de Santo António? Não obtivemos nenhuma resposta! O mesmo para o Vale de Alcântara, mesmo que não se trate de habitação, tentámos densificar um pouco do que é que seria previsto para aquele vale que, de facto, tem uma barreira física que divide

ao meio uma freguesia e que é necessário ter uma solução está no orçamento, mas não tem lá uma concretização! -----

----- Relativamente ao Alojamento Local, também ficamos sem saber as prioridades do Executivo de Carlos Moedas para esta política. Sabemos que a prioridade são os investidores, já teve oportunidade de dizer que, também, quer proteger o alojamento local, mas em concreto para o Regulamento Municipal não há nenhuma proposta! Peço desculpa, Senhor Presidente não há! -----

----- E outro erro por fim, a Isenção do IMT para casa até 250 (duzentos e cinquenta) mil euros e jovens até 35 (trinta e cinco) anos, foi uma proposta que se revelava revelaria ineficaz e que excluiria a maioria das pessoas e das casas. Era uma proposta pouco ambiciosa que estimulava a compra de T1, T0, Sub-caves, mas que não responde aos sonhos dos jovens poder viver em Lisboa e cá constituir família. -----

----- Os jovens que foram mandados emigrar pelo Governo da troika e que virão Vítor Gaspar proceder ao maior aumento de sempre dos impostos, sabem que, quando há uma descida por via de Carlos Moedas, há truque e não é para todos! No caso, seria para quem dispunha de 30 (trinta) mil euros para uma entrada. -----

----- Esta seria uma má medida que foi possível substituir por um Programa de apoio também a Repúblicas de Estudantes que, de facto, permite que sejam os jovens a ver aqui alguma medida para as suas vidas e para o seu acesso à habitação.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado!” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fábio Sousa do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Executivo Camarário, Caro Público que nos acompanha aqui e em casa, Trabalhadores da Câmara Municipal, boa tarde! -----

----- Discutimos hoje as Grandes Opções do Plano 2023-2027, bem como, o Orçamento para 2023, o Mapa de Pessoal e a Tabela de Taxas e Preços e outras Receitas Municipais para 2023. -----

----- É por demais conhecida a importância destas propostas que visam definir as grandes linhas de atuação do Município de Lisboa para os próximos anos, dependendo destes instrumentos de gestão a melhoria da qualidade de vida de todos os que aqui vivem, estudam e trabalham. -----

----- No nosso entendimento, as Grandes Opções do Plano apresentadas, seguem e aprofundam para pior as linhas fundamentais da política do ano 2022, uma política que não tem por objetivo central a resolução de grandes e profundos problemas da cidade como a situação dramática da habitação ou da falta desta, não promove a habitação para quem não tem meios económicos para suportar os valores impostos pela especulação imobiliária, agravada pelas políticas de devolução de IRS e do IMT. Uma política que não cria condições para manter na cidade quem aqui nasceu e viveu, mas antes incentiva e aceita passivamente os despejos para fora da cidade e promove

o acesso preferencial a quem tem dinheiro para nela adquirir habitação, tornando Lisboa mais elitista e com maiores e mais graves assimetrias sociais.-----

----- Uma política que não promove a participação das populações na definição e decisão das soluções para os problemas com que se deparam, antes considera às pessoas no contexto da sua política de imagem, não incentivando nem criando condições, de facto, para a participação dos diversos agentes como foram os casos mais recentes das propostas apresentadas pelos Vereadores do PCP, relativas às zonas do Martim Moniz e Avenida Almirante Reis. Contrariando aquele que deveria ser um ex-central da ação da Câmara de promoção de um urbanismo transparente e participado assente num planeamento democrático.-----

----- Uma política que devia, mas, de facto, não promove o debate prévio à elaboração, monitorização e avaliação periódica dos planos de atividades, orçamentos e grandes Opções do Plano da Câmara, de modo alargado e descentralizado com uma calendarização e formato suscetível de garantir a efetiva participação das populações, dos eleitos nas freguesias, dos trabalhadores da autarquia e das estruturas associativas. Em vez disso investe avultadas verbas entenda-se mais de 300 (trezentos) mil euros para ter a participação de menos de 50 (cinquenta) pessoas numa ação que muita propaganda, mas de efeitos praticamente nulos, como fica evidente pela ausência de ações e financiamentos concretos para projetos e programas que surjam dessa pretensa participação (é óbvio que estava a falar do Conselho de cidadãos).-----

----- Uma política que não prepara a cidade para o futuro, criando condições para que as populações futuras dela usufruam em condições ambientalmente saudáveis, aceitando manter na cidade grandes centros de poluição, como é o caso do aeroporto ou não minimizando o seu impacto negativo como o caso do Porto de Cruzeiros da cidade de Lisboa, contrariando decisões da própria Câmara relativamente a estas matérias.-----

----- Recorde-se que foi por iniciativa dos Vereadores do PCP que a Câmara Municipal deliberou em setembro de 2019, promover a realização de um estudo sobre os impactos diversos da exploração do Aeroporto de Lisboa, incidindo nos focos de poluição identificados, incluindo os níveis de ruído e emissões existentes e efluentes produzidos, contemplando a incidência do tráfego atual e da projeção quanto ao seu crescimento na saúde pública, bem-estar e Ambiente. Estudo do qual não se conhece evolução e que o próprio documento em análise hoje nem refere. -----

----- E ainda que, por proposta do PCP tenha sido aprovado o fornecimento de energia elétrica e a definição de um conjunto de limitações de atracagem dos navios de cruzeiro, do Terminal de Cruzeiros de Lisboa, proposta da qual no presente documento também não deslumbra qualquer evolução. -----

----- Matérias que não sendo únicas na defesa do ambiente da cidade fazem parte das diversas propostas que o PCP tem vindo a apresentar em torno do objetivo de criar condições para que Lisboa seja uma cidade ambientalmente mais saudável, temos um compromisso ambiental assinado com as nossas crianças e jovens com os nossos filhos, com as gerações do futuro.-----

----- As Grandes Opções do Plano traduzem uma vez mais uma política assente num modelo de desenvolvimento em torno da monocultura do turismo não respeitando a decisão da Câmara que por proposta do PCP decidiu pela elaboração da Carta Municipal de Turismo, como condição base de um ordenamento turístico mais sustentável da cidade, uma política virada para a imagem que usa os recursos financeiros ao seu dispor, não para a fruição cultural dos seus habitantes, mas antes usa a cultura como mais um elemento decorativo para quem visita a cidade como são os exemplos dos objetivos consagrados nas Grandes Opções do Plano de promover a atratividade turística dos bairros menos visitados ou potenciar o turismo de negócios e conferências com o aumento de infraestruturas construindo-se, por exemplo, o novo Centro de Congressos de Lisboa. -----

----- Contrariamente ao que foi anunciado não há Novos Tempos para Lisboa e há um conjunto de visões que nos afastam profundamente, quando na economia se aprofunda a política de liberalização da atividade económica na cidade, visto que ao nível do tecido produtivo da cidade aquilo que continuamos a verificar é uma dependência estrutural em relação à atividade turística, onde a prossecução da atração de investimento privado, sobretudo estrangeiro por via de grandes projetos empresariais unicórnios, hubs tecnológicos, atração nova digitais entre outros, vem-se juntar a lógica da cidade virada para a atração de investimento. -----

----- A cidade empresa que tem como objetivo tornar Lisboa mais competitiva no universo das capitais europeias, quando no turismo se coloca sérias interrogações sobre se o uso da taxa turística está, de facto, a reverter para o combate aos aspetos negativos provenientes do turismo. -----

----- Quando na juventude se percebe claramente que este não é um orçamento feito para os jovens ou pelo menos a pensar em todos os jovens, a isenção do IMT para os jovens mais ricos. O foco nas jornadas mundiais da Juventude com projeto primordial de ligação aos jovens, mas apenas aos jovens católicos. -----

----- A incerteza relativa à estruturação do Pelouro da Juventude e cujas linhas orientadoras continuamos a desconhecer e ao nível do passe navegante para os jovens prossegue uma política de segmentação do mesmo descuidando a igualdade de acesso a outros segmentos da população jovem. -----

----- Quando na área da habitação se negligencia a necessidade de concretização do Programa Municipal de Arrendamento a Custos Acessíveis (o PACA já aqui tantas vezes, referenciado), aprovado em 2018 e alvo de nova deliberação já neste mandato em 2021, assente em construção de habitação de iniciativa municipal, na reabilitação do património municipal disperso e na mobilização de património imobiliário de terceiro setor aptos para fins habitacionais. -----

----- O Projeto PACA-Restelo aprovado no final do anterior mandato com a intervenção decisiva dos eleitos do PCP na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal previa a construção de cerca de 500 fogos de habitação, a custos acessíveis, sendo este o exemplo mais eloquente, mas não o único. -----

----- Quando no ambiente e bem-estar o problema do Aeroporto de Lisboa é posto de lado no que toca ao combate ao ruído na cidade, isto reflete a despreocupação em

executar uma verdadeira política de combate à poluição sonora. A isto acresce que o estudo da carga turística ainda não foi equacionado e, inclusive não custa nas grandes Opções do Plano.-----

----- A postura do Município, relativamente ao traçado da Linha Vermelha do Metro ou defesa tímida de uma visão Metropolitana para os transportes públicos, traduzem o compromisso com uma política séria de combate às alterações climáticas e de melhoria do bem-estar na cidade. É uma política que não serve as pessoas nem o ambiente!-----

----- Quando na área da mobilidade, no fundo, não se leva a cabo aquilo que, fundamentalmente tem de ser uma política ativa de defesa dos transportes públicos à escala Metropolitana, tendo em conta os movimentos pendulares que todos os dias se dirigem à cidade. Para o PCP, a visão para a mobilidade em Lisboa deve ser enquadrada a escala Metropolitana, defendemos a tendencial gratuitidade do transporte público, objetivo que deve ser prosseguido no conjunto da Área Metropolitana de Lisboa já que é a esta escala que se dão os movimentos com maior impacto na qualidade de vidas das populações. No quadro do fortalecimento do passe social intermodal e do seu cabal financiamento pelo Estado Central que deve ter uma natureza estrutural definitiva e não meramente conjuntural. -----

----- Senhora Presidente, Executivo Camarário, caro público que nos acompanha aqui e em casa, trabalhadores da Câmara Municipal. Os Novos Tempos são mais do mesmo, apesar dos recursos substanciais à sua disposição prolongam políticas que não resolvem os problemas da cidade.-----

----- Apesar deste volume muito significativo de recursos fica adiada a resposta que se exigia em diversas áreas da vida da cidade, tendo em conta problemas que se arrastam como a dificuldade de acesso à habitação, a degradação dos bairros municipais, a debilitação de serviços públicos municipais, com a higiene e limpeza urbana, as dificuldades ao nível da Mobilidade e Transportes, a insuficiente qualificação do espaço público, os problemas da poluição com especial ênfase na qualidade do ar e no ruído, a degradação do Parque Escolar, o insuficiente investimento na cultura e no desporto.-----

----- Os Novos Tempos prometidos aos lisboetas por PSD e CDS são afinal mais do mesmo, acentuando políticas que não resolvem, como sabemos grande parte dos problemas estruturais da cidade.-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado!”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Bruno Mascarenhas do CHEGA.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez muito obrigado!-----

----- Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, aproveito também para cumprimentar os Senhores Agentes da Polícia Municipal e também aproveitar aqui às nossas tradutoras linguagem gestual, intérpretes. -----

----- Da análise que fazemos da proposta do Orçamento, começamos por assinalar os aspetos positivos que o mesmo contempla, desde logo a continuidade da política de devolução aos lisboetas do IRS por parte da Câmara, o anunciado significativo investimento na requalificação dos bairros municipais e a nova habitação, nomeadamente para reter os jovens da classe média na cidade de Lisboa. -----

----- Também vemos com muito positiva a obra que, enquanto partido da oposição a este Executivo fomos os primeiros a assinalar e apoiar aqui na Assembleia Municipal, o Senhor Presidente seguramente, lembrar-se-á o Plano Geral de Drenagem de Lisboa. Ainda nesta temática registamos com agrado o compromisso do Executivo quanto ao Programa Especial de Saneamento das Encostas do Vale de Alcântara. -----

----- Queremos também enfatizar o compromisso firmado por este Executivo com o evento da Jornada Mundial da Juventude que motivou inclusivamente uma alteração do responsável de pelouro que, desde logo nos satisfaz. -----

----- Quanto aos transportes públicos gratuitos, grande bandeira de Carlos Moedas para os mais novos e para os mais velhos, reconhecendo o seu impacto e também apoiamos a medida, tendo votado favoravelmente. -----

----- Aplaudimos a intenção de reativar e reabrir esquadras e de reforçar o policiamento de proximidade nos locais em que a população legitimamente as reclama há muito tempo. Os municípios continuam a aguardar por essas promessas e esperamos, sinceramente, que estas medidas se concretizem.-----

----- Nesse particular, continua a existir um aumento no sentimento de insegurança no Parque Florestal de Monsanto, pelo que se espera que o Executivo proceda ao aumento dos efetivos da Polícia Florestal. -----

----- Quanto ao modelo de Gestão Transparente, tão propalado de ouvir as pessoas de envolver as pessoas, é preciso dizer que a transparência não se resume só a ouvir as pessoas. É preciso primeiro falar-lhes a verdade, explicando os factos para poder dizer o que pensam, é isso que contestamos quando concluem que pretendem o bem-estar geral, esse bem-estar geral é de quantos? Dos cá estão? Dos que vêm para cá?-----

----- Foi anunciada uma medida, o Passe Cultural da Cidade, que terá pouca eficácia se não for difundida nas escolas do concelho e se a população juvenil não for levada pelos docentes aos locais. Para isso, era preciso criar todo um apoio logístico educativo jusante que não foi pensado. -----

----- Percebemos também que a tão elogiada joia da coroa deste Executivo, a Fábrica dos Unicórnios, Espaço de Scale Up e já agora, Senhor Presidente desculpe-me, mas considere isto quase um anglicismo parolo, afinal, não é para fomentar a criação nacional de grandes empresas nacionais, mas sim para acomodar empresas estrangeiras a quem vamos dar o nosso dinheiro e infraestruturas para que estas aqui operem! Não será então o local de produção de riqueza nacional, mas sim de assemblagem de competência estrangeira!-----

----- No que respeita à saúde, sendo um dos pilares fundamentais de vosso diário, começo por dizer que vamos apoiar o Plano de Saúde 65+. O que não nos podemos rever é na ação da Câmara dos Novos Tempos que nada diz nem nada faz, face ao caos com que nos deparamos nas unidades de cuidados de saúde personalizados e até nas unidades de saúde familiares. Na cidade de Lisboa, cerca de 44% dos utentes não têm médico de família. -----

----- Este Plano de Saúde, dos Novos Tempos representa mais ou menos a mesma coisa que dar um tiro de pressão num tanque que está à beira de nos esmagar! -----

----- Não resolve o problema de fundo da cidade de Lisboa, nem vai aliviar as unidades de saúde diferenciadas. -----

----- Não me esqueço, dos debates passados em que a Vereadora Laurinda Alves e o Presidente Carlos Moedas de forma efusiva, defenderam que a cidade está aberta a todos os que quiserem vir que são inclusivos e que não deixa ninguém de fora. -----

----- Ora, como é que conseguem fazer tamanha afirmação, sabendo que o Sistema Nacional de Saúde não está sequer devidamente dimensionado para os que cá vivem e pagam os seus impostos quanto mais para uma avalanche de imigrantes ilegais, que ajudam entupir ainda mais o Serviço Nacional de Saúde. -----

----- Acresce a isto e sabemos que existe um problema tuberculose, necessidade de Lisboa. Uma doença que esteve praticamente e radicada em Portugal, sabemos através de artigos de comunicação social, tenho aqui um do Diário de Notícias, que existe uma grande incidência destas doenças, sobretudo nos imigrantes, que a tuberculose não se propaga facilmente. -----

----- Também, constatamos que é sobretudo nas freguesias do centro de Lisboa...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado desculpe interromper, mas eu agradecia que não generalizasse, parece-me que está a fazer uma generalização no seu discurso que pode ser considerado ofensivo para a cidade, portanto, está a fazer uma generalização muito grave no seu discurso! Queria chamar atenção para isso!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vou continuar Senhora Presidente! -----

----- Também constatamos que é nas freguesias...., (já agora gostava para clarificar uma coisa, eu tenho aqui tenho aqui uma notícia de um Jornal que é o Diário de Notícias, diz exatamente isso, portanto, não estou a generalizar, estou a relatar notícia de um jornal), também constatamos que é sobretudo nas freguesias do centro de Lisboa Arroios e Santa Maria Maior que há uma maior concentração de ilegais, conforme também foi noticiado, amplamente na comunicação social. -----

----- Portanto, entende o Partido CHEGA que devemos sim controlar quem entra e se instala na nossa cidade, até por questões de saúde pública. -----

----- Ainda quanto a este Plano de Saúde 65+, poderia resolver alguns problemas se o montante a Câmara investisse fortemente na retenção de quadros, médicos

enfermeiros e auxiliares, desde logo canalizando camas e habitação para estas pessoas terem condições para trabalhar em Lisboa. -----

----- Do investimento significativo que o Pelouro da Habitação pretende fazer em habitação para renda acessível, nem uma palavra para os trabalhadores dos serviços de saúde, nem para as forças de segurança (para a Polícia). -----

----- Com os baixos ordenados praticados em Portugal e com as rendas altíssimas que se praticam atualmente no mercado, não admira a fuga de quadros para fora do país, há que reter os nossos profissionais e a Câmara não tem uma medida, uma palavra sobre isto, nada, um vazio de ideias e de uma forma de ver a cidade desgarrada da realidade. -----

----- Este Executivo preocupa-se com o marketing e com a espuma das medidas, mas não olha para os problemas de frente e de forma concertada, medidas avulsas em inglês! Acontece que o Presidente da Câmara não se Charles Queens chama-se Carlos Moedas! -----

----- Senhor Presidente, que cidade vamos ter daqui a três anos? Uma cidade onde, apesar da crise, da pandemia, da guerra, da inflação, a Câmara aumenta cada vez mais a sua receita, através de impostos e taxas para depois gastar em medidas que nada têm de apoio às famílias! Vão gastar dezenas de milhões de euros em eventos e para ajudar a população com as creches, incentivos à natalidade, umas míseras migalhas! ---

----- Não seria mais adequado fazer uma redução significativa dos impostos para as empresas, cidadãos e comerciantes e ter uma gestão mais rigorosa?-----

-----Verdadeiramente para as pessoas, sobretudo para a classe média que paga tudo isto! -----

----- Quanto à participação dos cidadãos, acho interessante, a medida proposta do acelerador participação e da conversa lisboeta. Andam entreter as pessoas com conversa e permite-se derrubar os muros como no caso do Palácio de Santa Gertrudes que tem aqui uma Petição em discussão na Assembleia Municipal e que, pelos vistos, ninguém quis saber! -----

----- Permite-se que o Metro faça o que quer e lhe apetece quanto ao património da cidade, nomeadamente e só para exemplificar; o Baluarte do Livramento e em muitas fundações de edifícios na cidade sem qualquer responsabiliza-se ou pagamento de imunizações, o que é que este Executivo faz nada? Nada! Até agora, não vi nada! -----

----- Na mobilidade, os senhores propõe-se aprovar o Regulamento sobre a Mobilidade Suave que, aliás, continua aguardar. Há cidades na Europa, algumas que o Senhor Presidente conhece de forma mais profunda do que eu, onde está em estudo acabar com as licenças das trotinetes. São múltiplos acidentes, quer de utilizadores, quer de peões, para além do desrespeito pelo espaço público, devia equacionar fazer o mesmo face ao descontrolo que assistimos. O cenário da nossa cidade vai desde artérias com circulação dificultada por trotinetes mal estacionadas e caídas pelo pavimento, é uma sensação de medo por parte dos peões por terem partilhar o espaço com estes veículos. -----

----- Nas Grandes Opções do Plano está prevista a redefinição da oferta de estacionamento, mas não sabemos de que forma a Câmara irá proceder? Faltam

informações sobre execução de novos parques estacionamento, sejam eles em silos ou em profundidade. -----

----- Referem, também, os senhores que pretendem resolver e, bem, as inundações Lisboa, mas enquanto não o fazem não seria bom responsabilizar-se perante os 18 (dezoito) veículos que foram arrastados nas últimas cheias?-----

----- Temos também alertado aqui várias vezes para o flagelo dos graffitis. O seu partido votou aqui contra uma recomendação do CHEGA para criar um núcleo da Polícia Municipal para identificar os prevaricadores e dissuadi-los esta prática, a Câmara desperdiça cerca de dois milhões de euros por ano a limpar as paredes de graffitis que pouco tempo depois estão novamente vandalizadas. Só nisto a Câmara gasta mais no que no Plano de Saúde 65+, veja-se o absurdo! Se o seu partido não tivesse um preconceito ideológico a cidade poderia ser mais limpa e civilizada com um rosto mais humano. -----

----- Senhor Presidente Carlos Moedas, podemos proteger e revitalizar os bairros históricos sem estragar nem inventar. A cidade de Lisboa tem a sua identidade os seus bairros bem diferenciados, é isso que atrai as pessoas a viver e a visitar, perder isso com modernas teorias vai totalmente contra o que pensamos para a cidade e terá sempre a nossa firme e constante oposição.-----

----- As Jornadas Mundiais da Juventude têm todo o nosso empenhamento e apoio. Estamos disponíveis para ajudar naquilo que nos propuserem, o que não podemos conceber é como é que se gastam 30 (trinta) milhões de euros no evento e não há um plano para o que se vai fazer a seguir? Ainda nada foi dito sobre o que vai acontecer naquele espaço posteriormente.-----

----- Quanto às medidas tão caras ao CHEGA do combate à corrupção, gostaria de começar por apontar que a corrupção é um sério obstáculo ao normal funcionamento das instituições e que a mitigação e a resolução deste problema é fundamental nas relações entre cidadãos e Administração Pública, o que reveste de maior relevância entidades gestoras de dinheiros, valores e património, como é o caso da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Neste particular e analisado este Orçamento constata-se uma certa falta de transparência e porque não dizê-lo, opacidade na previsão das despesas. Em boa verdade, um documento com esta natureza deve possibilitar a quem o analisa conseguir chegar a valores concretos de receitas e principalmente de despesas. Posto isto, o Orçamento apresentado está apar do nível de especificidade das ditas despesas. -

----- A título de mero exemplo, na página 103 (cento e três) do Orçamento, no valor total despesa de 15,5 (quinze, vírgula cinco) milhões, 12,4 (doze vírgula quatro) estão classificados como outros, na rubra aquisição de serviços. Ou seja 80% do valor total não se encontra justificado, isto só para saber e fica na Direção Municipal de Manutenção e Conservação de Instalações Elétricas e Mecânicas.-----

----- Assim não se pode deixar de considerar que um orçamento com percentagens tão elevadas, não especificadas padece de falta de transparência e de uma opacidade que colide com o princípio da administração aberta, aliás, consagrado constitucionalmente. A Câmara Municipal de Lisboa encontra-se legalmente obrigada

a tomar um conjunto alargado de medidas efetivas com vista à implementação das obrigações constantes do Decreto-Lei n.º109/2021 (já aqui várias vezes por mim falado), com vista à promoção da transparência e integridade e a prevenir e a tratar os riscos de corrupção. -----

----- É certo que a Câmara Municipal de Lisboa, já adotou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, um Código de Conduta e Canais de Denúncia Interna. Mas quanto à transparência, é preciso saber se já foram publicados na Internet e na página oficial da Câmara na Internet, um conjunto alargado de documentos previstos no diploma legal que rege esta matéria. Julgo que há pouco Senhor Vice-Presidente, anunciou algo parecido e, portanto, e vemos isso com bons olhos! -----

----- E para quando a implementação das medidas destinadas a assegurar a isenção imparcialidade dos membros dos respetivos órgãos de administração, seus dirigentes e trabalhadores para prevenir situações de favorecimento?-----

----- A Câmara terá ainda de implementar as medidas adequadas e viáveis no sentido de favorecer a concorrência na contratação pública e de eliminar constrangimentos administrativos, à mesma. É preciso consolidar a noção da prevenção da corrupção nas entidades do setor público ser um instrumento de grande utilidade na boa gestão pública com potencial para a promoção da eficácia da qualidade dos serviços prestados à sociedade e aos cidadãos.-----

----- Será preciso perceber que problemas e riscos de corrupção ainda subsistem na Câmara e que soluções, têm sido adotadas e executadas com medidas preventivas sobre os riscos identificados.-----

----- Vou terminar, dizendo o seguinte, com uma breve palavra sobre política fiscal. ---

----- Há pouco o Senhor Presidente ficou muito admirado, porque é com o CHEGA tinha votado contra a Derrama, vou-lhe explicar agora! -----

----- Não parece fazer qualquer sentido, o facto de se inscrever uma verba de 12 (doze) milhões no Programa Recuperar+ enquanto a Câmara procede à cobrança da Derrama Municipal à taxa máxima permitida por Lei, (1,5%) quando poderia fazer a uma taxa inferior ou até abdicar no próximo ano económico sua cobrança, apoiando transversalmente todos os operadores económicos da nossa cidade, o que contribuía decisivamente para um clima de otimismo e relançamento da economia. -----

----- Portanto, Senhor Presidente com todo o respeito, toda a lealdade institucional que temos por estarmos aqui, informo a esta Assembleia Municipal que o Partido CHEGA irá votar contra a proposta que nos apresenta. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado! -----

----- A Deputada, Margarida Penedo pediu uma interpelação à Mesa.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente!-----

----- A Senhora Presidente, entendeu condicionar a livre expressão de uma intervenção política, do Senhor Deputado do CHEGA e eu queria protestar em relação a isso, porque quando a Senhora Presidente condiciona a expressão de uma ideia ou de um conjunto de ideias por mais chocantes que elas sejam e, sobretudo, se elas forem muitos chocantes está a impedir-me a mim e aos outros deputados aqui presentes de tomarmos conhecimento que elas existem e de as contradizermos e das confrontarmos eficazmente aqui dentro, ordenadamente e está com isso a contribuir para que elas cresçam do lado de fora desta Assembleia, desordenadamente considero que isso é perigosíssimo Senhora Presidente e, portanto, queria deixar este meu protesto!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada!-----

----- Senhor Deputada queria só clarificar..., (o Deputado Hugo Lobo está a pedir a palavra), mas queria dizer que o Regimento, o Número III do Artigo 55º - prevê que caso se considere que o discurso é injurioso e que pode ser um discurso perigoso para a cidade, que a Presidente tem esta possibilidade de interromper o discurso e nesse sentido, achei que extremamente ofensivo para todos os lisboetas e que não podem estar aqui, independentemente do país onde nasceram, da língua que falam ou da religião que professam, as palavras estavam a ser proferidas e, por isso, optei por chamar a atenção, o Senhor Deputado por este discurso, mas vamos ouvir o Senhor Deputado Hugo Lobo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da palavra fez o seguinte protesto:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Neste caso, penso que a figura é um contraprotesto e efetivamente eu pretendo, em primeiro lugar desassociar totalmente daquilo que foi a intervenção lamentável da Senhora Deputada do CDS e solidarizar-me com aquilo que foi o procedimento da Senhora Presidente, ponto um!-----

----- Ponto dois, queria dizer o seguinte, eu tenho muita estima pessoal e digo isto sem ponta de ironia ou de cinismo caso contrário, não o diria, pela Senhora Deputada.-----

----- A Senhora Deputada, Margarida Mendes Penedo é uma deputada interventiva, é culta, (se calhar, não é assim tão, enfim, uma coisa tão, enfim, generalizada, vamos lá não quero aqui estar a classificar). Intervém muitas vezes de forma, interessante e com pontos de vista originais sobre os temas, agora a verdade é que eu queria recordar o seguinte, a Senhora Deputada, Margarida Bentes Penedo na primeira sessão desta Assembleia que encheu o peito de ar, ali naquele palanque e disse que se sentia muito aliviada e que sentia a respirar melhor, enfim, certamente referir-se, ao facto de a mudança política que ocorreu na cidade de Lisboa.-----

----- Ora, o que eu tenho constatado durante este ano, Senhora Deputada e sem prejuízo daquilo que já lhe disse em relação à sua pessoa, é que, de facto, se há deputada que tem tentado condicionar a participação de outros deputados, se há deputada que tem sido profundamente incorreta, profundamente injusta e, por vezes,

até insultuosa com intervenções feitas, nomeadamente à esquerda e nem é tanto em relação ao Partido Socialista, é a Senhora Deputada, portanto, eu pedia-lhe, por favor, que repensasse a sua postura para os próximos três anos nesta Assembleia. -----
----- Obrigado!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Bruno Mascarenhas pediu a palavra!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Mascarenhas (CHEGA)**, no uso da palavra fez o seguinte protesto: -----

----- “Senhora Presidente, eu quero apresentar aqui um voto de protesto, relativamente a si, naturalmente, por duas razões; já não é a primeira vez que a Senhora Presidente me corta a palavra e eu gostava que pudesse dizer aqui à Assembleia e a todos aqueles que estão a assistir, exatamente o que é que eu disse, que a motivou a cortar a palavra?

----- Porque já agora gostava, se foi assim tão ofensivo, gostava que me dissesse exatamente ou que reproduzisse aquilo que eu disse, para ser assim tão ofensivo? -----

----- Sendo que, e já agora só para terminar que, eu limito-me mais uma vez a reportar notícias, portanto, e notícias que vem em órgãos de comunicação social que são nacionais, são absolutamente reputados! -----

----- É só isso que tenho para dizer!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora bem, nós estamos a discutir o Orçamento e já vou responder, (de qualquer dos modos já temos muitas inscrições, eu agradecia que fossemos terminando este assunto), considere que as suas palavras que estavam a ser generalizadas, estava a generalizar, utilizando ou não um artigo estava a generalizar para toda a população estrangeira em Portugal, determinados comportamentos ou determinadas situações de saúde. -----

----- Ninguém é ilegal, pode estar sem a documentação legal, mas ninguém é ilegal! ---

----- Os humanos não são ilegais, são humanos e, portanto, não são imigrantes ilegais não existe essa figura e, portanto, estava a generalizar e estava a ser um discurso extremamente perigoso para com todos os lisboetas desta cidade independentemente da sua situação regular ou não regular na cidade. -----

----- A Senhora Deputada, Margarida Penedo pediu a palavra, o Senhor Deputado Luís Newton já rescindiu. -----

----- Senhora Deputada Margarida Penedo!” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente! -----

----- Aquilo que se seguiu a minha intervenção foi uma explicação da Senhora Presidente, sobre a qual era a justificação para a atitude da Mesa e da Presidência da Assembleia. -----

----- Eu quanto a isso, tenho que dizer que a Senhora Presidente está a sobrepor-se ao nosso papel, esse papel que de resto a Senhora Presidente acabou de confirmar agora

porque respondeu e justificou a sua posição à intervenção do CHEGA, é uma possibilidade que nos deve ser dada a nós, essa é a nossa obrigação aqui, é combatermos aqui as ideias mais chocantes e mais aberrantes que possam aqui ser apresentadas.-----

----- E eu penso que nós somos delegados da cidade para fazer entre outras coisas, isso mesmo. Eu não delego essa minha responsabilidade a ninguém e penso que até prova, em contrário, os Senhores Deputados não devem delegar também! -----

----- Muito obrigada!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos encerrar o assunto, a Presidente tem essa possibilidade e fi-lo dentro dos meus deveres, enquanto Presidente. Vamos continuar, estamos ouvir as inscrições no âmbito do debate do Orçamento, vamos passar ao próximo inscrito.”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Martim Borges de Freitas do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Martim Borges de Freitas (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora, Presidente!-----

----- Senhora Presidente da Assembleia da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores.-----

----- De facto, já se sentem Novos Tempos em Lisboa. Talvez seja esta a razão, porque o PS tem vindo a mostrar um certo nervosismo, típico, aliás, de quem olhando para trás se vê forçado a constatar que, em 14 (catorze) anos de Governo da cidade foi incapaz adotar um conjunto de medidas, algumas das quais em áreas que considerava exclusivamente suas, como são os casos da Gratuidade dos Transportes Públicos, do Plano de Saúde 65+ ou na Sustentabilidade.-----

----- Pelo menos nestas áreas, Senhora Presidente e Senhores Deputados, o PS a esquerda radical foram ultrapassados, não diria pela esquerda, mas, apesar da esquerda, uma vez que o Executivo não dispõe de maioria.-----

----- A Proposta de Orçamento para 2023 é um espelho quase fiel das prioridades Novos Tempos..., se o Senhor Deputado Manuel Lage puder deixar intervir, eu agradecia! Se não deixar também posso dar-lhe o tempo para intervir que, enquanto eu estou aqui a intervir nesta...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos ouvir o Deputado Martim Borges de Freitas.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Martim Borges de Freitas (CDS-PP)**, no uso da palavra continuou a sua intervenção:-----

----- “Oh, Senhor Deputado, eu ouço-o com atenção, aprecio as suas intervenções, quando fala com a Presidente da Mesa, quando fala com a Presidente da Assembleia, quando fala com o Presidente de Câmara. O problema é que o aprecio negativamente, Senhor Manuel Lage, esse é que é o problema! E, por isso e tão negativamente que eu

até acho que esta Assembleia ganharia se vossa Excelência não fosse o líder da Bancada do PS.-----

----- Não me querendo intervir, ganharia! E eu até acho que o PS ganharia se vossa Excelência não fosse o líder do PS! E, por isso, Senhor Deputado, queria-lhe dizer isso, porque ficou aqui uma vez trancada essa questão, porque vossa Excelência quando se dirigiu a uma anterior Vereadora deste Executivo, dirigiu-se de uma forma que não nos devemos dirigir a ninguém, muito menos a uma Senhora, eu lembro-me daquilo que o Senhor aqui disse, lembro-me do que fez e eu não aceitei na altura, ela respondeu-se muito bem a vossa Excelência e eu, por isso não intervimos nesse mesmo momento.-----

----- Por isso, Senhor Deputado, eu peço apenas que me deixe intervir que me deixe dizer aquilo que nós pensamos e eu não tenho fetiche com Vossa Excelência como deve calcular, mas tenho um problema com o Partido Socialista esteve 14 (catorze) anos nesta cidade a governar e nesses 14 (catorze) anos fez coisas que este Executivo já fez num ano e que Vossa Excelência não foram capazes de fazer.-----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados,-----

----- Uma receita mais robusta como aquela que tem este Orçamento que é um Orçamento mil milhões trezentos e cinco milhões de euros, é o maior orçamento de sempre, permite uma resposta mais adequada às prioridades do Programa Eleitoral como da Habitação, dos Apoios Sociais, da Mobilidade e da Higiene Urbana ou ainda da Fábrica de Unicórnios, do Hub Azul, da Segurança e Proteção Civil e também da Saúde, da Cultura e da Educação.-----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, se a Proposta de Orçamento for aprovada, a Habitação terá um incentivo de 122 (cento e vinte e dois) milhões de euros, isto é mais 40% relativamente ao ano anterior, 122 milhões de euros! E ter-se-ia tornado mais acessível aos jovens, não fora o desvario provocado pela esquerda unida ao ter chumbado a isenção do IMT para a compra de casa própria.-----

----- Mas do ponto de vista social e fiscal, Lisboa como há pouco, disse, voltará devolver mais IRS aos lisboetas e reforçará em 40%, o Fundo de Emergência Social e em 34% a intervenção para as pessoas em situação de Sem-abrigo.-----

----- Também a mobilidade receberá um forte impulso, a Rede Gira duplicará o número de bicicletas, teremos 2000 (duas mil) bicicletas e mais 29 (vinte e nove) estações e serão adquiridos novos autocarros elétricos, pretendendo-se dotar a prazo a totalidade da frota de Lisboa de veículos amigos do ambiente.-----

----- Já agora em matéria de sustentabilidade com o orçamento para 2023 consegue antever-se já, uma iluminação pública toda em Leds e o Plano de Drenagem a ganhar forma no terreno com início da construção dos túneis.-----

----- Por outro lado, no que diz respeito à Higiene Urbana contratados 200 (duzentos) novos trabalhadores e aqui das 18 (dezoito) novas viaturas, a despesa prevista para 2023 ascenderá a mais 50%, a mais 50% na Higiene Urbana.-----

----- Finalmente, depois do Plano Anti-inflação que está em curso e que visou colmatar o insuficiente apoio dado pelo Governo às famílias e às pessoas, o Executivo Municipal conseguiu fazer já a aprovar, de resto por unanimidade, o Programa

Recuperar+ que mitiga os efeitos das consequências da guerra sobre as empresas ainda a braços com impacto negativo da pandemia, efeitos esses que vieram pôr em causa a forte recuperação económica e que se vinha assistindo em Lisboa. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados, tendo o Executivo conferido prioridade ao que é importante para Lisboa e para os lisboetas, o que o CDS pede é que a proposta de Orçamento Municipal para 2023 apresentada, ainda que subtraída de uma promessa eleitoral que a esquerda unida entendeu chumbar, seja por esta Assembleia aprovada. Se assim for o Orçamento para 2023 tornar-se-á no mais poderoso instrumento para servir as pessoas, transformar a cidade e projetar o futuro, numa palavra para consolidar os Novos Tempos, é isto que o Partido Socialista teme, é isto que o PS teme! -----

----- No ano em que Lisboa receberá Jornada Mundial da Juventude e a visita de sua Santidade o Papa Francisco, é oportuno recordar uma das suas máximas, “ninguém pode ficar para trás”. -----

----- Este Orçamento, Senhora Presidente e Senhores Deputados honra bem essa máxima, mesmo havendo quem tivesse deixado os jovens para trás. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, senhor Deputado! -----

----- Temos um protesto do Senhor Deputado Davide Amado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Davide Amado (PS)**, no uso da palavra fez o seguinte protesto: -----

----- “Muito obrigado, Senhora, Presidente! -----

----- Dizer-lhe a si e a esta Assembleia que quem escolhe a liderança do Partido Socialista em Lisboa, é os militantes do Partido Socialista -----

----- Quem escolhe a liderança da Bancada Municipal do Partido Socialista nesta casa são os deputados eleitos na lista do Partido Socialista! -----

----- Lembrar ao Senhor Deputado do CDS que fez aquela intervenção referente ao meu camarada Manuel Lage, duas declarações; uma do antigo Presidente da Mesa do Conselho do CDS que dizia, “considerava antidemocrático proibir”, referindo-se a Nuno Melo atual líder do CDS, foi proferido pelo Senhor Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia, em resposta ao atual líder da oposição da altura do CDS que dizia, “que acusam Anacoreta Correia de condução vergonhosa”. -----

----- Portanto, nós não nos queremos meter nos vossos problemas, nas vossas fações, não nos queremos meter naquilo que é vossa, ainda estrutura que existente na cidade e no país, mas queremos-vos lembrar e lembrar a Senhora Presidente e o Senhor Presidente da Câmara que, o CDS tem três Vereadores deste Executivo. O CDS tem muita responsabilidade naquilo que é o executar deste programa, portanto, executem, governem, façam aquilo que foram eleitos e deixa o PS em paz! -----

----- Muito obrigado!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Deputado! -----
 ----- Vamos continuar!” -----
 ----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -
 ----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a
 seguinte intervenção: -----
 ----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores,
 Senhor Presidente da Câmara. -----
 ----- O PSD também concorda e espera que a cidade um dia deixe o PS em paz e
 longe da governação da cidade de Lisboa! -----
 ----- Mas, Senhora Presidente, hoje é um dia que nos deve unir a todos ou não fosse
 este um Orçamento do consenso e do diálogo. O Orçamento de abertura à sociedade
 civil. O Orçamento que aposta na mobilidade, que reforça o investimento na
 habitação, que reforça o investimento na cultura, mas que não descuida e reforça
 aqueles que têm sido os principais anseios da nossa comunidade, nomeadamente em
 matérias de higiene urbana. -----
 ----- Mas, sobretudo Senhora Presidente, este é o orçamento da redução dos impostos
 sobre os lisboetas, sobre quem trabalha, sobre os jovens, porém e não obstante o
 esforço do orçamento do consenso e do diálogo. Este é um orçamento, onde o PS não
 quis acompanhar esta baixa de impostos. -----
 ----- E Senhora Presidente aqui não vai levar a mal, mas terei que quebrar o protocolo
 tradicional e não é a si que vou dirigir uma pergunta, é ao Partido Socialista, porquê?--
 ----- Porque é que depois de inclusivamente, no âmbito, do diálogo e do consenso que
 tem promovido Carlos Moedas, depois do próprio PSD/CDS na Câmara votar
 favoravelmente uma proposta que traziam complementar, no âmbito, da habitação,
 uma visão diferente, mas que respeitávamos, o respeito, no consenso, na diferença.
 Uma medida que permitia que visões diferentes pudessem existir um investimento
 municipal, tamanho era o esforço que Carlos Moedas trazia. Porquê que, não obstante
 tudo isto, o Partido Socialista entendeu chumbar a Proposta que trazíamos para a
 redução de IMT para os jovens? -----
 ----- Porque é que para o Partido Socialista, os jovens lisboetas não podem decidir o
 seu caminho? Não podem escolher entre arrendar ou adquirir? É que não sei se têm
 estado atentos, mas até a Roménia já abandonou esta visão socialista do centralismo
 que o Estado deve ter no papel da sociedade. -----
 ----- Fica a ideia que o Partido Socialista quer regressar a 1980! Primeiro mata a
 oportunidade para a renovação do universo dos proprietários e a seguir, prevejo eu,
 vai bloquear o valor das rendas! -----
 ----- E porque é que faço esta previsão? Porque não votam favoravelmente a redução
 do IRS e, portanto, se não baixam impostos para todos, sobre tudo aqueles que
 trabalham, a classe média. Então claramente vão ter que, inevitavelmente também a
 dada altura, porque o dinheiro não estica e se as rendas aumentarem e não baixarmos
 os impostos, então as rendas também não vão poder aumentar e vamos assistir a
 intervenção do Estado e, por isso é que eu digo que vamos regressar em 1980. -----

----- Por isso, Senhor Presidente os Novos Tempos não podem abdicar deste compromisso. O compromisso que temos que continuar a lutar para conseguir implementar nos próximos três anos, da redução do IMT, mas, sobre tudo e mais importante da isenção do IMT. Mas, sobre tudo e mais importante, Senhor Presidente, não podemos abdicar desta vontade de querer segurar os atuais jovens da cidade de Lisboa, mas, sobretudo de continuar a trazer mais jovens para a cidade de Lisboa e Senhor Presidente, se porventura, durante estes três anos não logramos este consenso e bom senso por parte das forças de esquerda nesta casa e também na Câmara. Então em 2025, teremos que lembrar aos jovens lisboetas, quem é que os queria ter em Lisboa e quem é que não os queria ter cá! -----

----- Mas hoje foi também um dia de intervenções estranhas! Primeiro vi aqui o PS a reclamar que a saúde das contas que o Senhor Vereador Vice-presidente Filipe Anacoreta Correia, tanto tem trabalhado ao longo deste período se deve curiosamente, não a si, mas a eles. -----

----- Vamos falar sobre isso! -----

----- Porque temos tido exemplos dessa apropriação dos resultados e do vosso trabalho ao longo deste ano por parte do Partido Socialista em vários casos. Vamos falar sobre a saúde das contas que o Partido Socialista nos deixou. A mesma Saúde que impediu que durante o ano de 2021 por insuficiência financeira a Câmara Municipal de Lisboa transferisse as verbas para as Juntas de Freguesia poderem assegurar os níveis de higiene urbana que se tinham comprometido e viesse depois o Senhor Vice-presidente em finais de 2021, procurar encontrar solução financeira, era essa a saúde financeira que o Partido Socialista estaria a referir? Sejamos sérios! -----

----- Depois a seguir pasme-se, vêm dizer que, neste último ano, certamente, porque de outra forma não se compreenderia essa intervenção, os transportes públicos na cidade de Lisboa durante o último ano sofreram uma degradação acelerada! Foi uma degradação acelerada, aliás, a partir do dia em que o Presidente Carlos Moedas tomou posse começaram a saltar porcas e parafusos dos autocarros, aquilo foi uma coisa extraordinária! E aqueles que hoje andam nos autocarros e que quiseram partilhar aqui o exemplo de algumas das carreiras que, se calhar, frequentam, vêm dizer que o estado que os transportes públicos chegaram hoje é o resultado do último ano. Isso é muito sério! Isso é muito sério! Este infelizmente é, de facto, o estado de degradação mas a que nós chegámos agora por desinvestimento ao longo dos últimos anos e vêm agora dizer que o investimento, não investiram por isso é que isto está agora tudo...! Isto é extraordinário! -----

----- Senhor Presidente, o Senhor é culpado por investir demasiado nos transportes! ----

----- O PS, não se ficou por aqui! O Partido Socialista não se ficou por aqui e o Partido Socialista, Senhor Presidente, eu, esta peço o seu especial cuidado, porque eu vou ter que recorrer um bocadinho, algumas formas prosaicas e, se calhar, fazer aqui algumas conotações históricas que esperam não lhe lanço qualquer desconforto. Sabe Vossa Excelência que eu sou monárquico, portanto! -----

----- O PS está incrédulo, Senhor Presidente com a Saúde 65+! Sim, eles estão incrédulos com Saúde 65+, vieram aqui dizer “como é que é possível que a Saúde 65+

resolva todos os problemas do acesso à saúde no país”. Eu achei curioso depois queriam a seguir que o Senhor Presidente já fosse candidato outra coisa qualquer, fiquei com a impressão que, se calhar, é o Partido Socialista anseia muito que o Senhor vá fazer melhor noutros lados, aquilo que eles hoje não estão a conseguir fazer!-----

----- Mas deixe-me que lhe diga que eles estavam incrédulos com uma eventual eficácia da Saúde 65+, Senhor Presidente e eu tenho que lhe dizer que faz sentido, nós não devemos estar admirados com esta perspetiva que o Partido Socialista tem, aliás, a eles também estavam com chuva e com todas aquelas coisas divinas que limitam o desenvolvimento humano, são questões que são inultrapassáveis, Senhor Presidente! Eu diria mesmo que se Dom Henriques fosse socialista, então teria dito, “não vale a pena fazermos o mar, porque o mar é enorme e nós somos pequeninos”! E por isso, Senhor Presidente, eu diria mesmo que se ele fosse socialista, era isto que ele teria dito ou então, se calhar, o que nós vimos foi velho do Restelo, andar de punho no ar a explicar às pessoas que ideia não pegava!-----

----- E as chuvas em Lisboa, Senhor Presidente! Bom, com Dom Carlos Moedas, perdão com o Presidente Carlos Moedas, vamos ter o PGDL, o tal que, de acordo com o Partido Socialista já foi feito por António Costa já foi feito por Fernando Medina, mas que nos últimos 14 (catorze) anos não foi feito absolutamente nada! -----

----- Senhora Presidente, vamos ter saúde para todos! Menos impostos para todos! Gratuitidade na Carris até aos 23 e acima dos 25, mas, de facto, fica a faltar criar condições para que os jovens se fixem Lisboa, pelos vistos algo que o Partido Socialista não quer! E Senhora Presidente, porque o Partido Socialista o que realmente deve querer, é ter os jovens a viverem do Estado.-----

----- E o ambiente. Vieram para aqui falar das ZER como referência. Isto é extraordinário..., (mas eu não estou a falar do Senhor! Não, não, os socialistas querem é que os jovens dependam do Estado, foi o que eu disse! E a seguir disse, “e o ambiente”. Eu sei que os senhores querem apropriar de tudo inclusivamente, o que não é vosso que é de mais à esquerda, mas tenha calma, senhor deputado, vamos falar sobre o ambiente, nem todas as coisas inacreditáveis forem ditas pelo senhor deputado há de haver outras. Infelizmente, nós aqui temos muitas coisas inacreditáveis ditas por muita gente, à esquerda!). -----

----- Vêm falar das ZER como referência. As ZER, aquelas verdadeiras políticas de ZER ambientais, de zero à esquerda que não só não funcionaram como ninguém sabia quem é que fiscalizava, quem é que depois assegurava as medições e que inevitavelmente se veio concluir que, afinal, eram profundamente inúteis e que não tinham alterado nada do ponto de vista das emissões na cidade de Lisboa. São essas as ZER que os senhores querem que se persista? Eu, parece-me, claramente, temos mesmo que ser sérios!-----

----- E depois, para concretizar e para não deixar o Senhor Deputado Hugo Lobo nervoso. O Bloco de Esquerda, agora foi o Bloco de Esquerda!-----

----- Ver o Bloco de Esquerda vir aqui falar do estado da habitação, do estado das escolas, do estado da situação social. Isto só pode ser brincadeira! É que nem o PS

arriscou isso, isto só pode ser brincadeira! Onde é que o Bloco de Esquerda esteve nos últimos quatro anos? À espera, esteve na governação da cidade e fizeram o quê? O tal zero à esquerda, Senhora Deputada! O Bloco de Esquerda tem esta coisa extraordinária, eu ainda sou do tempo em que o Bloco, aliás, acho que ainda é do tempo de toda a gente, porque eles ainda são assim agora. O Bloco é aquele partido protesto à esquerda, que vem aqui dizer tudo o que se devia fazer e depois a seguir alguém lhe disse, “olham, venham connosco, vocês vão ter oportunidade de fazer tudo aquilo que defendem” e fizeram zero! Zero! Uma coisa extraordinária! -----

----- O Bloco de Esquerda, então matéria de políticas de habitação, eu até percebo! Uns enveredavam assim por uma dinâmica mais liberal, vamos tornar-nos empresários da habitação em Lisboa e depois outros, veio o oposto e o outro veio ser, adivinhem o quê? Era os ocupas, porque o que era bom era ocupar o casas, resolvia o problema da habitação, com certeza, vamos todos ocupar a habitação que está, aliás, isto era um exemplo fantástico do funcionamento de uma sociedade, na dúvida ocupa-se! Se tiver alguém dentro, epá, já aconteceu, portanto, não havia de ser novidade nenhuma! Enfim! -----

----- Ter o Bloco de Esquerda, agora a tecer considerações sobre o trabalho que estamos a fazer na habitação, sobre o trabalho que se tem feito ao nível das escolas, sobre o trabalho que se tem feito no âmbito da intervenção social, de facto, é, eu diria, é delicioso! É delicioso, o Bloco de Esquerda, então no que diz respeito, “façam que eu digo, mas eu não faço que eu digo”, é uma coisa extraordinário, enfim! -----

----- Senhora Presidente. Este orçamento fica para a história, inequivocamente como, em primeiro lugar, o Orçamento que derrota o mobilismo. O Orçamento que mostrou aos lisboetas onde é que estão os verdadeiros velhos do Restelo, mas, sobretudo Senhor Presidente, o Orçamento que põe em marcha a ambição de todos os lisboetas para viverem numa cidade cosmopolita, desenvolvida, mas, acima de tudo, uma cidade que resolve os problemas concretos de quem nela vive. -----

----- Senhor Presidente, isto faz deste Orçamento, um Orçamento concreto ou não é concreto?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado!” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público presente. -----

----- Eu ouvi aqui o Senhor Deputado do PS e fiquei bastante admirado com aquilo que ele aqui nos disse e parece que esqueceu-se que tivemos 14 (catorze) anos em que só foi propaganda, é verdade, Senhor Deputado! É uma realidade e vocês têm que aceitar as realidades e não estou a generalizar, Senhora Presidente! -----

----- E a verdade é que de execução orçamental útil para Lisboa e para os lisboetas, zero, *nicles, niente, nada!*-----

----- E, na verdade, como alguém aqui disse, foi uma mera miragem só daquilo que poderia ter sido, mas que na realidade foi uma autarquia endividada que o Senhor Vice-presidente e o Senhor Presidente devem ter em mãos e que com muito trabalho, se calhar, estão a retirar esta autarquia endividada que os Senhores deixaram! -----

----- Mas vamos ao que interessa! -----

----- Quanto ao final de janeiro deste ano, debatemos nesta casa..., (os senhores quando falam, nós ouvimos com atenção ou não, mas deixamos falar! A esquerda não! Isto mostra bem o compromisso com a democracia que os senhores têm! São os verdadeiros democratas! Uns verdadeiros democratas e eu espero que as pessoas estejam todas a ver como é que o PS e como é que o Bloco, lá ao fundo, quando se fala daqui, a direita fala daqui, bradam! Mas senhores têm telhados de vidro! Portanto, deixem-me lá falar, se faz favor!).” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, vamos continuar a Sessão! -----

----- Agradeço silêncio na sala, vamos continuar a Sessão, por favor!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dizia eu, Senhora Presidente, quando, no final de janeiro debatemos nesta casa o Orçamento 2022, referimos então que ele continuava marcado pelos efeitos da pandemia, da Covid, incluindo o agravamento das desigualdades na distribuição dos rendimentos e da riqueza na cidade de Lisboa.-----

----- Creio que ninguém ou muito pouco de nós poderia imaginar que um mês depois, a agressão militar não provocada e injustificada da Rússia à Ucrânia, traria de volta a guerra na Europa e agravaria a condição de vida de milhões de portugueses.-----

----- Este Executivo que sobe estar na linha da frente na resposta às consequências humanitárias da guerra, acolhendo centenas de refugiados e criando um excelente Programa Municipal de Emergência para a sua integração, foi também capaz de implementar medidas que permitem mitigar as consequências económicas e sociais deste conflito na cidade de Lisboa.-----

----- Possibilitando, por exemplo, que os jovens com menos de 23 anos e os maiores de 65 anos de idade tenham acesso a transportes públicos e gratuitos na cidade apoiando o relançamento da atividade económica das pequenas e médias empresas, muito delas sob endividadas, devido à pandemia, criando um Plano da Saúde gratuito para munícipes com mais 65 anos.-----

----- E continuando neste Orçamento de 2023, a fazer de Lisboa uma cidade fiscalmente amigável para usar as palavras do Senhor Presidente.-----

----- E aqui Senhor Presidente, os lisboetas querem-lhe agradecer, que se tenha lembrado das famílias lisboetas, que vivem estranguladas pela asfixia fiscal que o Governo da República os vetou e que Vossa Excelência e, bem, entendeu aliviar! -----

----- Mas continuando dizia, eu que para o ano que vem não só não será aumentada nenhuma das 288 (duzentas e oitenta e oito) taxas que existem na autarquia, como se procederá ao reforço da taxa de devolução do IRS às famílias, o que representa que em 2023 revertam para os sujeitos passivos com domicílio fiscal, no domicílio de Lisboa, cerca de 46,8 (quarenta e seis, vírgula oito) milhões de euros correspondentes a 3% da participação variável no IRS, relativo aos rendimentos do ano de 2022. -----

----- Mas Caros Colegas,-----

----- Mas a verdade é que este Orçamento, também não deixa de fora os mais carenciados prevendo um investimento significativo na área social, refiro-me aos 7,4 (sete, vírgula quatro) milhões de euros para o Fundo de Emergência Social, mais 40% face a 2022, bem como, 6,7 (seis, vírgula sete) milhões de euros para apoio às instituições sem fins lucrativos nesta área, assim como, os 4 (quatro) milhões de euros para a intervenção junto das Pessoas em Situação de Sem-abrigo. Note-se que há uma dotação de mais 34% do que no orçamento anterior.-----

----- No que se refere a estas pessoas em situação de Emergência Social, parece-nos de especial relevância a ambição de atingir as 380 (trezentas e oitenta) vagas, no âmbito do Programa Housing First para o próximo ano, oferecendo além da habitação acompanhamento psicossocial para a sua reintegração social.-----

----- E aqui uma vez mais, Senhor Presidente, quero-lhe dar os parabéns por ter à frente deste Pelouro da Habitação, uma Filipa Roseta e não Robles, de má memória que o Bloco de Esquerda pelos vistos se esquece quando crítica as excelentes políticas de habitação que a Senhora Vereadora prossegue em prol de Lisboa e dos lisboetas.----

----- Caros colegas,-----

----- Esta proposta de Orçamento para a cidade de Lisboa foi elaborada de acordo com as Grandes Opções Estratégicas para o período 2023-2027, materializadas numa visão para a cidade assentes na concretização dos seis pilares. E aqui o Partido da Terra não pode deixar de saudar que a maior fatia deste Orçamento seja atribuído ao Pilar 2, uma cidade sustentável que tal como aconteceu em 2022, recebe mais de 40% do investimento total concretamente, cento e sessenta e quatro milhões e trezentos e trinta e três mil euros para o ano 2023, verba essencial para alcançar os compromissos assumidos pelo Município nesta área, tanto no plano nacional como internacional.-----

----- Já no atual contexto da crise energética e de urgência climática parece-nos da maior relevância que no pacote de medidas que visam conservar o ambiente dia a dia dentro deste Pilar, esteja incluída a dinamização de comunidades de energia renovável para combater a pobreza energética, nomeadamente através da geração descentralizada de energia solar fotovoltaica em edifícios de habitação social distribuída a custo simbólico ou gratuito às famílias mais carenciadas. E gostaríamos de destacar também a prioridade dada às escolas e edifícios de habitação social para a instalação de sistemas térmicos, fotovoltaicos e híbridos, no âmbito do Programa Lisboa Solar.-----

----- Ainda neste Pilar e no que se refere ao pacote de medidas para diversificar a mobilidade, congratulamos que o planeamento seja feito a partir do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável. Uma vez que o Senhor Vereador Ângelo Pereira

referiu que o concurso para a criação deste plano será à partida concluído até final deste ano e que a sua elaboração decorrerá durante o ano 2023. Parece-nos que até ele poder ser implementado é urgente acelerar a concretização de medidas nas áreas da mobilidade e acessibilidade que permitam alterar o paradigma da mobilidade urbana, promovendo as deslocações a pé, de bicicleta, em transportes públicos, em detrimento da cultura dominante do uso do veículo automóvel particular na cidade. -----

----- Os cinco milhões de euros, previstos neste Orçamento para a construção de Parques Dissuasores Estacionamento e os três milhões para reforço da Rede Gira duplicando a oferta de novas estações, parecem-nos definitivamente bons passos nesse sentido e, por isso também aqui congratulamos este Executivo Camarário. -----

----- Mas importa não esquecer que essencial para a sustentabilidade é também a higiene urbana. Mas vejamos, como várias vezes referimos nesta casa a acumulação de resíduos urbanos e a sujidade das ruas, não é uma situação nova na cidade ao contrário do que muitos afirmam agora! É um problema bem antigo que há muito lidera a tabela das ocorrências reportadas pelos municípios no Portal GOP na Minha Rua LX. -----

----- Mas, agora o que é novo e merece destaque, é o empenho deste Executivo em resolver este problema através do reforço de meios humanos e materiais que se traduzirá em 2023 num investimento de trinta e dois milhões de euros com a contratação de mais duzentos trabalhadores e a aquisição de novas viaturas. -----

----- É assim, Senhor Vereador Ângelo Pereira, neste caso, Senhor Presidente, que se trabalha para transformar Lisboa numa cidade mais sustentável e amiga do munícipe. Parabéns ao seu esforço e ao da sua equipa, em resolver este problema de mais de catorze anos!-----

----- No que se refere ao objetivo da conservação do ambiente dia a dia, queremos louvar a valorização do património arbóreo e vegetal de Lisboa e esperamos que a referência à profissionalização dos serviços que lidam com a plantação e manutenção das árvores na cidade signifique um maior investimento na Escola de Jardinagem de Lisboa, tão desvalorizada pelo anterior Executivo. -----

----- Ainda dentro deste Pilar e no que se refere concretamente ao urbanismo, merece-nos particular destaque, a opção por um urbanismo equilibrado e de proximidade à escala dos baixos, que permitirá desenvolver projetos-piloto para a implementação da cidade dos quinze minutos. -----

----- Senhor Presidente foi pois, com muito agrado que ouvimos a Senhora Vereadora Joana Almeida anunciar durante as audições que decorreram em Sede das Comissões Permanentes, que irá ser feito um diagnóstico para mapear os vários bairros da cidade de modo a verificar se tem ou não as cinco funções de intervenção no espaço público. As cinco funções de proximidade com o propósito concretizarem projetos de intervenção no espaço público em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia. --

----- Caros Colegas para terminar, não podia deixar de destacar a quinta medida prevista no Pilar 1 das GOP, no que respeita ao estímulo à participação, medida essa que refere precederam a uma avaliação do funcionamento de exequibilidade do Orçamento Participativo de Lisboa, concretamente os projetos aprovados nas edições

da última década e ainda por concretizar, bem como, redefinir metodologias de implementação, monitorização e participação nas próximas edições do Programa. -----

----- Neste ponto, faço notar que o Partido da Terra criticou em diversas ocasiões, o anterior Executivo pela baixíssima taxa de execução do Orçamento Participativo, cerca de menos 60% e o inaceitável lapso de tempo decorrido entre o anúncio dos vencedores dos Orçamentos Participativos e a discussão e votação em Sede da Assembleia Municipal e, dos Contratos de Delegação de Competências e as respetivas afetações e de recursos financeiros do Município para as Juntas de Freguesia. -----

----- Senhor Presidente, o MPT espera que este Executivo ponha de uma vez por todas fim a estas delongas, credibilizando uma das mais bem conseguidas práticas da democracia participativa a nível local.-----

----- E termino agora Senhor Secretário, Senhora Presidente, referindo que o MPT irá acompanhar favoravelmente esta Proposta, não só por uma questão de lealdade institucional, mas porque especialmente consideramos que este Orçamento é bom e justo e é o Orçamento que a cidade, os seus municípios precisam e pelo qual tanto ansiavam.-----

----- Muito obrigado! -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado!”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Ardisson do CDS-PP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ardisson (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Vice-presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, Caros Colegas Presidentes de Junta. -----

----- Temos falado aqui no Orçamento mais sobre o ponto de vista macro e eu como Presidente de Junta, o desafio é trazer um bocadinho mais o micro neste caso, não é assim tão pequeno que a Freguesia do Parque das Nações, constatando e verificando o que está inscrito no Orçamento verificamos muita inscrito no Orçamento e muita coisa porquê? Porque infelizmente, nos últimos nove anos ou nos oito anos e, o último ano não foi também possível fazer, pouco ou nada foi feito na Freguesia do Parque das Nações. E, portanto, compromissos foram assumidos, foi passada a ideia aos fregueses que as coisas iam acontecer, infelizmente, não aconteceram, ficando com a ideia que estavam prestes acontecerem e não estavam! Estavam com grandes processos, muito enrolados!-----

----- É, por isso, é com grande satisfação que vejo e, variadas intervenções anunciadas, como uma intervenção no pavimento na Rua Ilha dos Amores onde o piso abateu há anos e que está agora para ser realizada; uma intervenção também na Estrada de Moscavide; o Passadiço Docas Olivais que está cortado à circulação e convém dizer que o passadiço está cortado..., (se puder e houver haver algum pouco de silêncio na sala agradeça) o Passadiço da Doca dos Olivais está cortado por ter sido abandonado há anos e, há anos que se sabia e havia provas e eu registei-as, eu

próprio dentro de um barco na Doca dos Olivais verifiquei e posso mostrar a quem quiser as fotografias do estado em que está a estrutura de ferro por baixo. -----

----- Os vizinhos perguntam o porquê de estar fechado? Está fechado, porque sabia-se que estava em perigo e nada foi feito e agora carregam para cima mim, mas não há problema, para cima da Coligação, que temos o passadiço fechado, está fechado por razões de segurança, está contemplado no próximo orçamento uma intervenção que o reconduzirá às condições de segurança necessárias para existir e que se não fosse feito, levaria aqui um dia houvesse uma desgraça e que depois aí era um grande problema porque não tinham cortado o passadiço. -----

----- Também o Passeio das Tágides, também tem uma verba prevista com as irregularidades para tentar regularizar as irregularidades que existem no passeio e que causam bastantes problemas. -----

----- Já aqui foi falado, a Jornada Mundial da Juventude que é um grande desafio que teremos no próximo ano e que estamos a trabalhar muito próximo com a Câmara Municipal de Lisboa e com a SRU e que, estamos em perfeita sintonia para que dia 7 de agosto, estejamos todos satisfeitos de ter acolhido mais um grande evento em Lisboa, em Portugal, e que tudo tenha corrido bem e como costumamos fazer, estejamos todos muito satisfeitos e regozijados por isso ter acontecido. -----

----- Mas não é só! Várias outras promessas foram feitas e não cumpridas: a construção da Escola na zona Norte em frente ao Colégio Pedro Arrupe; -----

----- O JI do 1º Ciclo está em processo para avançar também; -----

----- O Centro de Saúde no Parque das Nações, eu vivo há 21 anos no Parque das Nações e há 25 anos, (eu um dia trago-vos o papel), há mais de 25 anos o folheto do Parque Expo tinham lá Centro de Saúde, foi inaugurado várias vezes ou lançada a primeira pedra várias vezes, foram colocados autores mais do que duas ou três vezes e nada foi feito! Durante o mês de dezembro está a decorrer o concurso que cuja verba foi reforçada em cerca de 30% e provavelmente, esperemos que haja quem queira concorrer, candidatar à sua construção. -----

----- Temos em curso também e muitos vizinhos também me perguntam, a Creche Modular que está atrás da Escola Vasco da Gama está construída e não está a funcionar, porquê? Uma das razões é porque a cozinha da Creche, não foi prevista, o equipamento para a cozinha não foi previsto no concurso inicial e, portanto, neste caso está esta e mais duas outras Creches, segundo parece noutros locais de cidade, à espera de que os novos concursos decorram e que sejam equipados com o material necessário para poderem funcionar. -----

----- Temos também em curso, uma obra foi iniciada já entre eleições, entre Executivos e que a mim me diz muito, pois os meus filhos andaram na Escola Infante Dom Henrique e a Escola Infante Dom Henrique que é supostamente a escola com menos condições e era fisicamente, com menos condições do Parque das Nações vai no próximo ano letivo reabrir com excelentes condições e dá-me uma satisfação imensa que se possa proporcionar às crianças do Parque das Nações, na zona poente do Parque da Nações essa essas condições. -----

----- Já aqui foi falado que foi que os PRA desapareceram, que há menos Planos do Programa de Renda Acessível, o Parque das Nações tem um, com alguma capacidade, com alguma dimensão. O PRA, isto tudo está no Orçamento, isto é tudo dinheiro, o que vocês fizeram foi promessas e não cumpriram, aqui estão refletidas! Isto faz parte do Orçamento é isto que diz às pessoas! Eu falar em dinheiros não serve nada, tenho falar em projetos que as pessoas precisam perceber qual é o comprometimento ou o que é necessário fazer, portanto, podem divagar à vontade, tiveram já o vosso tempo. O PS teve seis anos e meio no Executivo da Junta de Freguesia do Parque das Nações e o legado foi infelizmente muito pouco para todos nós que moramos no Parque das Nações e que amamos aquele espaço. -----

----- O PRA da Estrada de Moscavide, está em curso e o PRA do Parque das Nações que é da maior dimensão ficou deserto, o concurso que os senhores lançaram, não teve candidaturas, houve uma empresa que se candidatou e não teve capacidade para cumprir, portanto, terá de que ser reformulado e é por isto que as coisas não estão! É por isso que as coisas não estão e não fica tudo resolvido com este Orçamento. -----

----- E ainda há situações para resolver, o PRA e o Pavilhão Desportivo do Parque das Nações, ainda temos algumas coisas e eu ainda espero que consigamos ainda durante este próximo ano resolver as coisas, porque é uma necessidade e é mais do que justa, a comunidade educativa do Parque das Nações, os nossos jovens terem um Pavilhão que foi anunciado, foram colocados outdoors, foi comprado, encomendado, foi pago um projeto pela Junta de Freguesia num terreno que não era nem sequer da Câmara. Portanto, há imensas coisas que estão por fechar e isso terá de ser resolvido o mais depressa possível. -----

----- E permitam-me que partilhe um pouco da minha experiência pessoal em relação ao IMT. Eu comprei casa em 2001, tinha começado a trabalhar em 98, não foi com o dinheiro os meus pais, não foi com nada disso e tinha-me feito tanto jeito que na altura a Sisa tivesse sido reduzida e que eu pudesse ter tido um benefício e comprei aos 28 (vinte e oito) anos, portanto, não vamos fazer aquilo, aos outros, hoje em dia aos nossos jovens, o que fizeram no passado. -----

----- Muito obrigado!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado!” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Reis do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Reis (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Caros Colegas. -----

----- Naturalmente, este Orçamento implica uma análise, uma reflexão patente nestes debates que ocorreram tanto na Câmara como na Assembleia e hoje mais espelhado nesta Assembleia, o que é que fica? Fica, de facto, duas visões inconciliáveis ou aparentemente inconciliáveis, mas mais do que as decisões, duas atitudes perante a política perante a vida, uma de ambição, outra de conformismo e, é portanto, até

natural que muitos de nós muitas vezes ficamos frustrados com o andamento das coisas, porque nós queríamos mesmo fazer num ano aquilo que vocês não conseguiram, vocês, Partido Socialista e quem o apoiou não conseguiu fazer durante catorze anos. Mas, de facto, é impossível num ano termos feito aquilo que não se conseguimos fazer em catorze anos, mas essa é a nossa ambição, é a ambição de fazemos em quatro aquilo que o PS não fez e que prometeu e não cumpriu, fazerem catorze anos!-----

----- Nós, pelo menos queremos cumprir o nosso Programa Eleitoral! -----

----- Nós, pelo menos fazemos para o cumprir e fazemos para o executar e isso é patente também neste Orçamento.-----

----- As razões para a sua aprovação já foram aqui mais do que escalpelizadas, não há nenhuma razão substantiva, material que impeça a aprovação deste Orçamento, a não ser eventuais interesses partidários. -----

----- Mas interesses partidários à parte, o que é que fica desta discussão do Orçamento? Fica um facto político que ficou e que se tornou evidente nestas semanas e que é da única responsabilidade do Partido Socialista e não nossa! E que, no fundo espelha bem estas duas visões para o país, que tem a ver precisamente com o IMT para os jovens. E a visão resume-se a isto e é isso que as pessoas em Lisboa vão perceber e que vocês não se podem ofender que nós digamos isto e que expliquemos isto à sociedade. -----

----- O PS em vez de dar uma oportunidade aos jovens, em vez de fomentar e capacitar autonomia, pessoal, o mérito e a subida na vida, prefere subsidiar a dependência, mas, afinal, este subsídio é para quem? Pasmese e aqui é que entra a desorientação do Partido Socialista, que sinceramente está desorientado! Porque nós precisamos de um Partido Socialista mais preparado para fazer uma oposição melhor em Lisboa. -----

----- E porquê? Porque, afinal, subsidia os senhorios, afinal esta subsidiação da dependência vai fazer subsidiar sim, o aumento dos preços das habitações e há, aliás, é isto que catorze anos de políticas em Lisboa e sete anos de políticas no país resultaram, Lisboa ter preços de casas ao nível de Londres e ter uma qualidade de vida francamente inferior àquela que vivem os nosso londrinos, os nossos emigrantes em Londres. -----

----- Mas há também aqui uma questão evidente, neste debate que lá fora se faz sobre Portugal ser ultrapassado pela Roménia. Há muitas razões para isso e não vamos fazer com vocês aquilo que vocês fazem connosco, não vamos apontar todas as culpas destes sete anos, há razões estruturais para isso é verdade, mas há uma relação uma razão evidente que vocês não podem escamotear, é que vocês não querem fazer reformas, vocês não querem mudar. Vocês estão contentes com o que há e querem distribuir aquilo que vai havendo! E essa é a postura precisamente no IMT, em vez de darem uma oportunidade às pessoas, vocês preferem subsidiar a dependências. -----

----- Deixem-me contar aqui uma história pessoal. Ao contrário do Carlos Ardisson, eu, de facto, comprei a minha casa com a ajuda dos meus pais, tinha 26 (vinte e seis) anos, quando comprei a minha casa. E os meus pais fizeram aquilo que milhares e

milhares e milhares de pais fazem, alguns até os vossos pais também, andaram uma vida a poupar, a vida inteira a poupar e investir algumas das suas poupanças para ajudar o seu filho e, ajudar-me e pagaram a entrada por o empréstimo bancário. Eu era rico e eu sou rico, por isso! Milhares e milhares de jovens que precisam da ajuda dos pais para a entrada de uma casa, habitação, que vão contrair um empréstimo bancário para comprar uma habitação são ricos?-----

---- Que Partido Socialista é este que esqueceu a moderação, esqueceu as suas raízes e que, de repente parece abraçar as Teses de Proudhon. As Teses Proudhon como todos sabem, nos ensina que toda a propriedade é um roubo, mas tudo isto quando é que ser proprietário é ser mau! Este quando é que temos cortar as pernas a quem quer ser proprietário em Lisboa? Isto é cortar as pernas aos jovens! Isto é subsidiar a dependência!-----

---- Mas, meus caros! O problema do vosso preconceito contra a propriedade é também um problema de preconceito contra a mobilidade social, no fundo, não há atitude pior e mais herdeira do salazarismo do que é; deixem-se está como estão! Pobrezinhos, mas honrados! É postura de quem se recusa a ajudar os outros a subir na vida. Dar uma oportunidade! É um país inteiro contra um elevador social e depois admiram-se que tenham feito durante sete anos uma campanha Suez contra o anterior Primeiro-ministro que se dizia que expulsava os jovens para fora do país e agora pasme-se, ainda há mais jovens a saírem do país do que no tempo da crise da troika! Não deixa de ser um epitáfio do falhanço total das vossas políticas em matéria de progressão social. -----

---- E depois admiram-se e depois vamo-nos todos admirar, todos maravilhados ontem com os sucessos enormes da nossa seleção, mas acreditem os portugueses não são parvos e os portugueses não confundindo o sucesso da bola com o sucesso da vida real e na vida real fomos ultrapassados pela Roménia e em breve seremos ultrapassados pela Bulgária! -----

---- Mas, há também sobre este Orçamento e temos de falar de três responsabilidades importantes no Governo. É que este Orçamento, Senhor Presidente, só é eficaz se na sua totalidade, na sua plenitude, se condições materiais objetivas que não dependem do Presidente da Câmara que, não dependem da Câmara que, não dependem da Assembleia foram materializadas e vou falar apenas de três estas questões: -----

---- - Vou falar da segurança Senhor Presidente em 2014, era o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa e celebrou com o Governo, um acordo para a reorganização do Plano de Reorganização do Dispositivo Operacional da PSP, até agora Lisboa cumpriu o seu compromisso vertido na Deliberação 244/CM/2014, até agora o que é que tivemos desse plano, oito anos, passados? Menos esquadras, fecharam esquadras e as esquadras novas prometidas, bola, zero! Jogamos ontem na seleção!-----

---- E, portanto, Senhor Presidente, se o Ministério da Administração Interna não está na vontade de cumprir este Plano que foi acordado com a cidade de Lisboa. Se o Governo liderado pelo Primeiro-ministro António Costa entende não cumprir aquilo que combinou e que acordou em letra de protocolo com a cidade de Lisboa que, na

altura era governada por ele mesmo Presidente de Câmara, então a Câmara Municipal de Lisboa tem que ter uma atitude e revogar imediatamente esta deliberação de Câmara. Não podemos ter oito anos passados de uma deliberação escondida na gaveta e que esconde aos lisboetas a verdade. -----

----- É que fecham Esquadras como a de Carnide, fecham esquadras e as esquadras novas que estavam acordadas para substituir as novas não foram! Os novos reforços para o dispositivo policial também não foram cumpridos. -----

----- A Polícia Municipal de Lisboa ainda o Senhor Presidente de Câmara disse há pouco tempo que precisa de novos efetivos, coloca em própria em causa a própria subsistência de uma organização policial, quero recordar aqui a Polícia Municipal de Lisboa tem mais de 100 anos, é a força policial mais antiga do país. -----

----- E, portanto, Senhor Presidente tem todo o apoio do PSD para durante este ano junto do Governo exigir aquilo que o Governo tem obrigação de cumprir e que foi acordado pelo atual Primeiro-ministro, quando era anterior Presidente de Câmara.-----

----- - Mas, também, não vamos aqui escamotear outra questão, a saúde. Lisboa não pode tolerar que os hospitais na sua cidade funcionam como estão a funcionar. Isto é matéria de pacto de regime e eu convido e desafio os Senhores Deputados do PS, os Senhores Vereadores do PS a fazerem corpo com o Presidente de Câmara, porque é vossa obrigação de lisboetas, para terminarmos o caos que existe o Hospital de Santa Maria. Não podemos permitir aquilo que está a acontecer! São as nossas vidas que estão em causa, são as vidas dos lisboetas que estão em causa! Isto não é alarmismo, não é histeria, não é demagogia, porque isto é real e as pessoas estão a sofrer! Quem quer salvar o Serviço Nacional de Saúde não pode continuar como está a fazer, uma autêntica fraude política, que é consubstanciada no crescimento desmesurado de iniciativa privada, precisamente porque o Partido Socialista não dá opções aos portugueses.-----

----- E, precisamente porque o Partido Socialista presidiu a este facto extraordinário, mais de quatro milhões e meio de portugueses têm seguro de saúde, porque o Serviço Nacional de Saúde não lhes dá resposta! -----

----- Nós sabemos bem que vai ser muito difícil, mas temos de exigir durante este ano respostas concretas, o Partido Socialista está há sete anos no Governo e em sete anos já fez duas primeiras pedras para o novo Hospital Central Oriental de Lisboa, duas primeiras pedras! Nós não queremos uma terceira pedra, queremos que o hospital seja construído! -----

----- Tiveram catorze anos para fazer os catorze Centros de Saúde prometidos e agora que temos alguns que estão a ser feitos, alguns que estão a ser o acabados não estão ainda em funcionamento. É necessário pôr cobro a isto e não é a Câmara Municipal de Lisboa que tem responsabilidades nisto! -----

----- - E, por fim para terminar. Tem a ver com a restante a Linha Vermelha. -----

----- Senhor Presidente não está aqui neste momento! -----

----- Senhor Vice-presidente, Senhor Vereador da Mobilidade, o Senhor Presidente, Senhores Vereadores, em Lisboa, quem tem que mandar é a Câmara Municipal de Lisboa não é o Metropolitano de Lisboa. E isto é uma posição formal do Partido

Social Democrata! Nós não permitimos este traçado está a ser imposto contra as pessoas, contra os interesses da cidade como é prevista na Linha Vermelha. Não conseguimos chegar a tempo ao poder político para impedir o enorme erro que foi a construção da Linha Circular em detrimento da Linha de Metropolitano que os lisboetas precisavam, não conseguimos deter a tempo o incentivo à especulação imobiliária, o incentivo à promoção turística e o incentivo à concentração de investimento nas zonas mais afluentes da cidade. Não conseguimos chegar a tempo para terminar com os efeitos mais perniciosos de catorze anos de “salgadismo”! Mas em relação a esta Linha, em relação a este traçado ainda estamos a tempo! -----

----- Por isso, Senhor Presidente, mobilize os recursos da Câmara que forem necessários, porque nós temos de parar esta loucura, não pode ser, nós não vamos permitir e não podemos permitir que o traçado da Linha Vermelha seja feito por técnicos, anónimos com base em estudos que não conhecemos que, de facto, destroem património que demoraram muitos séculos a construir em Lisboa. -----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Ana Mateus,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado!”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia,** no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Jorge Nuno Sá do Aliança.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Nuno de Sá (Aliança),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Secretário, Senhora Presidente em Exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- Cumpre-se hoje o dever legal de analisar e votar o Orçamento Municipal para 2023 e as Grandes Opções do Plano. -----

----- Duas ou três notas muito breves, para sublinhar o reforço do investimento na habitação, sempre insuficiente é certo, mas não seria possível num ano corrigir erros de década e meia passada. A vontade anunciada de melhorar os processos de decisão na área do Urbanismo, onde a herança recebida do Partido Socialista contavam-se os prazos de licenciamento em anos, muitos anos, onde hoje já se atingiram os meses e tenho a fundada esperança que se venham a cumprir em dias, tal como está previsto na Lei e nos Regulamentos. -----

----- O investimento nos Centros de Saúde, mil vezes anunciados, mas não concretizados no anterior mandato, chegámos a ouvir aqui hoje que era preciso aumentar e melhorar a rede de Centros de Saúde, pareceria piada não fosse dito isso por uma força de um protocolo que teve para construir catorze e não construiu nenhum até à data de finalizar esse protocolo. E um abraço solidário ao Deputado Duarte Marçal, quando ele fala em propaganda, pedimos meças eram placas do Centro de Saúde que vai ser inaugurado, era o carrinho ambulante da Feira Popular que estava a dizer sem corar que o atual Executivo aposta na propaganda, é uma coisa extraordinária! -----

----- Mas falamos também da reabilitação das escolas, muitas delas que aguardavam anos intervenções urgentes, a opção estratégica pelas energias alternativas em 150 (cento e cinquenta) edifícios municipais, a mudança das luminárias da Rede Pública para tecnologia Led, uma economia importantíssima no consumo de energia elétrica ou as apostas na cultura, cujos agentes ainda não estão refeitos dos tempos muito difíceis que enfrentaram durante a pandemia. -----

----- Permitam-me apenas uma nota sobre a segurança e a noite de Lisboa. Ainda não encontramos com o destaque que julgamos merecer nestes documentos e em 2023, temos de visitar o papel da Polícia Municipal, a sua intervenção, a complementaridade desejável entre os seus efetivos e as áreas de intervenção da PSP na área da fiscalização, dos estabelecimentos, do ruído, por exemplo, ou até com a própria EMEL na área de estacionamento. Não vale a pena andarem todos a fazer o mesmo e depois, algumas áreas ficarem como terra de ninguém, porque os meios não esticam!-----

---- É a teoria da manta como também explicou o Senhor Ministro da Saúde há dois dias, quando se puxa para os pés destapados a cabeça e vice-versa. -----

----- Poderia aqui de ter-me em muitas considerações políticas sobre as opções tomadas em cada área, as dotações orçamentais apresentadas em cada rubrica, o que se poderia eventualmente fazer de forma diferente. Contudo, o atual enquadramento jurídico da apreciação pela Assembleia Municipais, estes dois importantes documentos, excluí a possibilidade de as propostas apresentadas serem aqui alteradas. Acresce que o tempo em que as mesmas nos são presentes obriga a um verdadeiro contrarrelógio de audições pelouro a pelouro e ainda assim, sem oportunidade de detalhado esclarecimento. Basta ver que já decorria hoje a reunião e ainda recebemos documentos de respostas e complementares a discussão do Orçamento.-----

----- E exige dos Senhores Vereadores e em especial, permitam-me que destaque o Senhor Vice-presidente, a quem saúdo e agradeço a disponibilidade sempre manifestada para estar presente, um esforço infinitamente superior aos resultados que depois nós, às vezes, podemos responder, porque efetivamente é um esforço muito grande que é exigida a toda a vereação para fazermos este debate orçamental. -----

----- No momento em que nos são apresentados estes documentos, vem com pouca margem de alteração. A Assembleia Municipal órgão debate político por excelência está aqui apenas para dar a sua aprovação neste quadro, com base no trabalho efetuado sobre todos os pressupostos e informação financeira previsional não é nosso conhecimento, nada que leva conclui tais pressupostos, não proporciona uma base aceitável e que as atividades planeadas não tenham cobertura orçamental adequada.----

----- Permita-me, Senhor Presidente da Câmara que lhe lance o repto nos futuros Orçamentos caso entenda alguma utilidade ouvir os contributos dos Deputados Municipais um bocadinho mais cedo e não temos este contrarrelógio de duas semanas mas, se calhar, discutimos durante algum tempo antes e poder nestes documentos incluírem alguns contributos das várias forças políticas, principalmente aqueles que não queiram apenas destruir mas sim, construir alguma coisa em conjunto. -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Senhores Deputados,

----- Dizendo contudo, que foi dito antes, refiro que votaremos favoravelmente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano que não será surpresa para ninguém, consciente dos muitos dos seus méritos, mas certo que se fosse mais frutiferamente participado poderia ser melhor e não apenas uma oposição que diz não, porque sim. ---
----- Pedindo porém, e desde já à Mesa a votação por pontos, até porque assistimos no Executivo uma votação diversa de vários partidos que espero que aqui tenha o mesmo reflexo. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, as últimas palavras são para si. Quando falham os argumentos políticos ou das políticas, passamos ao ataque pessoal. Não é inédito! Já foi tentado no princípio do ano na altura, era Moedas, a figura diabolizar. Agora é Moedas, aquele que dizem ter dois braços o social e o liberal e, afinal, é maneta, porque o social não existe! -----

----- Este Orçamento desmente essa teoria! Sim, é possível, é possível reduzir impostos e ter o maior Orçamento de sempre, é possível devolver IRS e ter transportes gratuitos para os jovens e para os maiores de 65 anos e é possível ter um Plano de Saúde 65+. Era possível se a esquerda deixasse isentar de IMT os jovens e, ao mesmo tempo ter o maior investimento de sempre na habitação e ter o maior Orçamento dos direitos sociais dos últimos anos. -----

----- Acima de tudo, é possível ter um Orçamento que começa com um conceito inovador, importante, inadiável que o lançamento de base de um Estado Social Local, portanto, o voto não é só favorável como é um voto como ânimo e com esperança. -----

----- Quando lhe perguntarem, Senhor Presidente quem é mesmo Carlos Moedas? Se o liberal ou social? Seja na versão expresso, seja hoje na versão do Vidente Penedo Gordo, responda sem receio: Carlos Moedas é aquele que o povo de Lisboa mandou para cumprir este Programa Eleitoral. Carlos Moedas é aquele que ganhou as últimas eleições autárquicas! -----

----- Muito obrigado!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Ana Mateus,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado!” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia,** no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves da Iniciativa Liberal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo de Mello Gonçalves (IL),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado!” -----

----- Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Discutimos hoje o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2023 e sobre estes documentos, a Iniciativa Liberal nesta primeira intervenção, gostaria de deixar algumas considerações sobre aspetos positivos que os mesmos contêm. -----

----- Começo desde logo pelo PGDL. Este é um Orçamento que, finalmente concretiza o Plano Geral de Drenagem, um projeto importante e estruturante para a cidade que demorou demasiado tempo até arrancar. -----

----- Em segundo lugar, gostaria de destacar a aposta na recuperação e reabilitação das casas municipais. Não é compreensível e muito menos aceitável que a Câmara tivesse 2000 (duas mil) casas fechadas ou devolutas quando há milhares de famílias carenciadas em lista de espera para uma habitação. -----

----- Hoje ao contrário do passado, temos os números dessa realidade e temos também uma opção clara no sentido de reabilitar esse Património Municipal para que ele possa cumprir a sua função social. -----

----- Senhor Presidente e Senhores Deputados gostaria ainda de destacar duas propostas importantes para a cidade, o projeto para a realização das Jornadas Mundiais de Juventude que ocorreram para o ano, cabendo naturalmente aqui uma palavra a Câmara pelo impulsionar e acelerar de processos que se arrastavam. Este é um enorme desafio e Lisboa tem de estar à altura das circunstâncias de um evento desta dimensão. -----

----- O segundo projeto que gostaria de fazer referência, é o do Arquivo Municipal de Lisboa que depois de muitos anos ao abandono caminha agora para uma solução adequada e que dá resposta aos problemas identificados e às preocupações de muitos de nós, no que diz respeito à preservação da memória histórica da cidade de Lisboa. ---

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados a terminar, gostaria também de dar destaque a dois temas que são importantes para a Iniciativa Liberal, em matéria de gestão autárquica. -----

----- O primeiro é o da transparência saudando aqui os passos que este Executivo tem dado em matéria de transparência e até de aproximação entre eleitos e eleitores. -----

----- E não podemos deixar de nos congratular com a criação de um Portal da Transparência Municipal previsto nas Grandes Opções do Plano para 2023. -----

----- Ainda em matéria de gestão autárquica. Dar aqui também nota positiva a inscrição no Plano de Atividades da Proposta referente ao Provedor do Município no pilar a uma cidade participada, programa referente à participação e cidadania. Como todos já sabem esta era uma das propostas que constava do Programa Eleitoral da Iniciativa Liberal e que resultou numa proposta que trouxemos a esta Assembleia Municipal e que foi aprovada. Contamos que este seja o primeiro passo num caminho a percorrer e que nos levará a ter um Provedor do Município na cidade de Lisboa. -----

----- Por último, Senhor Presidente, queremos assinalar e apoiar a opção deste Executivo de não inscrever verbas associadas à assunção de competências na área da saúde. As câmaras, não podem ser meros tarefeiros do Governo e é necessário rever o modelo e o processo de descentralização de competências do Estado para as autarquias, fez bem o Executivo ao comunicar que não aceitava as competências na área da saúde, nestes termos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Ana Mateus,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado!” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -
 ----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Angélique da Teresa da Iniciativa Liberal.” --
 ----- **A Senhora Deputada Municipal Angélique da Teresa (IL)**, no uso da palavra
 fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Muito boa tarde! -----
 ----- No decurso deste ano completo de mandato e com um orçamento que agora sim é
 da responsabilidade deste Executivo, temos muitas vezes a sensação de que “nem é
 carne nem é peixe”, peço desculpa ao PAN! -----
 ----- Percebemos as condicionantes que os Novos Tempos enfrentam até porque, na
 vossa mochila também levam os vereadores de esquerda, mas falta coragem política
 em matérias que não podiam ter ficado pelo caminho. Programas de concessão *bill to
 rend* para arrendamento acessível, trabalhar conjuntamente com os vários agentes de
 mercado, público, privados, cooperativas e sociais para definir um caderno de
 encargos feito de uma forma colaborativa, para se lançar um projeto de concessões
 que funcione e que seja um sucesso para todos. Ter a coragem de atirar as
 propagandas estéreis para o lixo! -----
 ----- Por falar em lixo, lançar um estudo comparativo para analisar a possibilidade
 externalizar parte dos serviços de higiene urbana ou de concentrar na Câmara ou de os
 concentrar nas Juntas de Freguesia, isto de sermos todos amigos, mas depois quando
 chega o verão, andarem todos a atirar as culpas para cima uns dos outros vale zero! ----
 ----- Zero é o número de referências que a Tapada das Necessidades tem nestas
 GOP’s. Não queremos que Lisboa tenha espaços esquecidos e muito menos os nossos
 jardins históricos. -----
 ----- História era o que faria se esvaziar-se-nos a SRU, tal como os partidos que
 integram os Novos Tempos defendem o defendiam no mandato passado, mas não há
 coragem política para arrumar a casa. -----
 ----- Faltam casas, cederam se há muitos anos espaços camarários a partidos políticos
 e associações político-partidárias, muitos deles proprietários. Isto é uma imoralidade! -
 ----- Imoralidade e andarmos a pagar rendas desnecessárias quando a Câmara pode
 recolocar os seus serviços em espaços próprios, eficiência do uso do património
 camarário e para a Iniciativa Liberal, é vital! -----
 ----- Vitalidade é o que precisamos na Direção de Urbanismo, porque é que não se
 cria uma task-force limitada no tempo, com o envolvimento da Ordem dos Arquitetos
 e Engenheiros, de modo a escoar todos os processos de licenciamento à semelhança
 do que foi feito com as vacinas. -----
 ----- A vacina da falta de estacionamento para os lisboetas não foi dada, quando ainda
 para mais foi uma das bandeiras da campanha dos Novos Tempos. -----
 ----- Tempo foi o que, se calhar, faltou para não termos ainda uma auditoria à Rede
 Ciclável, assim como é urgente um Regulamento para a Mobilidade Suave. A
 suavidade é aceite nos primeiros meses a seguir, espera-se um rumo claro e diferente
 do passado. Os lisboetas votaram em si, Senhor Presidente, porque quiseram essa
 diferença, não deixe de fazer essa diferença! -----

----- Senhor Presidente, precisa da Iniciativa Liberal, porque faz falta o espírito reformista, necessário para transformar Lisboa numa verdadeira capital europeia.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Ana Mateus,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada!” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia,** no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Ferreira da Silva da Iniciativa Liberal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Ferreira da Silva (IL),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Caros todos! -----

----- No início desta Sessão, disse-nos o Senhor Presidente da Câmara que este era o maior Orçamento de sempre, mil e trezentos milhões de euros. Esta frase é claramente um piscar do olho à esquerda, mas que aparentemente não lhe aquece o coração, mas arrepia e congela o espírito de qualquer liberal. E este é um unicórnio que preferíamos não fabricar.-----

----- Foi também aqui dito que este é o primeiro Orçamento integralmente produzido pela Coligação Novos Tempos e é essa precisamente a questão para a Iniciativa Liberal. No ano passado, houve como todos sabemos uma certa incerteza sobre o voto e era necessário assegurar que a escolha que os eleitores fizeram para o Executivo, era respeitada. Foi essa responsabilidade que demonstramos, mas este ano já não é assim! Este ano, como já aqui foi dito é o primeiro Orçamento integralmente produzido pela Coligação.-----

----- Sabemos Senhor Presidente que está em boa medida de mãos e pés atados para grandes projetos ou às vezes, nem sequer grandes, mas aqueles que aos olhos de quase todos nós são óbvios, com a isenção para os jovens, mas mesmo em minoria, Senhor Presidente, podia ser mais reformista pelo menos quanto ao funcionamento da Câmara Municipal.-----

----- Reconhecemos neste Orçamento, alguns, direi mesmo vários, sinais no sentido certo, mas são insuficientes, precisa, como disse a minha colega de bancada de ser mais reformista, precisa da irreverência responsável da Iniciativa Liberal. Nós não vamos contribuir para a ingovernabilidade, mas deixamos aqui um sério aviso da urgência reformista de que Lisboa tanto precisa. -----

----- Por tudo isto, vamo-nos abster nesta votação, mas não apenas abster, vamos assumir aqui um compromisso com o Executivo, porque mantemos a ambição para o Orçamento, do próximo ano de 2024. E, porque, reconhecemos a abertura do Executivo, nomeadamente nas reuniões que tivemos e na forma como ouviram algumas das nossas propostas. -----

----- A Iniciativa Liberal, quer deixar aqui claro que deixando este aviso sobre a falta, daquilo que para nós é, a falta de um ímpeto reformista maior. Nós vamos assumir as nossas responsabilidades e vamos apresentar durante os próximos seis meses ao Executivo propostas concretas e diretamente em diálogo com o Executivo sobre uma muito maior simplificação e desburocratização, sobre a racionalização e

requalificação de recursos humanos, em vez do reforço das empresas municipais, sobre a reorganização de serviços, sobretudo centrada na qualidade do atendimento e nas competências que existe em muitos e na esmagadora maioria dos trabalhadores da Câmara, numa descida efetivamente mais forte e mais visível para o bolso de todos os lisboetas, da carga fiscal, mas também das taxas. -----

----- Lamentamos que não tenha sido este o momento para aproveitar uma oportunidade para uma revisão já profunda das taxas, mas mais uma vez, assumimos o compromisso de ajudar com o nosso contributo e, finalmente, algumas reformas práticas. Todos nós sabemos o que se passa a Higiene Urbana. -----

----- Todos nós ficamos chocados com que se passa com as trotinetes nas nossas vias públicas. -----

----- Todos nós ansiamos por uma solução para o estacionamento. -----

----- Estes entre muitos outros são temas que, durante um ano já poderíamos ter começado a abordar. -----

----- Seguramente, neste ano e com este Orçamento, nós Iniciativa Liberal cumprimos o nosso mandato e diretamente com o Executivo de forma, serena e não necessariamente pública daremos o nosso contributo. -----

----- Por tudo isto, reconhecemos que não nos revemos neste unicórnio, mas temos esperança, temos ambição em propostas concretas. Falta algum vigor reformista, mas vamos nós ajudar na transformação de que Lisboa precisa. -----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado!” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Camacho do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Camacho (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. -----

----- O desenvolvimento do potencial individual e do potencial coletivo estão assegurados por este Orçamento, temos um Orçamento orientado para a educação. É por isso que e saudamos a forte aposta do Executivo no combate ao insucesso escolar e ao abandono escolar precoce, com o aumento muito claro, na dotação orçamental em 16%. -----

----- E ainda neste âmbito exclusivamente pedagógico, o CDS valoriza a contínua aposta em projetos que cruzam a educação com a cultura e com a economia e investem na leitura e no estudo, as novas gerações. -----

----- Senhor Presidente, saudamos este Orçamento, um dos maiores investimentos em Lisboa para as obras no setor educativo, em 2023 segundo está inscrito serão 35,5 (trinta e cinco vírgula cinco) milhões e até 2026 serão 163 (cento e sessenta e três) milhões. -----

----- Senhores Deputados Municipais, a boa notícia permanece deste Orçamento quando falamos nas Grandes Orientações do Plano, no Lançamento do Programa

Codifica Mais, um Centro Tecnologias Criativas que vai abranger mil e quinhentos alunos em Lisboa, com especial enfoque nos mais vulneráveis, pertençam eles aos o setor público ou pertençam eles ao setor privado. -----

----- Ora, ainda relativamente a educação falamos descentralização, de uma descentralização coxa os que o Governo tem trilhado na educação e a Câmara Municipal, felizmente vai equilibrar os pratos da balança. Serão certamente segundo este Orçamento, 21 (vinte e um) milhões de euros investidos na descentralização muitas vezes suportando custos e valores que deveriam ter sido atualizados pelo Estado Português desde 2018. -----

----- Contas feitas para educação, vemos o aumento de 9,18% face a 2022 e se contarmos com investimento das obras da SRU em infraestrutura escolar, estamos a falar de um aumento de 25%. -----

----- Se governar é escolher, então, são escolhas que fazem todo o sentido e merece um apoio do CDS. -----

----- No campo da habitação, eu quero felicitar este Executivo, porque se há pouco tempo denunciei o caso do Programa da Renda Acessível na Estados Unidos da América, sei que essas 85 (oitenta e cinco) chaves já foram entregues às famílias lisboetas e que hoje temos uma nova ambição para Lisboa.-----

----- E também falou-se aqui do impacto das Cooperativas, também quero saudar este Executivo, porque já está lançado um projeto de arquitetura para a Rua Francisco Stromp, para se dar um sinal importante de orientação de plano e de futuro da cidade de Lisboa. -----

----- E por último, deixem-me dizer também que em matéria de habitação, temos 27 (vinte e sete) milhões previstos para o aproveitamento do património público disperso pela cidade, isso é um excelente sinal, porque nós temos uma política integrada em que o Estado e o Município devem dar o primeiro exemplo em matéria de habitação. --

----- Senhores Deputados Municipais, a Câmara Municipal de Lisboa tinha no seu Programa Eleitoral a redução do Imposto Municipal de Transmissões para jovens até aos 35 (trinta e cinco) anos que comprassem uma casa até aos 250.000 (duzentos e cinquenta mil) euros. O Partido Socialista chumbou essa redução, o PS na verdade, chumbou uma Proposta que os lisboetas aprovaram, não estamos a falar de uma ideia nova que surgiu durante a governação, estamos a falar de uma ideia que estava no Programa Eleitoral sufragado e que integrava uma visão do Orçamento equilibrada para a cidade. -----

----- O PS chumbou e fê-la à vista de todos os lisboetas! O Partido Socialista chumbou esta medida sem vergonha do que estava a fazer, este mesmo PS que quer oferecer apoios inusitados aos nómadas digitais estrangeiros, chumbou sem-vergonha este apoio aos jovens portugueses.-----

----- E por que razão, o PS não quer que os jovens comprem a sua casa? Porque o PS não quer uma sociedade independente, quer os jovens, os seus pais e os idosos, cada vez mais dependentes do apoio do Estado. Até sermos, na verdade, as novas gerações, uma geração de mão estendida, uma geração de pedintes de apoios do Estado, mas o CDS-PP, Senhor Presidente da Câmara Municipal, estará aqui para defender a

liberdade e a independência! Queremos que as pessoas sejam donas da sua vida e do seu destino! Queremos liberdade para todos poderem seu rumo e independência para não sermos subservientes ao Estado! -----

----- Para esse caminho contam connosco, Senhor Presidente, Senhor Vice-presidente, Senhores Vereadores, contam com o CDS-PP para Novos Tempos, muito obrigado! ---

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado!”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Gonçalo da Câmara Pereira do PPM.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pereira (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas. -----

----- Eu só venho falar exatamente sobre o Orçamento, que é isso que me interessa e estou cá para isso!-----

----- Não esquecer que este Orçamento também é nosso, porque é realmente nos Novos Tempos e, portanto, também tenho que fazer as minhas considerações sobre o nosso Orçamento. -----

----- Em relação ao Senhor Vice-presidente, que tem a pasta das Finanças. Nós agarramos no Orçamento e levámos a vários técnicos e nenhum deles encontrou qualquer problema, consideraram o melhor Orçamento, um Orçamento sem mácula dos últimos anos na Câmara Municipal de Lisboa e dou-lhe os meus parabéns, Senhor Presidente, não vejo nele qualquer problema financeiro, muito obrigado por representar o PPM nos Novos Tempos. -----

----- Senhora Vereadora da Habitação, o seu programa tem sido fantástico, ainda bem que aumentou o Orçamento, ainda bem que vai entregar mais casas, quase 380 (trezentas e oitenta) casas que a Câmara..., houve um problema realmente na cidade com a Lei Cristas, muito bem que houve uma reforma, esqueceram-se depois da Câmara de resolver o problema das pessoas que eram postas na rua e saíram quase 16.000 (dezasseis mil) de Lisboa, como disse o Senhor Presidente. Porquê? Porque não houve um programa que apoiasse! Pôr na rua os cidadãos? Realmente que os proprietários não tinham que pagar a ação social! -----

----- E preciso ver que desde do 5 de Outubro 1910, foi a primeira vez, foram os Republicanos que suspenderam o aumento das rendas, portanto, é preciso ver isto! Portanto, só ao fim de cem anos, realmente conseguiu-se, os proprietários não fazer em ação social. Por isso dou-lhe os parabéns!-----

----- Só um reparo, “não há bela sem se não”, aquela gente que foi posta, que realmente foram os “ocupas”, foi uma ação que eles tiveram, pronto, é evidente, eu também foi ocupado em 1965 pelos camaradas e vi-me atrapalhado e atrapalhado! Eu compreendo perfeitamente! -----

----- Mas, também não há dúvida nenhuma que estes ocupas, tiveram lá três anos e quatro e agora criaram novas realidades e é preciso também apoiá-los, não leve a mal,

eu dizer-lhe isto, mas acho que eles foram ocupas, mas agora também somos humanistas, temos resolver o problema. Eles tiveram aqui, podem ser apoiados pelo Bloco de Esquerda, a mim tanto me faz, sei que têm realmente um problema, eu sou franco a falar, portanto, eu sou um homem do campo e fá-lo com o coração e com alma. -----

----- Senhor Vereador da Cultura, muitos parabéns conseguiu uma coisa que nunca se tinha conseguido, foi aumentar o investimento na cultura e cumprir aquilo que o Senhor Presidente prometeu que era arranjar um teatro em cada freguesia. -----

----- Portanto, os meus parabéns, a cultura agradece eu que sou um homem da cultura, agradeço, mas, também “há uma bela sem senão” que é isto, Lisboa não é só freguesias, Lisboa é uma cidade de bairros, há efetivamente 90 (noventa) bairro, quase 80 (oitenta) novos bairros sociais e com realidades diferentes, há africanos, há europeus e há uma realidade nova, há pessoas que saíram dos bairros sociais para os bairros típicos e não há coesão social e cultura. -----

----- A cultura precisa de programas de coesão social e eu acho que era uma coisa que para o próximo Orçamento..., ou então nesta coisa aproveitar e tentar fazer programas de coesão social. -----

----- E outra coisa é as Marchas de Lisboa, estão reduzidas só 17 (dezassete) ou 18 (dezoito) bairros de 22 e agora há novos bairros sociais a entrar. Uma sugestão era fazer no dia de São João e no dia de São Pedro a segunda divisão e a terceira visão, está a ver? Um género deste! -----

----- Mas acho que devia haver programas de coesão social nos novos bairros, porque Lisboa é uma cidade de bairros. -----

----- A Senhora Vereadora do Urbanismo, não tenho que dizer nada, porque realmente a construção de habitação social, finalmente vai para a frente. Também não há bela, sem senão, espero que faça o programa do Ângelo Pereira (engraçado, eu nunca vi ainda é pior comunicador que eu! É um comunicador péssimo é uma coisa, ainda pior que eu! Eu sou um péssimo comunicador!), mas apresentou um programa fantástico, eu que sou ecologista e ambientalista, para mim é o melhor programa sobre espaços verdes nos últimos anos, dos últimos 20 (vinte) anos, e dou os meus parabéns ou Programa Ângelo Pereira. -----

----- Agora Senhora Vereadora tente coordenar com o Ângelo Pereira, porque o último Vale de Lisboa, o Vale de Santo António, onde a Senhora disse que ia fazer e a fazer habitação social, não se esqueça é um Programa do PPM era tentar não acabar com o último Vale Verde e é a ligação de Lisboa ao Tejo por espaços verdes, seria esta, portanto, tente coordenar ali com o Senhor Vereador. -----

----- Portanto, a partir daqui, Senhor Presidente da Câmara, os meus parabéns pelo Orçamento, os meus parabéns e obrigado por ter cumprido as promessas, a maior parte das promessas já cumpriu e eu isso devo-lhe muito, eu sou Monárquico constitucionalista, portanto, não tenho o culto da personalidade, mas a partir de agora, sou mais Moedas do que outra coisa. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente! -----

----- O PPM vai votar a favor do orçamento.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado!”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedo do CDS-PP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Secretário!”-----

----- Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- Eu vou começar pela baixa política e pela baixa retórica, lembrando que saiu daqui, do lugar de Presidente da Câmara, um Presidente da República o Senhor Presidente da República Jorge Sampaio. Saiu daqui outro Presidente da Câmara do Partido Socialista para a Presidência do Conselho de Ministros no Governo e ainda saiu um outro Vice-presidente do Partido Socialista e Vereador das Finanças e que foi daqui para o Conselho de Administração do Metro, portanto, as vossas insinuações, Senhores Deputados quanto aos planos do Engenheiro Moedas só existem, por enquanto, na vossa fantasia! E as vossas intervenções de *stand up* aterram em cheio na bancada do Partido Socialista.-----

----- Subindo um bocadinho. O Senhor Vereador Filipe Anacoreta Correia, que apresentou o Orçamento, eu queria referir-me a três pontos muito importantes do que ele aqui falou. Um deles é que apresentação do Orçamento aqui na Assembleia Municipal é o aos da dignidade política. Tem muita razão! Um Orçamento é uma tradução em números de uma política e esse é um momento importante, talvez o momento mais importante da discussão do Orçamento é este que estamos a viver hoje e estamos tomar parte hoje.-----

----- O segundo ponto é que a Coligação Novos Tempos, está no controlo da operação municipal e esta é uma circunstância que o Partido Socialista não se consegue acomodar quando naturalidade que era esperada.-----

----- O terceiro ponto diz respeito aos serviços de urbanismo, que estão agora a operar com uma velocidade de resposta superior há velocidade de entrada de pedidos novos de licenciamento, isso é um marco importantíssimo, isso é uma volta 180 (cento e oitenta) graus, naquilo que estava acontecer e tem uma importância que deve ser sublinhada hoje e que me leva ao ponto seguinte que tem a ver com a habitação.-----

----- A Senhora Vereadora da Habitação, Filipa Roseta, informou primeiro o Conselho Nacional de Habitação e depois aqui à Assembleia Municipal que havia 2000 (dois mil) fogos vazios ou devolutos pertencentes à Câmara Municipal de Lisboa, isto também é muito importante, porque foi a primeira vez que eu vi este número ser dado por um responsável político da Câmara e, portanto, isto é um sinal claro de que este Executivo faz intensões de enfrentar este problema. Até agora, isto nunca aconteceu, apesar dos muitíssimos pedidos que nós fizemos durante os mandatos anteriores.-----

----- Isto aconteceu e Senhora Vereadora, fez muito bem! Isto quer dizer que a Senhora Vereadora está muito interessada em tomar contacto com este problema e começar a resolvê-lo.-----

----- No Orçamento está previsto um acréscimo de 122 (cento e vinte e dois) milhões de euros, portanto, isto significa mais 40% no valor previsto para habitação. Nós esperamos que uma parte, pelo menos uma parte boa, de preferência, deste valor seja empregada na disponibilização destes fogos no mercado, porque ao aumentar o número de fogos disponíveis, com certeza, vai contribuir para descer os preços. É a maneira que dá efeitos mais rápidos na descida dos preços da habitação em Lisboa. ----

----- E, por fim, o Plano Geral de Drenagem. 138 (cento e trinta e oito) milhões a cinco anos é o que está previsto, os ingleses têm uma pressão para isto “*and put your money where your mouth is*”, e o Engenheiro Carlos Moedas pôs o dinheiro o seu empenho e o seu compromisso, onde o Partido Socialista até agora tinha a voz, portanto, o Plano Geral de Drenagem de Lisboa deixou de ser uma ideia e começou a ser uma obra. E deixou de ser um populismo, uma demagogia e uma irresponsabilidade e passou a ser uma política.-----

----- Muito obrigada!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada!”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Neto do CDS-PP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Neto (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- Apoiamos a visão de uma Lisboa solidária, como uma rede de relações comunitárias, que vão das famílias às organizações aos bairros e às freguesias, mas temos de trabalhar para que ninguém, sobretudo, os mais frágeis se sintam sozinhos.---

----- Apoiamos o conceito e a visão de Estado social local como uma teia feita de respeito proximidade humanidade, este pilar Lisboa solidária representa 38% do total do Orçamento.-----

----- Destacamos o aumento do Orçamento para os direitos sociais, destacamos o aumento do Fundo de Emergência Social, destacamos o aumento para os Programas de Apoio às Pessoas em Situação de Sem-abrigo, no todo há mais dinheiro no Orçamento para o apoio social do que alguma vez aconteceu.-----

----- Em particular o CDS salienta nesta área social, o aprofundamento da estratégia municipal de combate à pobreza, mais projetos na área da deficiência, com a abertura de um Balcão de Atendimento da Pessoa com Deficiência. Melhoria da estratégia para a habitação, renovação do Plano Municipal para as Pessoas em Situação de Sem-abrigo e medidas de política familiar para que Lisboa continue a ser conhecida como autarquia familiarmente responsável. Não esquecer também o apoio às organizações que acolhem grávidas em dificuldade, mães e crianças em situação de vulnerabilidade

e também o reforço das verbas e meios para as CPCJ, incluindo a possibilidade de criação de uma 5ª Comissão.-----

----- Finalmente, a saúde. Orgulhamos de uma Lisboa que é uma cidade que cuida, numa cidade que cuida e, por isso, saudamos e apoiamos o Plano de Saúde 65+, que fará com que 130.000 (cento e trinta mil) pessoas tenham acesso 24 (vinte e quatro) horas por dia a uma consulta médica para teleconsulta ou presencial, que nenhum idoso doente esteja ou se sinta sozinho ou abandonado nesta cidade que é uma Lisboa que cuida, não é coisa pouca!-----

----- Finalmente, temos esperança na criação de uma unidade de cuidados paliativos, pediátricos que faz falta a Lisboa como faz falta a Portugal.-----

----- Obrigada!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada!”-----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Madalena Natividade do CDS-PP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Madalena Natividade (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Caro Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vice-presidente, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Caros Senhores Vereadores, Deputados Municipais e os Lisboetas.-----

----- Hoje mais do que discutir o Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa, para o ano 2023 e as suas Grandes Orientações do Plano, distingue-se o papel essencial do poder local e das Juntas de Freguesia na defesa das suas populações, dos seus interesses e do seu bem-estar.-----

----- O poder local necessita de um equilíbrio orçamental, de uma visão estratégica clara e definida que trabalhe sempre para valorizar o seu elemento essencial, as Juntas de Freguesia, os órgãos que trabalham em proximidade com os cidadãos.-----

----- É por isso que o CDS revê com grande satisfação os avanços expressos neste Orçamento na defesa da proximidade que as Juntas de Freguesia asseguram por excelência.-----

----- Se este ano foi marcado pela disponibilidade dos Vereadores para a discussão de proximidade e a procura de soluções e aqui gostaria de realçar o papel do Vereador Diogo Moura, pelo seu trabalho incansável. Este orçamento para 2023, apresentado pelo Executivo Novos Tempos, concretiza em propostas práticas e apoios concretos, essa mesma proximidade, permitindo, por exemplo, equacionar os projetos em curso, no âmbito, dos Contratos de Delegação de Competências de Mandato que não tendo terminado dentro do prazo podem e devem estender-se para o ano seguinte.-----

----- Este Orçamento prevê também, um pacote de 50 (cinquenta) milhões de euros para projetos em áreas como: apoio social, a cultura e o desporto. As áreas que são não só o corpo, mas como a alma do trabalho autárquico.-----

----- Este pacote também não deixa de parte temas essenciais nos dias de hoje com uma a mobilidade e a eficiência energética.-----

----- São 50 (cinquenta) milhões de euros para as freguesias, são 50 (cinquenta) milhões para criar uma Lisboa de pessoas para pessoas, que vêm nas Juntas de Freguesia a cara dessa responsabilidade, a cara desse trabalho, a cara dessa proximidade com os fregueses e munícipes de Lisboa independentemente da sua cor política. -----

----- Contudo, este compromisso implica um alerta face aos tempos que correm. Hoje mais do que nunca defrontamo-nos com um desafio que põe em risco todo o nosso funcionamento. As Juntas de Freguesia não são dotadas de financiamentos suficiente para responder às legítimas e necessárias exigências de hoje e de amanhã. -----

----- Senhores Deputados 2023, não será um ano fácil para os portugueses não será um ano fácil para aqueles que trabalham em proximidade com os mesmos, teremos acréscimo dos custos energéticos, teremos aumentos do custo das matérias-primas, teremos encargos adicionais com aumentos salariais, teremos a crescente inflação só não temos, Senhores Deputados, respostas políticas para estes desafios. -----

----- A Câmara Municipal tem feito de tudo, as Juntas de Freguesia o possível e o impossível falta agora que o Governo Central responda com a devida compensação e com a imprescindível envelope financeiro que nos dote de capacidade de resposta às necessidades dos nossos fregueses. -----

----- O CDS PP nunca se escusou desta luta, mas é fundamental que esta Assembleia e este Executivo Municipal, tudo façam junto do Governo e do Estado Central para que o nosso papel de Presidente, de Vereadores, de Presidente Mesa, da Assembleia, de Deputados e de Executivos de Junta, sejam respeitados e devidamente valorizados. ----

----- Meus Senhores, a mesma articulação que se impõe entre o Governo e as Câmaras é a que se deve exigir entre o Governo e as Freguesias. -----

----- Se deste Executivo Municipal podemos destacar uma excelente cooperação protagonizada pelo elenco camarário, se desta Assembleia esperamos sempre uma cooperação incansável na defesa dos lisboetas, se das Juntas de Freguesia esperamos uma colaboração diária que os cidadãos, porque é que não podemos contar com a mesma colaboração da parte do Governo Central? -----

----- Obrigada!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada!” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Davide Amado do PS.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, enquanto se aproxima o Deputado Davide Amado, devo dizer que, o tempo regimental já chegou ao fim, vamos fazer uma pausa 30 (trinta) segundos para terminar este Ponto do Orçamento, estamos mesmo acabar é a última intervenção antes da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Por isso é considerado que houve um intervalo, neste momento, vamos continuar então.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Davide Amado (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente!-----

----- Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Primeiro dizer-vos, que estamos aqui hoje a discutir o Orçamento para o próximo ano apresentado por este Executivo, não estamos aqui a discutir nenhuma medida do Governo Central, nem nenhum Orçamento apresentado por nenhum Executivo anterior, é preciso que fique bem claro aqui neste Plenário, essa situação. -----

----- Depois, acho que das várias intervenções que foram aqui feitas, impõe-se colocar aqui uma série de questões e de esclarecimentos.-----

----- Primeiro, já que o Senhor Deputado Carlos Reis falou aqui na Linha Vermelha e disse claramente, que o PSD era contra este traçado da Linha Vermelha, que vai fazer com que o Metro chegue à Zona Ocidental da cidade, a minha pergunta é simples, e o Executivo da Câmara é contra este traçado? O Executivo da Câmara Municipal de Lisboa é contra que o Metro chegue à zona ocidental da cidade de Lisboa?-----

----- E outra pergunta também que se impõe aqui fazer que é; e este Executivo, uma vez que esta responsabilidade não é do Governo é deste Executivo, o LIOS? O Metro de superfície que liga a Estação de Alcântara até Oeiras, que faz o Metro chegar a Alcântara à Ajuda, ao Restelo e até ao Concelho de Oeiras? Onde está esse plano? Onde está esse projeto? Qual é a vossa posição? Isso sim é responsabilidade deste Executivo! É responsabilidade desta Câmara!-----

----- Depois também dizer-vos que na intervenção do Deputado Luís Newton, ele fez várias referências ao PS, eu não ouvi o Senhor Deputado Luís Newton dizer se vai votar contra ou a favor este Orçamento, não vá haver aqui algum equívoco novamente, era importante perceber qual é que o sentido de voto do PSD, perante este Orçamento, porque ele não o referiu! A última vez que ele não referiu qual era o sentido de voto, houve uma abstenção, com o PS vai abster-se, não podemos correr o risco de este Orçamento não ser aprovado. -----

----- E também registar que, provavelmente, eu não sabia que o Senhor Deputado Luís Newton era Monárquico, mas, provavelmente, por isso e, provavelmente, porque relação entre a concelhia do PSD e Executivo liderado pelo PSD está, de facto, cada vez mais sólida, temos aqui hoje explicação, porque é que o Senhor Presidente da Câmara no discurso do 5 de Outubro não referiu uma única vez a palavra República. Espero que não tenha sido pela questão do Senhor Deputado Luís Newton de ser Monárquico! -----

----- Dizer-vos também, esclarecer aqui uma questão do Plano Geral de Drenagem, que há coisas que eu não percebo, como é que se quer vender certas narrativas quando elas por si são invendáveis! Reparem, o Plano Geral de Drenagem foi aprovado aqui o empréstimo ao BI por grande parte destes Senhores Deputados, desde a esquerda à direita, portanto, isto não foi deste mandato dos deputados, foi noutros mandatos. -----

----- O concurso e a adjudicação do Plano Geral de Drenagem não foi neste mandato, não foi há um ano atrás! Portanto, Senhores Deputados, obviamente, que Plano Geral de Drenagem foi uma obra que foi pensada e o concurso foi lançado em mandatos

anteriores. Agora o que este Executivo tem e, bem, e tem que ter é a responsabilidade de o executar, isso sim, e nós estamos cá vigilantes a fazer o nosso trabalho que os lisboetas conferiram da oposição responsável a verificar se esse Plano Geral é ou não cumprido. -----

----- Depois também dizer-vos que em relação ao Passes Gratuitos e até porque a intervenção do PSD aqui, foi uma intervenção que não percebi qual era a intenção, não era defender este Orçamento era sobretudo atacar gratuitamente o PS e, reparem, atacar gratuitamente quem viabiliza o Orçamento, quem viabilizou o ano passado, quem vai viabilizar este ano, em troca de sem qualquer negociação, sem qualquer disponibilidade para negociar, mas, mesmo assim, entendem, o PSD, vir aqui atacar o PS.-----

----- O PS também tem algo que vos quer dizer, os Passes Gratuitos, de facto, foi uma boa medida implementada por este Executivo, assumimo-lo, mas, ou Senhores Deputados do PSD e de outros partidos, os Senhores Deputados acham que é razoável que uma das iniciativas de apresentação desta medida seja um passeio utilizando elétrico da Carris com o líder do PSD? Os Senhores Deputados acham razoável que essa seja uma das formas de apresentar este programa? É que o PS não acha! Nós estamos a Câmara Municipal de Lisboa, nós estamos a Câmara Municipal do PSD! ----

----- Dizer-vos também que, em relação à Carris, também nos preocupa e volto a reiterar aquilo que disse o meu camarada Hugo Lobo na sua intervenção inicial. Na Carris preocupa-nos uma coisa, Senhores Deputados! Preocupa-nos que, no mandato anterior, houve um investimento 90 (noventa) milhões de euros na Carris. Investimento, esse feito à conta daquilo que é o Orçamento Municipal, aquilo que está previsto agora é um investimento de 120 (cento e vinte) milhões, mas não é através do Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa, está-se a prever aqui neste Orçamento o endividamento da Carris. É isso que nós queremos? E porquê é que queremos? Espero que não seja para que, num futuro próximo se diga, vamos então novamente privatizar a Carris, porque a dívida é muito grande e não é possível ser gerida por entidades públicas.-----

----- Também, mais dois temas que é preciso aqui referirmos.-----

----- Em relação à Higiene Urbana e de uma vez por todas de forma cabal, deixar aqui um esclarecimento e uma clarificação sobre a questão da Higiene Urbana e dos Contratos Interadministrativos. Vamos situarmo-nos no tempo! -----

----- Estamos em 2021, estamos ainda todos a recuperar da pandemia, lembrem-se? Houve uma pandemia no mandato anterior e, se bem se recordam os Contratos Interadministrativos depenem do quê? Dependem do quê, Senhores Deputados? Dependem da taxa turística e, se bem se lembram 2020 e 2021 não houve taxa turística! Não houve taxa turística! De facto, este Executivo quando tomou posse tinha o problema por resolver, tinha porque não estava resolvido, porque o Executivo anterior até setembro não teve os meios para o resolver! -----

----- Agora pasme-se, Senhoras e Senhores Deputados, este Executivo teve mais tempo no exercício do poder para resolver este problema e não o resolveu! E quando o resolveu, resolveu de forma “ai, deixaram-nos uma dívida, não estava no Orçamento”.

Ó Senhores Deputados, há uma coisa que os Senhores se calhar ainda não sabem! 50% desse valor as Juntas de Freguesia ainda não o receberam, só vão receber em dezembro deste ano, se o Executivo levar uma Proposta a Reunião de Câmara que ainda não levou!-----

----- E também, Senhor Deputado Luís Newton dizer-lhe outra coisa, entregar a Câmara no estado em que se entregou falida, foi em 2007, o Senhor Engenheiro Carlos Moedas, não estava cá! Não estava cá, é verdade, mas é preciso ter memória, é preciso ter memória!-----

----- Em 2007 há uma história que todos nós conhecemos, porque foi pública e porque nos chocou a todos; O Quiosque, há pouco alguém falou no Quiosque à frente da Praça do Município. O Quiosque à frente da Praça do Município não fiava um jornal à Câmara, porque a Câmara não pagava os jornais. Isso sim é entregar uma Câmara falida! O que o Partido Socialista entregou foi uma Câmara com as dívidas a fornecedores que eram pagas a pronto, uma Câmara sem dívidas, isso é diferença! -----

----- E dizer-vos agora também clarificando a questão do IMT. -----

----- O chumbo do Partido Socialista à Proposta do IMT não tem nenhuma questão ideológica. A proposta era má, quando a proposta é má, temos que chumbar a proposta é uma Proposta errada no tempo errado, porque senão vamos ver! Quantas casas, temos em Lisboa até de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) euros, T0 e T1 alguns, muitos em estado degradado! Quantos jovens temos na cidade de Lisboa com capacidade para ter pelo menos 10%, eu já nem vou ao máximo que os bancos pedem, vou só aos 10%, Senhores Deputados, que é o mínimo que os bancos pedem de entrada. -----

----- Quantos jovens têm 25.000 (vinte e cinco mil) euros para dar de entrada, mas pior ainda, Senhores Deputados e para esclarecer e ficar bem claro, porque é que esta Proposta do IMT era má e foi por isso é que o PS votou contra, porque ela era má! Porque atualmente o empréstimo 150.000 (centos e cinquenta mil) euros, implica uma prestação mensal de quase 1000 (mil) euros. -----

----- E outra coisa Senhores Deputados e Senhores Vereadores, no dia antes deste Orçamento ir à Câmara, Christine Lagarde teve funções importantes que até tiveram relevo aqui no nosso país, não vou fazer aquela piada fácil da troika (Presidente não se preocupe), mas dizer que ela teve declarações em que nos disse que, iria no próximo ano haver um aumento de 30% da prestação da casa, portanto, é por isto tudo é que a vossa proposta é má! Por isso, é que votamos contra! Não teve aqui nada de edeológico, é porque é má!-----

----- E depois é má por outro motivo! Porque 4,5 (quatro e meio) milhões, no máximo dada para 500 (quinhentos) jovens até 35 (trinta e cinco) anos que cumprissem todos estes requisitos, que não conseguíamos! -----

----- Em relação à Proposta do Partido Socialista, que apresentou em alternativa, eu deixe-vos só com esta seguinte reflexão, se era tão má a nossa, por que é que vocês incorporaram na vossa? Se era tão má a nossa proposta, porque é que o Executivo da Câmara incorporou a Proposta do PS na Proposta do Executivo da Câmara? Não

haverá melhor resposta do que esta! É porque não era tão má assim, Senhor Presidente! -----

----- E para terminar, dizer-vos que para o Partido Socialista o problema da habitação é um problema grave a cidade de Lisboa. É um problema que ainda bem que existem mais de 1000 (mil) casas a serem construídas do Plano de Renda Acessível, “vejam lá foram os malandros do Executivo anterior que deixaram esses projetos e que deixaram essas obras serem construídas. Espero bem que não as parem por nenhum motivo!” -----

----- Mas também dizer-vos que, o que a cidade precisa é que retirem da gaveta as 2000 (duas mil) que estavam ou com o projeto feito ou preste a lançar concurso e colocaram da gaveta, porque Senhores Vereadores, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, 1,4 (um ponto quatro) mil milhões de euros é uma grande responsabilidade de Orçamento. -----

----- Muito obrigado!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado!” -----

----- **O Senhor Segundo Secretário Fernando Correia**, no uso da palavra anunciou: -

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, -----

----- O Partido Socialista, tem um problema com coerência, ainda agora vem aqui dizer que queriam discutir o Orçamento e acabaram por discutir todo menos o Orçamento. -----

----- E começámos com um problema, dentro dessa mesma coerência. O primeiro grande problema é deturpação! O que o Partido Social Democrata deixou muito claro desde o início e mantém, é que o traçado final da Linha Vermelha é um atentado urbanístico e somos contra, somos contra aquela solução do traçado final da Linha Vermelha e não haja dúvidas quaisquer sobre isto! -----

----- Se calhar, o Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, acha muito bem aquele atentado urbanístico que lhe entra pela freguesia a dentro, mas, por exemplo, o Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, entende que aquilo é um atentado inclusivamente, à comunidade que ali reside e sobretudo um atentado ao futuro plano de Urbanização de Alcântara que não previa aquela solução. -----

----- E, portanto, deixar muito claro que, em matérias de coragem política, Senhor Deputado não as recebemos de ninguém, como também não as recebemos em termos de coerência. Quero-lhe recordar para o caso de estar esquecido, que está a falar com a mesma pessoa que foi muito clara no âmbito, por exemplo, da Municipalização da Carris. Ao contrário, inclusivamente do que defendia na altura o Primeiro-ministro de Portugal. Não foi por falta de coragem política que se assumiu aqui essa posição de forma muito clara. -----

----- Sabe porque é que se assumiu? Porque, nesta casa defendem-se os interesses dos lisboetas na perspectiva daquela atividade que nós desenvolvemos aqui dentro, que é a atividade de fiscalização da ação da Câmara, mas também do interesse dos lisboetas e da qualidade de vida na cidade.-----

----- O Senhor está a preocupado com a posição que o PSD teria em qualquer votação? Folgo em saber que, para o Partido Socialista, o importante aqui é saber onde é que está o PSD e como é que vota o PSD! E é importante que vocês não saibam, mas mais importante do que isso sabe qual é? (isso o Senhor está enganado, mas é vossa narrativa, é por isso que eu estou aqui a falar convosco ainda). Mas, mais importante do que isso, sabem qual é? É porque eu estou um bocadinho a borrifar para a posição que vocês acham que o PSD tem! Para mim o que me importa mesmo, é o que o meu Presidente de Câmara e o meu Executivo sabe sobre posição que o PSD tem nesta matéria, portanto, que os Senhores estejam nervosos com isso é por um lado que dormimos melhor.-----

----- Última questão particularmente relevante e estas choca-me verdadeiramente, ter aqui o Senhor Deputado David Amado, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, reconstruir a narrativa sobre as verbas de higiene urbana de 2021, olhe, vou-lhe dizer essas chocou-me! Porque, eu tenho que me recordar de todo o processo que nos trouxe até aqui, Senhor Deputado! Se de facto, não havia dinheiro nenhum a receber pelas Juntas de Freguesia, eu nem percebi o seu discurso!-----

----- Se não havia dinheiro nenhum a receber pelas Juntas de Freguesia, eu não percebi o seu discurso, nem se quer percebo a sua preocupação se a Câmara paga até ao final do ano ou não! Se não há dinheiro nenhum a receber!-----

----- Se o anterior Executivo fez bem em não pagar nada, em não cumprir com o acordo que existia, em não ir à Reunião de Câmara para fazer a Proposta, em não avisar as Juntas de Freguesia que tinha uma proposta que não ia avançar. Agora vem dizer que, afinal, a culpa foi deste Executivo, porque se lembrou de pagar? Isto é extraordinário! Isto é extraordinário!-----

----- Por isso, é que eu como termino como comecei, Senhor Deputado, há um problema de coerência política do Partido Socialista nesta matéria.-----

----- E ao Senhor Deputado, não vai levar a mal! Não vai levar a mal, mas há alguma coisa que eu lhe garanto, mas limpinho, limpinho, que nunca vai acontecer. Não é, pelo facto, do Partido Socialista poder votar mais assim ou mais assado que o PSD abandona as suas convicções em matérias de defesa do interesse da cidade (em todas Senhor Deputado, é que se calhar não tinha a coragem de fazer o que outros fizeram aqui, fica-lhe mal, mas um dia vai perceber!).-----

----- E a questão que eu acho que é fundamental é tão-somente esta, o interesse da cidade de Lisboa não é compatível com os “rodriguinhos”, portanto, se o Partido Socialista tem alguma coisa, que quer fazer de forma diferente que o faça e sabe, porque é que o PSD inclui uma proposta, porque nós somos inclusive os Senhores só estão aqui interessados em manter aqui uma retórica de que o Estado controlo e o Estado difere, é os DDT que felizmente acabar.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado! -----
----- Não havendo mais inscrições passo a palavra à Câmara Municipal de Lisboa, ao Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhora Presidente, muito obrigado! -----

----- Queria começar por dizer ao Deputado Hugo Lobo que aqui estou! Aqui estou Hugo Lobo e aqui estou para ficar, mas vejo que o ambiente mudou e o nosso Deputado Hugo Lobo também já não está cá, mas eu espero que esta notícia chega o Penedo Gordo ou a Ervidel ou Beja e, portanto, deixo aqui esta mensagem. -----

----- Eu queria dar uma última mensagem hoje para agradecer, mas agradecer a todos! Agradecer esta discussão, é uma discussão que mostra que há muito que nos divide, mas há sobretudo muito que nos une e aquilo que nos une é um amor e uma paixão por Lisboa e todos aqueles que estão aqui sentados, todas as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados estão aqui, porque amam a nossa cidade, porque querem fazer bem e isso é um agradecimento que vos deixo, um agradecimento pela responsabilidade e um agradecimento por aquilo que é este Orçamento e a responsabilidade que temos nas nossas mãos e, sobretudo a viabilização deste Orçamento que faz parte desse amor à cidade. -----

----- E devemos celebrar, celebrar por ser sem dúvida o maior Orçamento de sempre da Câmara Municipal de Lisboa e isso é um momento muito único na história da cidade e somos nós que aqui estamos todos os partidos, de todas as maneiras de olhar o mundo, mas isso une-nos. -----

----- E é um Orçamento de um Executivo, um Executivo que é composto por todos os partidos e é um Executivo de fazedores! Fazer e decidir tem sido a nossa marca e se hoje somos sem dúvida uma das poucas cidades na Europa com transportes públicos gratuitos e eu aqui faço as palavras, ao Senhor Deputado David Amado, é porque todos estivemos de acordo e isso é importante para a cidade e hoje temos 65.000 (sessenta e cinco mil) pessoas vejam só, 65.000 pessoas que já usufruem dos transportes públicos gratuitos em Lisboa. São mais de 10% da população. E isso é muito importante para a cidade e nós conseguimos, apesar das discussões, apesar daquilo que falamos aqui, apesar de estar contra e a favor, nós para o ano vamos ter um Plano de Saúde para 130.000 (cento e trinta mil) pessoas e isso é o produto do trabalho de todos! Se nós, neste primeiro ano fizemos tanto e vamos continuar a fazer é graças a todos os que estão aqui e, por isso, o meu agradecimento.-----

----- E em 2023, vamos ter um evento extraordinário, as Jornadas Mundiais da Juventude ou a Jornada Mundial da Juventude e aqui primeiro, quero agradecer também a todos, a todos os partidos, pelo empenho e também pela dedicação, porque a Jornada Mundial da Juventude e o Deputado Fábio, o Presidente de Junta Fábio Sousa também nos trouxe aqui o tema. Eu acho que vai muito para além da religião e isso é importante para a cidade, são mais de um milhão de jovens que vêm aqui à nossa Lisboa, que vão encontrar-se na nossa Lisboa que, obviamente é um evento da

Igreja Católica, mas é um evento que traz pessoas também de outras religiões que vão estar aqui, jovens que vão ficar com a imagem extraordinária da nossa cidade e a Câmara Municipal está pronta. E eu sei que eles que estão aqui estão prontos e isso é importantíssimo para a cidade, vai ser o maior evento de sempre e, portanto, é uma alegria enorme termos esta responsabilidade, a alegria de sermos este Executivo que vai receber o Papa em Lisboa e isso estamos completamente preparados e a Câmara Municipal disse sempre que iria fazer tudo e está a fazer tudo, para que tudo corra bem. -----

----- Mas este Orçamento e eu geri muitos Orçamentos e, sobretudo na Europa, quando olhei para o Orçamento dei-me conta de algo que eu nunca tinha visto num Orçamento e tive Orçamentos na Comissão Europeia, um Orçamento da Comissão Europeia que eram mais ou menos 10 (dez) mil milhões por ano, mas nunca tive nenhum Orçamento, ou nunca gerir um Orçamento em que todos os aumentos nesse Orçamento de um ano para o outro fossem de dois dígitos. Nós estamos aqui a falar numa oportunidade única para a cidade, 40% de aumento do investimento da habitação em 2023. 25% em creches e escolas, aumento de 48%, de aumento para fazer os Centros de Saúde, portanto, não estamos a falar do Plano de Saúde estamos a falar de fazer Centros de Saúde, 22% de aumento na cultura, 20% na área social, 20% na educação, tudo isto são aumentos extraordinários, reparem que regozijo ter a capacidade neste momento da história de Lisboa de termos um Orçamento que aumenta dois dígitos nas áreas fundamentais para a cidade, só podemos estar contentes e muito contentes e todos muito contentes, seja qual fosse o nosso partido seja qual a nossa ideia da cidade é uma oportunidade enorme para a cidade. -----

----- E este Orçamento meus amigos e também o Orçamento do concreto para aqueles que diziam e eu sei alguns diziam, tinham dúvidas, será que o Carlos Moedas anda de bicicleta? Pois o Carlos Moedas vai pôr mais 1000 (mil) bicicletas Giras, ou seja, vamos duplicar o número de bicicletas na cidade. -----

----- Vamos ter mais 29 (vinte e nove) Estações da Gira. -----

----- Vamos ter mais 88 (oitenta e oito) novos autocarros. -----

----- Vamos ter uma frota de autocarros mais sustentável. -----

----- Vamos contratar mais 50 (cinquenta) Polícias Municipais e mais 88 (oitenta e oito) Bombeiros. -----

----- Isso é o concreto e esse concreto não tem partido! Este concreto é Lisboa! Isto é muito importante para a cidade, nós vamos ter aqui pela primeira vez, vamos conseguir realizar obras que muitos sonharam! -----

----- Lembro-me da primeira conversa que tive com Lobo Antunes e dizer onde é que está o centro? Lobo Antunes, vamos ter e construir o espaço Lobo Antunes. Vamos construir o Espaço Manguel, uma das maiores bibliotecas do mundo, vamos estar a construir pela primeira vez. A reconstruir um dos teatros melhores que temos na cidade, que é o Teatro Aberto, fazer dele um Teatro Verde. -----

----- E após 20 (vinte) anos de discussões, vamos dar início ao Arquivo Municipal. É isto concreto que vos falo! É para isto que trabalho 24 (vinte e quatro) horas por dia, é para fazer, não é para discutir, é para fazer e todos sabemos que temos que fazer. -----

----- Mas lembro-me da outra vez que tive aqui e alguns diziam os unicórnios e eu falei em 8 (oito) unicórnios gostava de vos dizer que o número está errado, já são 9 (nove), chegou um novo unicórnio a Lisboa, uma empresa de 2 (dois) mil milhões e ainda hoje vimos há 2 (dois) dias numa entrevista ao Jornal Expresso o lançamento de uma das maiores consultoras do mundo que vai criar em Lisboa um centro de competências onde vai ter 700 (setecentas) pessoas. -----

----- Acreditem num ponto, porque daqui a uns anos vamos olhar para trás. Ontem falava com um dos maiores sociólogos na área das cidades, Paracanã, escreveu vários livros sobre as cidades. E ele diz a me, a concorrência entre as cidades vai ser a concorrência do talento. As melhores cidades são aquelas que terão melhor talento e, portanto, nós temos que estar do lado das pessoas, a proteger as pessoas, mas temos que conquistar esse talento e esse talento fará à diferença para o futuro dos nossos filhos, porque é esse talento que vai criar novas empresas, novos produtos, novos empregos e a nossa luta não vai ser aqui dentro, meus amigos, vai ser no mundo a ver quais são as cidades que vão atrair mais talento. Portanto, esse talento não tem pátria e esse talento vem de todos os países e nós temos que ser a cidade que atrai esse talento, não vamos perguntar de onde é que vem, é talento, queremos em Lisboa e é isso que nós trabalhamos todos os dias e para conseguir conquistar esse talento e ao mesmo tempo proteger as pessoas com este Orçamento. -----

----- Por isso para nós meus amigos fazer, fazer! Os anglo-saxónicos costumam dizer uma coisa que talvez em português não faça tanto sentido, mas o nosso nome do meio é fazer. É esse o nosso nome, é fazer e fazer com a consciência que estamos a mudar a cidade, que estamos a fazer para os lisboetas e acreditem. Os ventos geopolíticos que aí vêm não são favoráveis, por isso, esta oportunidade é extraordinária e dizer ao mundo sim, temos uma cidade que é Lisboa, preparada para estes tempos difíceis, tempos de guerra, tempos de economia difícil e Lisboa está preparada. -----

----- Está preparada para proteger as pessoas com este Orçamento, por isso, vamos continuar a trabalhar, a trabalhar todos os dias para defender os lisboetas, para proteger os lisboetas, para investir nos lisboetas e peço-vos hoje aqui, que todos possamos, pelo menos neste dia e neste momento que vamos aprovar o Orçamento durante uns segundos olharmos para o futuro e pensarmos que estamos juntos, eu aceito e respeito as vossas críticas, mas agora queria vos pedir do fundo do coração que trabalhássemos juntos neste Orçamento, todos juntos por Lisboa. -----

----- Muito obrigado!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente! -----

----- Vamos passar à votação do Orçamento, agradeço que tomem os vossos lugares para podermos começar a votação.” -----

----- A da **Proposta 743/CM/2022**, foi **deliberada por pontos:** -----

----- **Ponto 1** -----

----- Aprovado por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PSD/ CDS-PP/ MPT/ PPM/ ALIANÇA – Contra: PCP/ BE/ CHEGA/ PEV/ LIVRE/Deputados(as) não inscritos(as) António Avelãs e Maria das Dores – Abstenção: PS/ IL/ PAN.-----

----- **Ponto 2** -----

----- Aprovado por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PSD/ CDS-PP/ MPT/ PPM/ ALIANÇA – Contra: PCP/ BE/ CHEGA/ PEV/ LIVRE/Deputados(as) não inscritos(as) António Avelãs e Maria das Dores – Abstenção: PS/ IL/ PAN.-----

----- **Ponto 3** -----

----- Aprovado por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PSD/ CDS-PP/ PCP/ PEV/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/Deputados(as) não inscritos(as) António Avelãs e Maria das Dores – Contra: BE/ CHEGA/ LIVRE – Abstenção: PS/ IL/ PAN.-----

----- **Ponto 5** -----

----- Aprovado por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ PEV/ MPT/ PPM/ Deputados(as) não inscritos(as) António Avelãs e Maria das Dores – Contra: BE/ CHEGA/ LIVRE – Abstenção: IL/ PAN/ ALIANÇA. -----

----- **Ponto 6** -----

----- Aprovado por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ PEV/ MPT/ PPM/ ALIANÇA – Contra: BE/ CHEGA/ LIVRE – Abstenção: IL/ PAN/ Deputados(as) não inscritos(as) António Avelãs e Maria das Dores. -----

----- **Ponto 7** -----

----- Aprovado por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ PEV/ PAN/ MPT/ PPM/ ALIANÇA – Contra: BE/ LIVRE – Abstenção: IL/ CHEGA/ PAN/ Deputados(as) não inscritos(as) António Avelãs e Maria das Dores. -----

----- **Ponto 8** -----

----- Aprovado por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ PEV/ MPT/ PPM/ ALIANÇA – Contra: BE/ LIVRE – Abstenção: IL/ CHEGA/ PAN/ Deputados(as) não inscritos(as) António Avelãs e Maria das Dores. -----

----- **Ponto 9** -----

----- Aprovado por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PSD/ CDS-PP/ MPT/ PPM/ ALIANÇA – Contra: PCP/ BE/ PEV/ LIVRE – Abstenção: PS/ IL/ CHEGA/ PAN/ Deputados(as) não inscritos(as) António Avelãs e Maria das Dores.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Aprovado, muito obrigada!” -----

----- **7. APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS RELATIVAS A ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS E A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS; GRELHA A – 60 MINUTOS:** -----

----- **7.1. PROPOSTA 748/CM/2022 - ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS E A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA OS ANOS DE 2023 E 2024, NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO "AQUISIÇÃO DE IEITE ESCOLAR", BEM COMO AUTORIZAÇÃO PARA QUE, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE TOTAL NEM O ANO DO TERMO DO CONTRATO, SE POSSAM FAZER AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS PREVISTOS EM FUNÇÃO DOS CONSUMOS QUE**

EFETIVAMENTE OCORRAM, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO ARTIGO 3.º E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL; VOTAÇÃO;-----

----- (A Proposta 748/CM/2022, fica anexada à presente Ata, como Anexo XII e dela faz parte integrante).-----

7.2. PONTO 6 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 765/CM/2022 - PREVIA AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS E A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2023, 2024, 2025 E 2026, NO ÂMBITO DA DECISÃO DE CONTRATAR A "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA OS TRABALHADORES DA DIREÇÃO MUNICIPAL DE HIGIENE URBANA", BEM COMO A AUTORIZAÇÃO PARA QUE, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE GLOBAL INDICADO NEM O ANO DO TERMO DO CONTRATO, SE POSSAM FAZER AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS EM FUNÇÃO DOS BENS EFETIVAMENTE ADQUIRIDOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 24.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E NA ALÍNEA B) DO ARTIGO 3.º E NA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL; VOTAÇÃO.-----

----- (A Proposta 765/CM/2022, fica anexada à presente Ata, como Anexo XIII e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Queria só pedir a compreensão das Senhoras e dos Senhores Deputados, quanto ao avançado da hora, queria só colocar à consideração dos Senhoras e dos Senhores Deputados, o Ponto 7 em princípio, ficaria para a próxima semana, mas alguns Senhores Deputados chamaram a atenção do leite, que era necessário ser aprovado hoje, se prescindirem das apresentações previstas, se pedíamos apenas votar para não atrasar uma semana, concordam? Então vamos passar à votação.”-----

----- A Proposta 748/CM/2022, foi aprovada por **maioria** com a seguinte votação: Favor: PS/ PSD/ CDS-PP/ PCP/ BE/ IL/ CHEGA/ PEV/ MPT/ PPM/ ALIANÇA/ LIVRE/ Deputados(as) não inscritos(as) António Avelãs e Maria das Dores – Abstenção: PAN.-----

----- Os **Grupos Municipais do PAN e Aliança**, indicaram que quer fazer uma **declaração de voto** por escrito.”-----

----- **O Grupo Municipal do PAN**, apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Declaração de Voto Escrita*-----

----- *Proposta 748/CM/2022*-----

----- O PAN absteve-se na votação desta proposta, pois embora saibamos, hoje, que existem alimentos com equivalente qualidade nutricional, menor impacto ambiental e que não perpetuam uma exploração desmedida dos animais, sem ter em conta o seu bem-estar, este é, infelizmente, ainda o único alimento colocado à disposição das crianças nas escolas, de forma gratuita. E não podemos ignorar que são ainda muitas as crianças que não têm pequeno-almoço em casa, especialmente numa altura em que as famílias enfrentam cada vez mais dificuldades. -----

----- Consideramos, no entanto, que as crianças deveriam ter opções saudáveis em permanência como fruta e não depender somente do leite de vaca para que lhes seja garantida uma nutrição adequada na parte da manhã ou da tarde. É, aliás, isso que já acontece em algumas escolas da cidade de Lisboa que, por iniciativa dos pais e professores, passaram a ter um cesto de fruta fresca à disposição dos mais novos. É pena que esta seja ainda a exceção e não a regra. -----

----- Lisboa, 7 de dezembro de 2022 -----

----- O Grupo Municipal -----

----- do Pessoas - Animais – Natureza -----

----- António Morgado Valente -----

----- (DM PAN)” -----

----- (O Grupo Municipal do ALIANÇA, não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- A Proposta 765/CM/2022, foi aprovada por unanimidade. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Agora sim, muito obrigada Senhoras e Senhores Deputados, agradeço a presença todos, agradeço a presença das nossas tradutoras de língua gestual: Ana Rita Coutinho e Paula Costa.-----

----- Agradeço aos trabalhadores da Câmara Municipal na Assembleia Municipal a presença de todas e todos, ao público que nos acompanhou aqui e lá em casa, aos Serviços da Polícia Municipal, muito obrigado a todas e a todos.-----

----- Está encerrada a sessão.”-----

----- A sessão terminou, eram vinte e um horas e treze minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 388/AML/2021 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 23 de Novembro de 2021. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da então Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 16 de Dezembro de 2021 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/Secretários/2021. -----

----- A PRESIDENTE-----